

Ofício n.º 184 /2025/CSST/CGMULT/ABC

Brasília, 22 de agosto de 2025.

Ao Senhor
Marisson de Melo Marinho
Chefe da Coordenadoria de Relações Internacionais (COINT)
Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)
SGAS I Setor de Grandes Áreas Sul 901 s/n - Asa Sul
Brasília/DF - CEP: 70390-010

Assunto: Cooperação Sul-Sul Trilateral. Programa Brasil-FAO. Projeto GCP/RLA/249/BRA – CONAB/ABC/FAO. Envio Documento Assinado.

Senhor Chefe da Coordenadoria de Relações Internacionais,

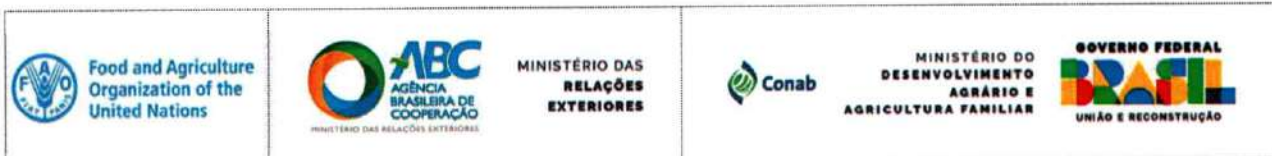
Com referência ao projeto GCP/RLA/249/BRA “Ação regional para fortalecer as instituições públicas de abastecimento e comercialização de alimentos”, a ser implementado no âmbito do Programa de Parceria para Promoção da Cooperação Sul-Sul Trilateral, estabelecido entre o governo do Brasil e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), encaminho duas versões originais do documento, em português e em espanhol, com as devidas assinaturas das instituições envolvidas.

Atenciosamente,


Andréia C. Rigueira
Ministra

Chefe de Gabinete da Agência Brasileira de Cooperação
Ministério das Relações Exteriores





PROGRAMA DE COOPERAÇÃO FAO/GOVERNOS

DOCUMENTO DE PROJETO

O Governo da República Federativa do Brasil, representado pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), solicita à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) cooperação técnica para o seguinte Projeto:

Nome do Projeto:	Ação regional para fortalecer as instituições públicas de abastecimento e comercialização de alimentos
Código do projeto:	GCP/RLA/249/BRA

Após a assinatura deste Documento de Projeto pelos representantes devidamente autorizados de ambas as partes, o projeto será executado de acordo com o estabelecido no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e diversos organismos das Nações Unidas, incluindo a FAO, assinado em 29 de dezembro de 1964, com as disposições do Acordo entre a FAO e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o estabelecimento de uma Representação da FAO em Brasília, assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a FAO em 19 de novembro de 1979, bem como de acordo com a descrição do projeto e os mecanismos de gestão descritos neste documento.


Duração prevista: 20 meses (13 de agosto de 2025 - 31 de março de 2027)


Orçamento do Projeto: 500 000 USD (contrapartida financeira CONAB)

Contrapartida financeira: Companhia Nacional de Abastecimento do Brasil	500 000 USD
Contrapartida não-financeira (FAO):	
Contrapartida não-financeira (CONAB) ¹ :	50 000 USD
Total	550 000 USD

Aprovado em:


 Ruy Carlos Pereira
 Diretor da
 Agência Brasileira de
 Cooperação do Ministério de
 Relações Exteriores
 (ABC/MRE)


 Jorge Alberto Meza Robayo
 Representante da FAO no
 Brasil
 Organização das Nações
 Unidas para a Alimentação e a
 Agricultura (FAO)


 João Edegar Pretto
 Diretor-Presidente da
 Companhia Nacional de
 Abastecimento (CONAB)

¹ 50,00 USD (hora).

Trabalho em escritório: 8 horas por semana x 32 horas por mês x 20 meses = 640 horas.

Missão técnica: 5 dias por missão x 8 horas por dia = 40 horas por missão x 6 missões = 240 horas.

Reunião Anual do Comitê Gestor: 5 dias por reunião x 8 horas por dia = 40 horas por reunião x 3 reuniões = 120 horas.

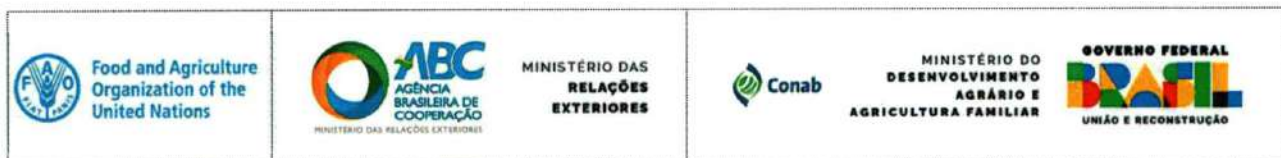
Total: 640 h + 240 h + 120 h = 1 000 h x 50,00 USD/hora = 50 000,00 USD.

SUMÁRIO

Lista de acrônimos	4
1. RESUMO EXECUTIVO	5
2. INTRODUÇÃO	7
3. CONTEXTO.....	9
3.1. Problemas e questões a serem abordados	9
3.2. Justificativa do projeto.....	13
3.3. Trabalhos anteriores relacionados	16
3.4. Vantagens comparativas da FAO e das instituições brasileiras	18
3.5. Partes interessadas	20
4. MARCO DO PROJETO	20
4.1. Impacto	20
4.2. Objetivo de desenvolvimento	21
4.3. Objetivos específicos	22
4.4. Resultados, produtos e atividades (Matriz Lógica)	22
4.5. Critérios de sustentabilidade	25
5. DISPOSIÇÕES PARA A EXECUÇÃO E GESTÃO DO PROJETO	28
5.1. Marco Institucional	28
5.2. Estratégia de implementação.....	28
5.3. Mecanismos de coordenação	30
5.4. Mecanismos de reclamação e queixa	33
6. SUPERVISÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO.....	34
6.1. Supervisão e revisão	34
6.2. Relatório semestral	34
6.3. Relatório final e avaliação	34
6.4. Principais fatores de risco e sua gestão	34
6.5. Visibilidade.....	35
7. INSUMOS.....	36
7.1. Contrapartida não-financeira.....	36
7.2. Contrapartida financeira (aporte da CONAB)	37
7.3. Apoio técnico	38
7.4. Apoio operacional e de gestão.....	39
8. ORÇAMENTO	40
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40
Anexo 1. Matriz lógica, indicadores e meios de verificação	42
Anexo 2. Cronograma anual de execução.....	49



Anexo 3. Abordagem de Gênero57



Lista de acrônimos

ABC - Agência Brasileira de Cooperação
 ALC - América Latina e Caribe
 BRL - Real
 CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
 CARICOM - Comunidade de Países do Caribe
 CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
 CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
 CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
 COP - Conferência das Partes
 CAP - Comitê de Acompanhamento do Projeto
 CSS - Cooperação Sul-Sul
 CSST - Cooperação Sul-Sul Trilateral
 FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
 FLAMA - Federação Latino-Americana de Mercados de Abastecimento
 LT - Líder Técnico do Projeto
 MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
 MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
 MG - Marcador de gênero
 ML - Matriz lógica
 MRE - Ministério das Relações Exteriores
 ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
 OIMA - Organização de Informação de Mercado das Américas
 ONU - Nações Unidas
 OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
 POA - Planos Operacionais Anuais
 PPP - Paridade do poder de compra
 REAF - Reunião Especializada em Agricultura Familiar do MERCOSUL
 Rede CISA - Rede de Cidades Intermediárias e Sistemas Agroalimentares
 Rede SPAA - Rede Regional de Sistemas Públicos de Abastecimento e Comercialização de Alimentos
 RLC - Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe
 SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
 SICA - Sistema de Integração Centro-Americana
 SPAA - Sistemas Públicos de Abastecimento e Comercialização de Alimentos
 USD - Dólares americanos

1. RESUMO EXECUTIVO

A fome e a insegurança alimentar, os altos níveis de desigualdade econômica e social e o alto custo de uma dieta saudável continuam sendo desafios significativos para a América Latina e o Caribe (ALC). A região desponta, no entanto, como potência agrícola no cenário mundial, dado a atuação de várias de suas economias como produtoras e exportadoras de alimentos. Tal paradoxo se acentuou ainda mais nos últimos anos, considerando o aumento dos preços dos alimentos e seu impacto ainda maior na insegurança alimentar, sobretudo das populações mais vulneráveis em todo o contínuo urbano-rural.

Neste contexto, as instituições públicas que compõem os Sistemas Públicos de Abastecimento e Comercialização de Alimentos (SPAA) desempenham um papel fundamental para garantir a estabilidade do abastecimento alimentar e facilitar o acesso aos mesmos às populações mais vulneráveis. Apesar das profundas mudanças sofridas pelos sistemas de segurança alimentar da região nas últimas quatro décadas, como resultado da desregulamentação, desnacionalização e liberalização do comércio, e diante de inúmeros eventos econômicos, sociais e ambientais extremos, vários países seguem reconhecendo a necessidade de fortalecer suas instituições públicas de abastecimento e comercialização de alimentos. Neste sentido, governos da região tem buscado garantir a disponibilidade e o acesso a alimentos, especialmente para as populações mais vulneráveis ao longo do contínuo urbano-rural, a preços acessíveis mediante melhor regulamentação dos mercados internos, gestão física de reservas estratégicas de alimentos e monitoramento de preços e mercados.

No entanto, ainda há desafios significativos no fortalecimento das capacidades dessas instituições. Esses desafios incluem aumentar a resiliência dos sistemas agroalimentares e reduzir a vulnerabilidade da população à volatilidade dos preços dos alimentos e à inflação, bem como adotar medidas que melhorem a capacidade dos sistemas agroalimentares de se adaptarem às mudanças climáticas, além de responderem rapidamente a crises sociais e econômicas e resistirem, também, a choques e tensões.

Em 2014, quatro países (Bolívia, Brasil, Chile e México) uniram forças para criar a Rede Regional de Sistemas Públicos de Abastecimento e Comercialização de Alimentos (Rede SPAA) durante a 33ª Conferência Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, realizada em Santiago, Chile, em 2014. A Rede, que atualmente inclui 18 países da América Latina e Caribe (ALC), facilita parcerias e desenvolve estratégias de ação conjunta e projetos de cooperação técnica entre países da região. Passada mais de uma década, os desafios institucionais e as demandas por fortalecimento das capacidades institucionais continuam a crescer.

Neste contexto, identificou-se a necessidade de fortalecer as capacidades dos governos da região, de suas instituições públicas de abastecimento e comercialização de alimentos, bem como da própria Rede SPAA em três aspectos: (i) fortalecer as instituições públicas de abastecimento e comercialização através de intercâmbios técnicos no âmbito da Rede SPAA; (ii) reforçar a visibilidade da Rede SPAA, os programas promovidos pelos seus membros e o diálogo regional; e



(iii) gerar evidências e análises de políticas públicas e programas promovidos por instituições da Rede SPAA.

Neste sentido, o presente projeto busca contribuir para o aumento da resiliência dos sistemas agroalimentares e a redução das vulnerabilidades da população a eventos extremos relacionados a fatores econômicos, sociais e ambientais na ALC, por meio da Cooperação Sul-Sul Trilateral (CSST). Espera-se que o projeto fortaleça as políticas públicas e os programas de fornecimento e comercialização de alimentos nos países membros da Rede SPAA na região. O projeto operará nos níveis nacional, regional e global para fortalecer as capacidades individuais, organizacionais e institucionais nos países parceiros; buscando sempre aprimorar os processos em andamento. O projeto tem duração prevista de 20 meses e são esperados os seguintes resultados:

Resultado 1: Países membros da Rede SPAA com capacidades técnicas ampliadas para a concepção e implementação de políticas e programas de abastecimento e comercialização de alimentos que contribuam para o acesso a alimentos saudáveis e a inclusão da agricultura familiar e camponesa.

Resultado 2: Estratégia desenhada e implementada para gestão do conhecimento, comunicação e visibilidade de experiências, boas práticas e ferramentas implementadas e/ou geradas no âmbito dos sistemas públicos de abastecimento e comercialização de alimentos.

Resultado 3: Estudos elaborados sobre os impactos sociais, econômicos e ambientais das políticas e programas de abastecimento e comercialização de alimentos promovidos pelos membros da Rede SPAA.

Este projeto é baseado no modelo brasileiro de Cooperação Sul-Sul Trilateral (CSST) com organismos internacionais, cujo objetivo é complementar a cooperação bilateral brasileira ancorando-se em vantagens comparativas identificáveis em que as instituições parceiras desempenham papéis colaborativos.

A Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) é o órgão do governo brasileiro responsável pela coordenação da cooperação técnica internacional no Brasil. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) contribui com sua experiência, recursos financeiros, técnicos e humanos para supervisionar e implementar as iniciativas de cooperação. A FAO facilita os processos de cooperação, fornecendo suporte técnico, operacional e administrativo, além de servir como órgão de coordenação da Secretaria Técnica da Rede SPAA. Os países parceiros, por sua vez, participam ativamente de todo o processo de implementação e do desenvolvimento de ações estratégicas para garantir a sustentabilidade do projeto a longo prazo.

Esta é a primeira vez que um membro da Rede SPAA — a CONAB — contribui com recursos financeiros para fortalecer o arcabouço institucional da Rede. Esta iniciativa inédita ressalta mais uma vez a importância da cooperação técnica Brasil-FAO.



2. INTRODUÇÃO

Em 2012, o “Programa Executivo entre a FAO e a República Federativa do Brasil para Implementar a Cooperação Técnica Trilateral em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Redução da Pobreza em Países em Desenvolvimento” foi estabelecido com base no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e várias agências das Nações Unidas, incluindo a FAO, assinado em 29 de dezembro de 1964.

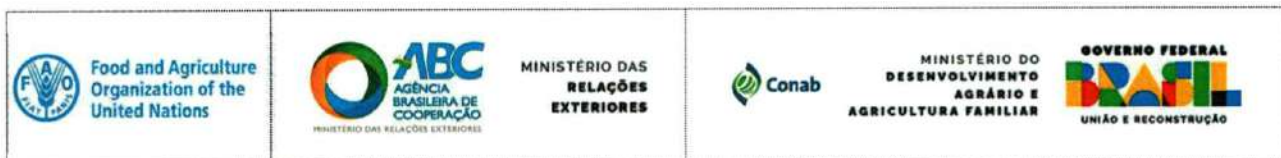
O programa é coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e liderado pelo Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe (RLC), contando com a participação de instituições técnicas do governo brasileiro. Este programa promove a cooperação em áreas-chave como alimentação escolar, governança institucional, segurança alimentar, agricultura familiar e camponesa, compras públicas, políticas agroambientais e territoriais, políticas para o setor de algodão, pesca e aquicultura e apoio emergencial. O Brasil é atualmente um parceiro-chave da FAO para a Cooperação Sul-Sul (CSS) na América Latina e Caribe (ALC), tendo completado mais de 15 anos de parceria e contribuições totalizando mais de US\$ 60 milhões.

Em 2014, o Brasil e outros três países da região (México, Bolívia e Chile) uniram forças para criar a Rede Regional de Sistemas Públicos de Abastecimento e Comercialização de Alimentos (Rede SPAA). A Rede promove sistemas agroalimentares sustentáveis, resilientes e inclusivos, facilitando parcerias e desenvolvendo estratégias de ação conjunta e projetos de cooperação técnica entre países da região. A Rede SPAA conta hoje com 18 países² reunidos para compartilhar políticas, programas, lições aprendidas e melhores práticas em gestão pública relacionadas ao fornecimento e comercialização de alimentos, incluindo estratégias e ferramentas de intervenção como a promoção de circuitos curtos, inteligência e monitoramento de mercados agrícolas, políticas para o estabelecimento e gestão de reservas estratégicas de alimentos, estratégias conjuntas de integração regional para fornecimento e comercialização de alimentos e inovação na geração e gestão de conhecimento. Juntas, essas estratégias e ferramentas aumentam a capacidade de impacto dos governos da região e aprimoram a governança e resiliência dos sistemas agroalimentares nos países da ALC. Em muitos países, essas iniciativas fazem parte de estratégias mais amplas de desenvolvimento rural e urbano, especialmente quando vinculadas a programas de proteção social, compras públicas, alimentação escolar e estratégias de apoio a comunidades indígenas e tradicionais.

A Rede SPAA tem uma presidência e vice-presidência rotativas entre seus membros, bem como uma Secretaria Técnica, a cargo da FAO-RLC. Juntos, estas instâncias coordenam a agenda da Rede, incluindo suas reuniões presenciais anuais, intercâmbios virtuais (como Comunidades de Prática e Diálogos Técnicos), produção de conhecimento (estudos e diagnósticos) e projetos de cooperação técnica entre os membros³. Desde 2024, a Rede tem um site em espanhol, abrigado

² Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Venezuela e São Vicente e Granadinas.

³ *Fortalecimiento a los Sistemas Públicos de Comercialización y Abastecimiento de Alimentos en América Latina y el Caribe – SPAA (TCP/RLA/3509), Sistemas alimentarios que favorezcan la implementación de*



no site oficial da FAO na ALC⁴. Entre 2024 e 2026, a CONAB ocupa a presidência da Rede, priorizando o combate à fome, promovendo sistemas agroalimentares inclusivos, sustentáveis e resilientes ao clima, e fortalecendo e posicionando a Rede SPAA na ALC e globalmente.

Até o momento, a Rede SPAA operou sem financiamento próprio. Não obstante, a rede logrou expandir de quatro para 18 membros e pretende crescer ainda mais, adicionando novos membros na região, especialmente no Caribe. Os recursos da CONAB do Brasil para este projeto representam a primeira contribuição de uma instituição membro ao arcabouço institucional da Rede. O progressivo compromisso financeiro dos países membros constitui uma importante contribuição para a sustentabilidade da Rede e para a escalabilidade do fortalecimento das instituições públicas de abastecimento e comercialização de alimentos na ALC.

A prioridade dada ao fortalecimento da Rede SPAA está alinhada às prioridades definidas pelo governo brasileiro no âmbito de sua Cooperação Sul-Sul bilateral e trilateral, evidenciadas pelos compromissos assumidos em fóruns políticos e institucionais regionais fundamentais para a América Latina e o Caribe: a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), o MERCOSUL e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Atualmente, esses fóruns contemplam medidas de cooperação técnica entre países, levando em consideração iniciativas de políticas públicas desenvolvidas no Brasil. Exemplos incluem o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional da CELAC e o Plano de Erradicação da Fome 2025 – SAN CELAC, a Reunião Especializada do Mercosul sobre Agricultura Familiar – REAF-MERCOSUL e a Estratégia Amazônica de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

O projeto converge com a renovada ênfase dada pelo governo brasileiro ao enfrentamento da fome e da pobreza em âmbito internacional, expressa em fóruns multilaterais como o G-20 e o BRICS, com destaque à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada em 2024. O projeto também se alinha a compromissos e decisões recentes adotados na região e pelo governo brasileiro para revitalizar e atualizar a agenda regional de segurança alimentar e nutricional e a agenda para sistemas públicos de abastecimento e comercialização de alimentos, fortalecendo o vínculo entre essas agendas e os esforços para enfrentar as mudanças climáticas. Da mesma forma, em 2024, os membros da Rede Regional de Sistemas Públicos de Abastecimento e Comercialização de Alimentos (Rede SPAA) expressaram seu compromisso na Declaração de Brasília em promover uma agricultura sustentável com enfoque agroecológico, bem como ampliar o acesso a alimentos saudáveis, enfrentando as mudanças climáticas com sistemas alimentares resilientes (Rede SPAA 2024).

Tendo identificado essas sinergias, o governo brasileiro e a FAO — em consulta com outros membros da Rede SPAA — priorizaram neste projeto o fortalecimento institucional da Rede SPAA e das instituições públicas de abastecimento e comercialização de alimentos de seus 18 membros. Nesse sentido, o projeto busca contribuir para o aprimoramento das políticas públicas de abastecimento e comercialização de alimentos na região e o aumento das oportunidades de

estrategias para facilitar el acceso físico y económico de alimentos saludables a poblaciones vulnerables (TCP/RLA/3709), Resiliencia de los sistemas de abastecimiento de El Salvador, Panamá, Ecuador, Bolivia, Haití y Honduras frente a escenarios de desastres y crisis (TCP/RLA/3721), Estrategias públicas-privadas para modernización de actores del canal tradicional responsables de la comercialización y distribución de alimentos (TCP/RLA/3808).

⁴ <https://www.fao.org/in-action/redspaa/es>.



acesso a alimentos mais saudáveis e sustentáveis para as populações mais vulneráveis no espectro urbano-rural. Também busca fortalecer a sustentabilidade da Rede e a escalabilidade de seus intercâmbios, inclusive junto a novos países do Caribe.

3. CONTEXTO

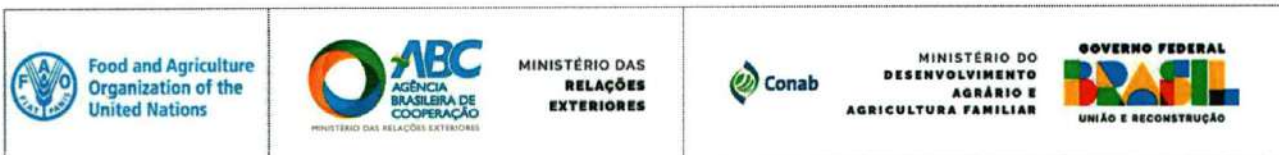
3.1. Problemas e questões a serem abordados

A fome e a insegurança alimentar continuam sendo grandes desafios na América Latina e no Caribe. Em uma região frequentemente descrita como uma potência agrícola, com economias dinâmicas capazes de produzir e exportar alimentos (SELA 2022), a fome e a insegurança alimentar aumentaram desde 2014 e sobretudo durante a pandemia de COVID-19, quando a prevalência da fome atingiu 8,6% em 2021 (aproximadamente 56,5 milhões de pessoas). Desde então, a insegurança alimentar não foi reduzida aos níveis pré-pandêmicos (FAO et al. 2023; FAO et al. 2024).

Em 2023, a insegurança alimentar moderada ou grave atingiu 28,2% da população da região, enquanto a taxa de prevalência de desnutrição atingiu 6,2% (aproximadamente 41 milhões de pessoas) (FAO et al. 2024). As desigualdades entre países da região e internamente dentro de cada país em termos de insegurança alimentar são prevalentes, incluindo disparidades específicas de gênero (FAO 2023). Essa desigualdade é ainda mais acentuada no caso de mulheres e povos tradicionais e indígenas (SPAA 2023).

Responsável por 13% da produção agroalimentar mundial, 41,6% do que é produzido na região é exportado, com um superávit agroalimentar anual de mais de US\$ 174 bilhões (SELA 2023). Entretanto, a grande maioria dos países da região está exposta a problemas de produção e comercialização, bem como ao aumento nos preços dos alimentos (SELA 2023). Em 2022, a inflação anual dos alimentos na região foi de 43,9%, enquanto globalmente não ultrapassou 23%. Em vários países da América Latina, os aumentos nos preços dos alimentos superaram a média da inflação geral, inclusive no Brasil. Além disso, o custo de uma dieta saudável na região é o mais alto do mundo (4,56 dólares PPP) (FAO et al. 2024).

Esses problemas afetam principalmente a população urbana da ALC. A população urbana representa atualmente 81% e o contínuo urbano-rural concentra os maiores riscos de insegurança alimentar e a maior prevalência de todas as formas de desnutrição, incluindo taxas crescentes de sobrepeso e obesidade (Intini et al., 2021). No Brasil, o retorno a níveis alarmantes de fome e desnutrição afeta principalmente as periferias urbanas. De acordo com dados de 2022, 27 milhões dos 33 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave viviam em áreas urbanas. Estas mesmas áreas apresentam desigualdades raciais e de gênero evidentes, com níveis de insegurança alimentar chegando a 65% em lares chefiados por mulheres ou pessoas negras e pardas. Ao mesmo tempo, o sobrepeso tem aumentado em todas as capitais brasileiras, afetando mais da metade da população adulta e quase um quarto com obesidade (Rede PENSSAN 2022).

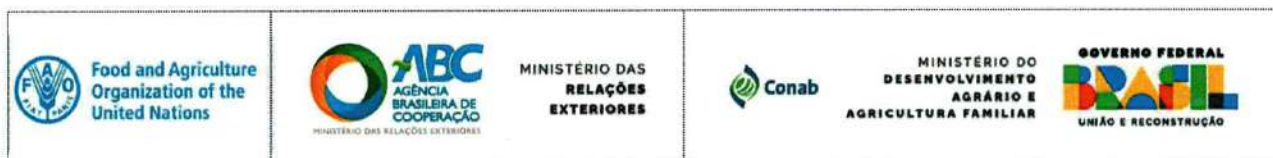


Os dados demonstram a necessidade de transformar os sistemas agroalimentares da região para torná-los mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis. Os Sistemas Públicos de Abastecimento e Comercialização de Alimentos (SPAA) são ferramentas essenciais para fornecer um fornecimento estável de alimentos básicos saudáveis e facilitar o acesso a alimentos para a parcela mais vulnerável da população (FAO 2017; Burlingame e Dernini, 2012). Os SPAA são essenciais para a produção de alimentos, pois promovem circuitos curtos de comercialização, aportam à renda familiar e contribuem para o acesso a alimentos saudáveis. Em suas ações, os SPAA consideram prioritário beneficiar a agricultura familiar e camponesa e promover a resiliência diante de situações de emergência relacionadas a fatores econômicos, sociais e ambientais (FAO 2017). As iniciativas promovidas pelos SPAA na região incluem programas públicos de feiras, lojas, armazéns fixos e móveis, supermercados, reservas estratégicas de alimentos, monitoramento e análise agroclimatológica e sistemas de informação de preços que contribuem para a transparência dos mercados.

Nas últimas décadas, os sistemas alimentares da região passaram por mudanças profundas resultantes de processos de desregulamentação, desnacionalização e liberalização comercial. No entanto, a participação do Estado continua sendo essencial para alcançar a segurança alimentar, promover o desenvolvimento econômico, a democracia e a integração por meio de instituições e sistemas de fornecimento de alimentos sustentáveis e resilientes (Morgan e Soninno 2008). Os SPAA seguem sendo, portanto, essenciais para impulsionar as economias locais, garantir o acesso aos alimentos, promover a agricultura familiar e camponesa e fornecer programas de proteção social, programas de compras públicas, como a alimentação escolar, e programas de adaptação climática.

Diante de inúmeros eventos sociais, econômicos e ambientais extremos da última década, vários países da região fortaleceram seus mecanismos de regulação do mercado interno e a gestão física de reservas estratégicas de alimentos, além de melhorar seus sistemas de monitoramento de preços e mercados para garantir a disponibilidade e o acesso a alimentos básicos saudáveis, especialmente para os mais vulneráveis (FAO e BID 2021). No entanto, ainda há desafios no fortalecimento das capacidades das instituições públicas de abastecimento e comercialização de alimentos para aumentar a resiliência e reduzir a vulnerabilidade da população, mitigando o impacto da volatilidade dos preços e da inflação dos alimentos e adotando medidas para equipar os sistemas agroalimentares com instrumentos para se adaptarem às mudanças climáticas e garantirem maior resiliência a choques e tensões. Neste sentido, são necessárias ações junto aos sistemas de abastecimento e comercialização de alimentos para por exemplo, garantir o armazenamento e a preservação adequados dos alimentos, bem como melhorar a infraestrutura e a eficiência dos mercados, melhorar tecnologias de comercialização de alimentos e a transparência de mercados, buscando conceber e implementar sistemas agroalimentares menos lineares e mais circulares.

Foram estas algumas das razões que levaram quatro países da região (México, Bolívia, Brasil e Chile) a se unirem para criar a Rede Regional de Sistemas Públicos de Abastecimento e Comercialização de Alimentos (Rede SPAA) em 2014. A Rede tem como objetivo promover o diálogo e a troca de experiências para fortalecer capacidades públicas e estatais, facilitar o estabelecimento de alianças e desenvolver estratégias de ação conjunta e projetos de cooperação técnica entre instituições públicas de comercialização e abastecimento de alimentos dos países da região. A Rede SPAA participa da implementação do Plano CELAC para Segurança Alimentar,



Nutrição e Erradicação da Fome e contribui para o Programa Estratégico da FAO que visa estabelecer sistemas agroalimentares urbanos inclusivos, sustentáveis e resilientes.

Atualmente, a Rede inclui 18 países na região. No atual contexto de grande instabilidade global, surgem novos desafios para aumentar a resiliência e reduzir a vulnerabilidade da população a múltiplos eventos extremos. Isso inclui o fortalecimento das capacidades estatais para lidar com a inflação dos preços dos alimentos e a transformação dos sistemas alimentares para mitigar e se adaptar às mudanças climáticas.

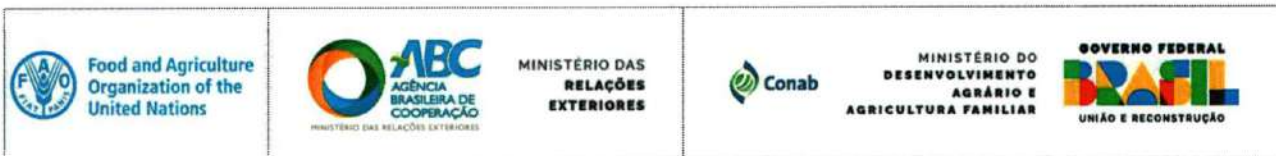
Governos e atores do sistema alimentar, incluindo instituições públicas de fornecimento e comercialização de alimentos, estão desempenhando um papel fundamental na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mas a importância de seu papel como atores-chave na transformação em direção a sistemas agroalimentares mais resilientes e sustentáveis não é suficientemente reconhecida. A atuação em rede e a CSST oferecem oportunidades para fortalecer instituições nacionais de abastecimento e comercialização de alimentos na América Latina e no Caribe.

Passada uma década de diálogo regional sob a égide da Rede SPAA, os países membros identificaram três questões relacionadas aos SPAA que norteiam as demandas por desenvolvimento de capacidades dos governos da região objeto no âmbito deste projeto:

i. Fortalecimento técnico dos SPAA. É reconhecida a contribuição dos SPAA para a segurança alimentar da região, bem como as deficiências nas capacidades estatais e a inadequação dos sistemas existentes em termos de inclusão e eficiência para garantir o acesso físico e econômico da população mais vulnerável, permitindo-lhe acesso a uma dieta mais diversificada e nutricionalmente equilibrada a preços justos tanto para produtores como para consumidores. Entre os desafios identificados anteriormente estão o armazenamento inadequado de alimentos e a capacidade limitada para sua preservação, infraestrutura de mercado inadequada, tecnologia de comercialização de alimentos apresentando limitações significativas para os participantes dos canais tradicionais de abastecimento, falta de transparência nos mercados e cadeias de fornecimento e comercialização ineficientes.

A situação atual, marcada pelos efeitos persistentes da pandemia da COVID-19 e por novos choques externos sociais, econômicos e ambientais, impacta diretamente os preços dos alimentos e dificulta o acesso das populações mais vulneráveis a uma alimentação equilibrada e nutricionalmente adequada. Vários choques afetam a produção de alimentos e, quando combinados com o aumento dos preços das commodities e dos insumos agrícolas, têm elevado os preços de alimentos, afetando diretamente produtores e consumidores. O aumento da inflação, especialmente nos preços dos alimentos, dificulta o acesso econômico da população mais vulnerável a uma alimentação saudável (SPAA 2022).

Enfrentar esses desafios exige uma ampla gama de ações equilibradas no sistema de abastecimento e comercialização de alimentos. Entre as ações, observa-se um renovado esforço regional para fortalecer capacidades de governos nacionais e subnacionais (especialmente nas cidades) e outros atores nos sistemas alimentares em todo o contínuo urbano-rural, incluindo redes



regionais, por meio de ações de diálogo e intercâmbio promovidas pela CSST na região (FAO e BID 2021). Neste contexto, a Rede SPAA tem desempenhado um papel fundamental, mas ainda modesto e inconsistente nas estratégias de fortalecimento das instituições e dos SPAA nos países da região. Mudanças políticas nos países membros e a falta de financiamento para a Rede são obstáculos à troca de experiências e maior integração e cooperação entre os membros. O fortalecimento institucional da Rede é necessário para dinamizar, ampliar e garantir a sustentabilidade do diálogo técnico-político entre os membros e seu impacto no fortalecimento das capacidades estatais dos países membros.

ii. Visibilidade limitada das políticas e programas das instituições públicas nos níveis regional e nacional. As instituições públicas e os programas e ações por eles promovidos, tais como programas de feiras, lojas, armazéns fixos e móveis, supermercados, reservas estratégicas de alimentos e sistemas de informação de preços, entre outros, sofrem de baixa visibilidade.

A conscientização sobre as ferramentas e os benefícios sociais e econômicos dos programas de abastecimento e comercialização de alimentos promovidos pelos membros da Rede SPAA (incluindo seu impacto positivo no acesso a alimentos, na diversificação alimentar, na criação de empregos e na melhoria da dinâmica territorial) é necessária para apoiar e mobilizar os produtores e aproximar os consumidores (SPAA 2023).

Além de contribuir para o desenvolvimento ou aprimoramento de ferramentas destinadas a produtores e consumidores para que conheçam os programas públicos promovidos pelos SPAA, é necessário promover maior visibilidade e garantir comunicação mais efetiva e estratégica. Tais esforços de comunicação e visibilização devem estar apoiados em estudos e evidências, buscando alcançar um maior número de técnicos, gestores e formuladores de políticas nos países da região, e com isso fortalecer a própria Rede e o intercâmbio técnico e político entre os países membros.

Da mesma forma, uma maior visibilidade dos SPAA nos países membros da Rede e da própria Rede — como ferramenta de fortalecimento de programas e políticas na região — contribui para a integração de novos membros (especialmente no Caribe) e para o diálogo com outros países em desenvolvimento na África e na Ásia.

iii. Falta de estudos e evidências do impacto das políticas e programas promovidos pelos SPAA. Faltam estudos sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais dos diversos programas e políticas promovidos pelos SPAA da região para apoiar seu aprimoramento nos diferentes países membros da Rede e promover a disseminação e o intercâmbio de conhecimentos, experiências e boas práticas existentes na ALC.

Em especial, são necessários estudos de programas e iniciativas que promovam circuitos curtos de comercialização envolvendo a agricultura familiar, como mercados de produtores, armazéns ou lojas (fixas e móveis), e as soluções de acesso a alimentos por eles oferecidos, principalmente em cenários onde há “pântanos” e “desertos alimentares”, bem como situações de emergência. No atual cenário de aumento da inflação dos preços dos alimentos, também são necessários estudos sobre políticas, experiências e iniciativas de controle de preços de alimentos em vários países da ALC e outras regiões do mundo.

A geração de evidências é uma ferramenta fundamental para fornecer insumos que orientem a tomada de decisões estratégicas e forneçam suporte técnico no desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas públicas que impactam o fornecimento e a comercialização de



alimentos (Red SPAA, 2022), além de contribuir para a melhoria no desenvolvimento e atualização de marcos regulatórios e legais existentes.

Além disso, tanto a geração de evidências sobre o impacto das políticas e programas promovidos pelas instituições públicas nos membros da Rede como sua disseminação no âmbito da Rede contribuem para o fortalecimento institucional da Rede SPAA. Isso se dá tanto pela gestão e intercâmbio de conhecimento com base em evidências geradas em nível regional, como pela comunicação estratégica e da promoção de espaços de intercâmbio técnico-político, incluindo as Comunidades de Prática, diálogos técnicos e atividades nacionais de disseminação em cada país membro.

Com esses desafios em mente, o Governo da República Federativa do Brasil está oferecendo à FAO recursos técnicos e financeiros mediante ações de CSS para contribuir com o fortalecimento das instituições de abastecimento e comercialização de alimentos por meio do diálogo e da troca de experiências e boas práticas em nível regional.

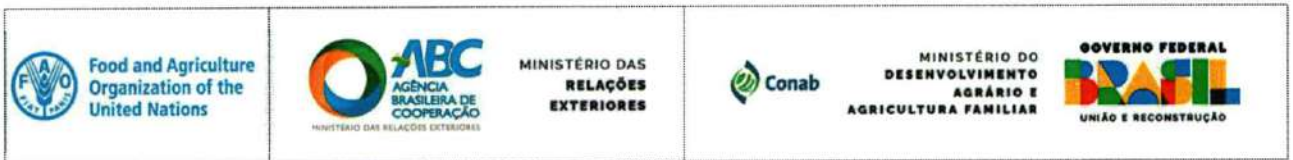
Como resultado, espera-se que os países da América Latina e do Caribe aprimorem suas políticas de abastecimento e comercialização de alimentos na região e aumentem as oportunidades de acesso a alimentos mais saudáveis e sustentáveis para as populações mais vulneráveis ao longo do contínuo urbano-rural.

Este projeto contribuirá, portanto, para o aumento da resiliência dos sistemas agroalimentares e a redução da vulnerabilidade da população a eventos extremos relacionados a fatores econômicos, sociais e ambientais, contribuindo assim para a segurança alimentar e nutricional na ALC.

3.2. Justificativa do projeto

Este projeto está alinhado às prioridades definidas pelo Governo da República Federativa do Brasil, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Em nível nacional, o combate à fome é uma das principais prioridades do atual governo federal. O Brasil teve avanços significativos na primeira década do século, culminando em 2014 com sua saída do Mapa da Fome publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Porém, em 2018, o país voltou a figurar no mapa da fome. No final de 2022, dos 33 milhões de pessoas enfrentando insegurança alimentar grave, 27 milhões viviam em cidades, especificamente em suas periferias. O problema da fome no Brasil é caracterizado por profundas desigualdades raciais e de gênero: em domicílios onde a pessoa de referência é uma mulher ou em domicílios chefiados por pessoas pretas e pardas, os níveis de insegurança alimentar chegam a 65% (Rede PENSSAN 2022). Por outro lado, o excesso de peso também aumentou no país. Em todas as capitais brasileiras, mais da metade da população adulta está acima do peso e quase um quarto sofre de obesidade (Brasil, 2021).

Choques externos de vários tipos (sociais, econômicos e climáticos) levaram à inflação dos alimentos, aumentando ainda mais o custo da alimentação saudável no país e na região. Diante desse cenário, o Brasil e outros países da região têm reconhecido e investido no aprimoramento dos marcos institucionais e das políticas e programas públicos de abastecimento e comercialização. No Brasil, um novo impulso foi dado às políticas de combate à fome e segurança



alimentar, coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MSD) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), com apoio de instituições como a CONAB. Entre as ações que estão sendo desenvolvidas estão o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades (Programa Alimentação Cidades) e o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Planaab).

O Planaab é uma iniciativa intersetorial para o período 2025-2028 que a CONAB apoia principalmente para ampliar a participação de agricultores familiares em mercados de alimentos e na criação de estoques públicos de cestas básicas. Da mesma forma, por meio de suas ações e iniciativas, a CONAB contribui para as políticas e estratégias do governo brasileiro para o desenvolvimento rural sustentável, promovendo a participação social na elaboração de políticas públicas e na governança dos sistemas alimentares, da agroecologia e das ações de promoção da segurança alimentar e do desenvolvimento local sustentável para povos indígenas e comunidades tradicionais.

A ênfase no enfrentamento da fome e da pobreza em nível global também se expressa no âmbito da Política Externa Brasileira e se configura tradicionalmente como agenda prioritária do CSS (Suyama et al, 2016; Oliveira e Lima 2023). Além disso, o compromisso do Brasil com a agenda internacional de combate à fome tem sido repetidamente destacado em fóruns regionais e globais, como a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), o MERCOSUL, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), o Comitê de Segurança Alimentar da ONU, as Conferências das Partes sobre Clima e Biodiversidade (COPs) e o G-20. Em todos esses espaços, são identificadas oportunidades sinérgicas para este projeto, cujo progresso pode retroalimentar os debates e processos em questão.

Como parte de sua presidência do G-20 de 2024, o Brasil lançou uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza para levantar recursos e conhecimento para a implementação de políticas públicas e tecnologias sociais comprovadamente eficazes na redução da fome e da pobreza em todo o mundo. O Brasil sediará a Cúpula do Clima COP30 em 2025 na cidade amazônica de Belém, a mesma cidade que sediou a Cúpula Presidencial da OTCA em 2023. A declaração adotada pede o início de um processo de diálogo para desenvolver uma estratégia amazônica para a segurança e soberania alimentar e nutricional. A CELAC, por sua vez, aprovou o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional atualizado para a região, cuja implementação coincidirá com o projeto. Por fim, o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) priorizou em seu plano de trabalho 2024-2027 o desenvolvimento de recomendações de políticas orientadas à ação sobre o fortalecimento dos sistemas alimentares urbanos e periurbanos no contexto da urbanização, bem como ações para promover sistemas agroalimentares resilientes ao clima.

Para a FAO, este Projeto está alinhado com o Plano de Trabalho Regional da FAO 2024-2025 nos seguintes resultados:

<p>Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe (RLC)</p> <p>BE - Melhor Ambiente</p> <p>BE.4 - Alcançar sistemas alimentares urbanos sustentáveis</p>	19647	<p>Os países da região têm políticas para fortalecer a resiliência no fornecimento de alimentos e garantir alimentos acessíveis, seguros e nutritivos para todos os habitantes das cidades, reduzindo a pobreza, a insegurança alimentar e a desnutrição em todas as suas formas, melhorando o meio ambiente e capacitando governos nacionais e locais para transformar os sistemas agroalimentares urbanos, contribuindo para BE, BE4.</p>
	19648	<p>As redes regionais - Rede de Cidades Intermediárias e Sistemas Agroalimentares (Rede CISA), Federação Latino-Americana de Mercados de Abastecimento (FLAMA) e Sistemas Públicos de Abastecimento e Comercialização de Alimentos (SPAA) - são fortalecidas no âmbito da agenda alimentar urbana, promovendo espaços de diálogo, intercâmbio de boas práticas e desenvolvimento de propostas de integração regional com o objetivo de garantir o acesso alimentar aos consumidores, impulsionar a economia local, a resiliência e a sustentabilidade, promover mercados territoriais, com a presença da agricultura familiar, transformando os sistemas agroalimentares ao longo do contínuo urbano-rural.</p>

Podemos citar ainda que o projeto está alinhado a alguns resultados nacionais, como os citados abaixo:

	<p>7393</p> <p>Costa Rica</p>	<p>O Conselho Nacional de Mercados de Agricultores da Costa Rica está implementando um plano para aumentar a participação nos mercados de agricultores e posicioná-los como mercados urbanos "verdes", capazes de garantir alimentos suficientes, acessíveis, nutritivos e sustentáveis.</p>
	<p>7097- Argentina</p>	<p>Até dezembro de 2025, será desenvolvido o Plano para melhorar as capacidades técnicas, de informação e transparência que contribuam para a inovação e a replicabilidade da experiência nos mercados atacadistas de frutas e vegetais.</p>

	10704 - Honduras	Fortalecimento das instituições públicas relacionadas ao abastecimento de alimentos (IHMA) e comercialização (BANASUPRO) considerando a participação da Agricultura Familiar.
	10626 - Bolívia	Entidades governamentais nacionais e subnacionais e organizações sociais comunitárias fortalecem seus canais tradicionais de abastecimento e comercialização de alimentos no âmbito da agenda alimentar urbana, promovendo espaços de diálogo e intercâmbios técnicos, com o propósito de garantir o acesso dos consumidores aos alimentos, impulsionar a economia local, a resiliência e a sustentabilidade, promover mercados territoriais e comercialização inclusiva, com a presença de agricultores familiares e camponeses, transformando os sistemas agroalimentares ao longo do contínuo urbano-rural.
	7031 Peru	PRODUCE e PNDP, com assistência técnica da FAO, fortalecem sua liderança na gestão de mercados de alimentos com instrumentos como o roteiro de mercado, normas técnicas, promoção de melhorias de infraestrutura e planos de treinamento.

O projeto também contribui para a Prioridade Regional 3 da FAO na América Latina e Caribe, a saber, a gestão sustentável dos recursos naturais e adaptação às mudanças climáticas, particularmente por meio do fortalecimento dos sistemas agroalimentares em áreas urbanas e rurais.

Além disso, desde 2021, a formação de redes de intercâmbio, como a Rede de Cidades Intermediárias, a Rede de Mercados Fornecedores e a Rede SPAA, destacou a demanda de vários atores, públicos e privados, nacionais e subnacionais, para estabelecer mecanismos eficazes de CSST para promover ações concretas de transformação dos sistemas alimentares, com objetivos claros na promoção de ambientes alimentares mais saudáveis e sustentáveis.

3.3. Trabalhos anteriores relacionados

Há 15 anos, a parceria entre Brasil e FAO promove iniciativas de cooperação Sul-Sul e trilateral no âmbito do Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO, o que tem permitido o compartilhamento de experiências e lições aprendidas para o alcance dos ODS. No período, foram implementados projetos em áreas como Alimentação Escolar, Compras Públicas, Fortalecimento do Diálogo entre FAO, Governos e Sociedade Civil, Segurança Alimentar, Políticas Agroambientais, Fortalecimento do Setor Algodoeiro, Fortalecimento Institucional da Pesca e Aquicultura e Apoio Emergencial.



O programa de cooperação Brasil-FAO para a promoção da CSS é implementado conjuntamente pelos Escritórios da FAO na região: o Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe (RLC), com sede em Santiago, Chile; o Escritório Sub-regional da FAO para a Mesoamérica (SLM), com sede no Panamá; o Escritório Sub-regional da FAO para o Caribe (SLC), com sede em Barbados; e o Escritório da FAO no Brasil (FAOBRA), bem como as instituições técnicas do governo brasileiro, coordenadas pela ABC/MRE.

Esta é uma parceria sólida que se mantém ao longo do tempo e tem trazido um número significativo de resultados e iniciativas para a região, como intercâmbios e eventos técnicos bilaterais e regionais, apoio multilateral, desenvolvimento de estudos, análises e outros tipos de geração de informações e evidências sobre diversos temas.

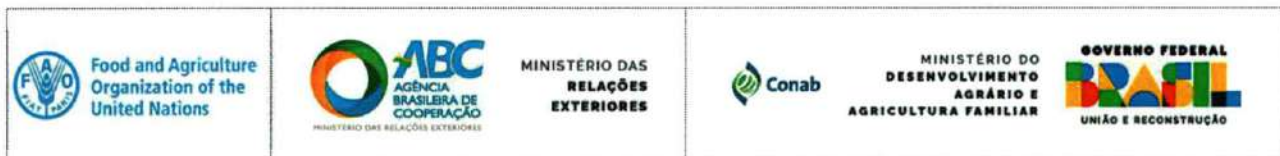
Os resultados do programa incluem o desenvolvimento e o aprimoramento de políticas e regulamentações nas áreas de agricultura familiar, alimentação escolar, compras públicas e produção e cultivo de algodão em nível nacional nos países parceiros. Eles também contemplam o fortalecimento da coordenação temática regional e o aumento da capacidade dos países cooperantes de influenciar a arena global.

A CSS, no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Brasil-FAO, tem promovido mudanças profundas nas políticas de SAN em diversas áreas, como diretrizes alimentares e programas de compras públicas como a alimentação escolar, que têm melhorado a qualidade de vida e a nutrição de milhões de crianças na região.

A agricultura familiar também foi fortalecida por meio de iniciativas de apoio à Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF), que conta com a participação dos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e outras partes interessadas. Entre elas, representantes da sociedade civil, acadêmicos, cooperativas e outros, todos trabalhando juntos para elaborar e implementar medidas de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e camponesa.

Atualmente, o Brasil é o parceiro mais importante da FAO para CSS na região da ALC, gerando uma cooperação superior a US\$ 60 milhões. Em particular, a CONAB e a FAO têm trabalhado juntas na Rede SPAA desde sua criação em 2014. O Brasil é um membro fundador da Rede SPAA, e a CONAB é uma referência técnica sumamente importante regionalmente para outras instituições públicas na ALC. Este projeto será a primeira contribuição de um país membro para fortalecer a cooperação regional Sul-Sul e promover a agenda técnica da Rede SPAA. Isso contribuirá para fortalecer a rede, bem como o processo de integração, o diálogo político e a cooperação técnica regional e bilateral na região.

Por sua vez, a FAO está implementando o quadro de referência para a Agenda de Sistemas Públicos de Abastecimento e Comercialização de Alimentos em nível regional. Desde 2014, a FAO é responsável pela Secretaria Técnica da Rede SPAA de sistemas públicos de abastecimento e comercialização de alimentos, que é responsável pela implementação de políticas de apoio à segurança alimentar, compras públicas e reservas alimentares. Na última década, a FAO implementou vários projetos nacionais de cooperação técnica em países da região e outros em



nível regional. Os quatro principais projetos regionais implementados desde 2016 ("Fortalecimento dos Sistemas Públicos de Comercialização e Abastecimento de Alimentos na América Latina e no Caribe - SPAA", "Sistemas alimentares que favoreçam a implementação de estratégias para facilitar o acesso físico e econômico a alimentos saudáveis para populações vulneráveis", "Resiliência dos sistemas de abastecimento de El Salvador, Panamá, Equador, Bolívia, Haiti e Honduras diante de cenários de desastres e crises", "Estratégias público-privadas para a modernização de atores do canal tradicional responsáveis pela comercialização e distribuição de alimentos"⁵) totalizam US\$ 1.315.000 e envolveram 20 países (11 na América do Sul, 7 na América Central e 2 no Caribe).

A FAO também atua como Secretaria Técnica de duas outras redes importantes para o diálogo regional sobre questões de segurança alimentar e sistemas: a Rede Regional de Mercados Atacadistas de Alimentos, com mais de 150 centros de abastecimento envolvidos, e a Rede de Cidades Intermediárias e Sistemas Agroalimentares (Rede CISA).

3.4. Vantagens comparativas da FAO e das instituições brasileiras

3.4.1 Vantagens comparativas da FAO

O Marco Estratégico da FAO (2022-2031) reflete seu compromisso com uma visão abrangente para a transformação em direção a sistemas agroalimentares mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis, sem deixar ninguém para trás, a fim de alcançar dietas saudáveis para todos. O Marco Estratégico abrange quatro áreas interligadas, nomeadamente:

1. *Melhor Vida*. Empoderamento de mulheres indígenas em áreas rurais, acesso a sistemas agroalimentares resilientes e transformação rural inclusiva, promovendo crescimento econômico inclusivo por meio da redução das desigualdades.
2. *Melhor Produção*. Acesso equitativo da população indígena aos recursos produtivos, garantindo a resiliência e a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares em condições climáticas e ambientais mutáveis.
3. *Melhor Nutrição*. Promover mercados e comércio transparentes, melhorando efetivamente a qualidade da dieta da população indígena.
4. *Melhor Meio Ambiente*. Promover práticas sustentáveis e climaticamente inteligentes, com uma área programática prioritária ligada ao desenvolvimento de sistemas alimentares urbanos saudáveis e resilientes.

Com sede em Roma, a FAO está presente em mais de 130 países por meio de uma rede de escritórios regionais e sub-regionais e escritórios em países em desenvolvimento. Essas relações diretas com instituições nacionais e regionais relevantes para a cooperação permitem que os escritórios nacionais da FAO desempenhem um papel importante na facilitação de contatos e acordos entre instituições colaboradoras nos países e no fornecimento de supervisão técnica de projetos realizados pela Organização. A presença em campo também é um componente muito útil da capacidade executiva da FAO na gestão de seu portfólio de projetos de cooperação técnica,

⁵ TCP/RLA/3509, TCP/RLA/3709, TCP/RLA/3721 e TCP/RLA/3808, respectivamente.



que hoje soma milhões de dólares investidos diretamente a cada ano na luta contra a fome e a pobreza em países em desenvolvimento da América Latina e do Caribe.

3.4.2 Vantagens comparativas da ABC

O CSS se caracteriza por promover relações horizontais entre países, guiadas pelos princípios de respeito à soberania, propriedade e independência nacionais, igualdade, ausência de condicionalidade e não-ingerência em assuntos internos, bem como benefício mútuo. Isso representa uma oportunidade para o Brasil compartilhar avanços e lições aprendidas no desenvolvimento de abordagens, programas e tecnologias sociais e, ao mesmo tempo, aprender com as experiências de outros países nessas áreas de cooperação.

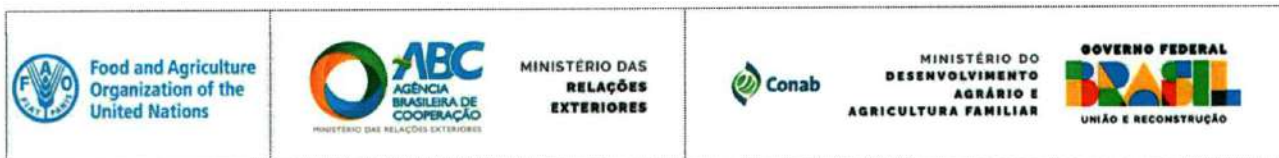
A cooperação técnica internacional no Brasil é coordenada pela ABC/MRE, cujas responsabilidades incluem negociar, coordenar, implementar e monitorar programas e projetos de cooperação técnica brasileira, executados com base em acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais. No cumprimento de sua missão, a ABC é orientada pela política externa do Ministério das Relações Exteriores e pelas prioridades de desenvolvimento nacional, definidas nos planos setoriais e programas de cooperação técnica internacional do governo. Além disso, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO nº 13.473/2018), em seu art. 8º, § 1º, permite que órgãos e entidades do Poder Executivo federal transfiram entre si créditos para execução de políticas de interesse comum.

A cooperação técnica internacional por meio da CSS promove as políticas bem-sucedidas do Brasil em outros países da região, contribuindo para o processo de melhoria contínua dessas políticas em âmbito doméstico. Ao mesmo tempo em que os benefícios são evidentes, também são identificados os pontos necessários para revisão e aprimoramento dos programas brasileiros utilizados como base.

3.4.3 Vantagens comparativas da CONAB

Por sua vez, a CONAB tem participado ativamente no campo da cooperação internacional, estabelecendo relações de trabalho com suas contrapartes em vários países da região e de outras partes do mundo, bem como com a sociedade civil. A CONAB é uma empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar (MDA). O órgão atua para garantir renda aos produtores rurais, segurança alimentar e nutricional e regularidade no abastecimento, gerar inteligência para a agricultura e participar da formulação e implementação de políticas públicas, inclusive de inclusão social. Alguns dos programas e políticas mais importantes da CONAB são: a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) (inclusive para produtos e sociobiodiversidade, PGPMBio), a Gestão de Estoques Públicos, a Armazenagem, o Programa de Modernização do Mercado Hortifrutigranjeiro Brasileiro (Prohort), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Vendas de Balcões e Cestas Básicas.

A CONAB é referência internacional e participa de redes e projetos de cooperação internacional, especialmente com países da América Latina e da África. Atualmente, ela está envolvida em seis



projetos de cooperação técnica Sul-Sul na América Latina e Caribe e no continente africano⁶. Pelo menos dois novos projetos estão em fase de prospecção⁷. A CONAB também participa de outras redes e organizações regionais, como a REAF/MERCOSUL e a Organização de Informação de Mercado das Américas (MIOA).

A CONAB é membro fundador da Rede SPAA e continua sendo uma referência técnica para instituições congêneres na região. A CONAB exerce a presidência da Rede para o biênio 2024-2026. Este projeto será a primeira contribuição de um país membro para fortalecer a cooperação regional Sul-Sul e promover a agenda técnica da Rede SPAA. Isso contribuirá para fortalecer a rede, bem como o processo de integração, o diálogo político e a cooperação técnica regional e bilateral na região.

3.5. Partes interessadas

Beneficiários diretos: Instituições públicas de abastecimento e comercialização de alimentos da América Latina e Caribe e a Rede Regional de Sistemas Públicos de Abastecimento e Comercialização de Alimentos (Rede SPAA).

Beneficiários indiretos: Cooperativas agroalimentares; mercados e centros de abastecimento; organizações de pequenos produtores e agricultores familiares e camponeses, especialmente aqueles envolvidos em programas públicos de abastecimento alimentar, como mercados varejistas, feiras de produtores e lojas fixas ou móveis; organizações da sociedade civil e agroindústrias ligadas à agricultura familiar; organizações de consumidores e da sociedade civil ligadas à questão de SAN nas cidades (especialmente organizações de mulheres, organizações afrodescendentes, organizações comunitárias tradicionais e organizações de povos indígenas).

Beneficiários finais: Populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com atenção especial aos domicílios chefiados por mulheres, gestantes, lactentes, crianças e idosos.

4. MARCO DO PROJETO

4.1. Impacto

O projeto busca contribuir para aumentar a resiliência dos sistemas agroalimentares e reduzir a vulnerabilidade da população diante de eventos extremos relacionados a fatores econômicos, sociais e ambientais, em todos os países da região, por meio da Cooperação Sul-Sul Trilateral.

Neste sentido, a sua principal contribuição para a agenda 2030 centra-se fundamentalmente nos seguintes objetivos:

- ODS 1. Acabar com a pobreza

⁶ Ver projeto de CSST BRA/13/008, BRA/13/008-S, BRA/13/008-S304, BRA/13/008-A386 com Angola, Colômbia, Cabo Verde, El Salvador, Honduras e República Dominicana. Anteriormente, a CONAB desenvolveu projetos de fortalecimento de capacidades com outros países da região (por exemplo, o projeto BRA/13/008-S294 com Bolívia) e ações junto a países africanos como Togo, Quênia e África do Sul, alguns dos quais em colaboração com o Centro de Excelência contra a Fome no Brasil do Programa Mundial de Alimentos.

⁷ Atualmente, os projetos em fase de prospecção envolvem outros dois países da ALC: Venezuela e Cuba.



Metas 1.1 e 1.2 - Com foco na superação da pobreza nas populações mais vulneráveis (tanto a pobreza extrema quanto a pobreza em todas as suas dimensões), promovendo o desenvolvimento territorial local.

Meta 5. “Até 2030, desenvolver a resiliência dos pobres e daqueles em situações vulneráveis e reduzir sua exposição e vulnerabilidade a eventos extremos relacionados ao clima e outros desastres econômicos, sociais e ambientais.”

- ODS 2. Fome Zero

Meta 2.1 - Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e aqueles em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

Meta 8. “Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de produtos alimentícios e seus derivados e facilitar o acesso oportuno às informações de mercado, particularmente sobre estoques de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.”

- ODS 11. Cidades e comunidades sustentáveis

Meta 11.a - Apoiar vínculos econômicos, sociais e ambientais positivos entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, fortalecendo o planejamento do desenvolvimento nacional e regional.

Também é identificada a contribuição de forma mais difusa do projeto para os seguintes ODS:

- **ODS 5: Igualdade de gênero:** Fortalecer a participação de mulheres produtoras na agricultura familiar, mulheres consumidoras e participantes da agricultura de circuito curto.

- **ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico:** Promover políticas orientadas ao desenvolvimento que apoiem atividades produtivas, criação de empregos decentes, empreendedorismo, criatividade e inovação, e fomentem a formalização e o crescimento de micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

- **ODS 12: Produção e consumo responsáveis:** O foco na alimentação saudável e sustentável contribui para promover padrões de consumo mais responsáveis; produção agroecológica e redução da perda e do desperdício de alimentos.

- **ODS 17. Parcerias para o Desenvolvimento:** Ao promover colaborações estratégicas em diferentes níveis (regional, sub-regional, nacional e subnacional), o projeto contribui para a construção de parcerias para o desenvolvimento sustentável.

4.2. Objetivo de desenvolvimento

Melhoria das políticas de abastecimento e comercialização de alimentos nos países da América Latina e do Caribe.



4.3. Objetivos específicos

- 1) Os países da ALC têm instituições e sistemas de abastecimento e comercialização de alimentos públicos mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis.
- 2) A Rede SPAA conta com uma estrutura fortalecida e dinâmica em seu papel de apoiar o intercâmbio técnico e político entre os países da região.

4.4. Resultados, produtos e atividades (Matriz Lógica)

Resultado 1: Países membros da Red SPAA com capacidades técnicas ampliadas para a concepção e implementação de políticas e programas de abastecimento e comercialização de alimentos que contribuam para o acesso aos alimentos e a inclusão da agricultura familiar e camponesa.

Produto 1.1. Desenvolvimento de Comunidades de Prática e diálogos técnicos virtuais entre os membros da rede, promovendo a integração regional e a Cooperação Sul-Sul, a troca de experiências e o fortalecimento das capacidades técnicas.

- 1.1.1. Planejar, organizar, executar e sistematizar Comunidades de Prática e diálogos técnicos.
- 1.1.2. Divulgar os resultados das reuniões realizadas.

Produto 1.2. Diálogo e oportunidades de troca presenciais promovidas para aprofundar discussões e compartilhar experiências bem-sucedidas e desafios.

- 1.2.1. Planejar, organizar, realizar e sistematizar um intercâmbio na América do Sul.
- 1.2.2. Planejar, organizar, realizar e sistematizar um intercâmbio na América Central.
- 1.2.3. Planejar, organizar, executar e sistematizar a Reunião Anual da Rede SPAA de 2026.
- 1.2.4. Planejar, organizar, executar e sistematizar atividades de Cooperação Sul-Sul entre os membros da Rede SPAA.
- 1.2.5. Planejar, organizar, executar e sistematizar as atividades dos membros da Rede SPAA em eventos internacionais (COP30, ações com a União Africana, G20, etc.).

Produto 1.3. Apoio à implementação da Estratégia Regional para Reservas Estratégicas dos países do SICA e melhoria da governança para enfrentar emergências alimentares na sub-região da América Central.

- 1.3.1. Fornecer apoio para a formação de um órgão de coordenação estratégica regional e o desenvolvimento de um plano de trabalho regional e nacional nos países do SICA.
- 1.3.2. Apoiar a implementação da Estratégia Regional e coordenar o suporte técnico da CONAB nos níveis regional e nacional.
- 1.3.3. Apoiar a criação de um fórum de diálogo técnico-político entre organismos nacionais e regionais sobre gestão de estoques, reservas estratégicas e gestão de cenários de crise alimentar.



Resultado 2: Estratégia desenhada e implementada para gestão do conhecimento, comunicação e visibilidade de experiências, boas práticas e ferramentas implementadas e/ou geradas no âmbito dos sistemas públicos de abastecimento e comercialização de alimentos.

Produto 2.1. Realizar uma análise das demandas de conhecimento comuns por parte dos membros da Rede SPAA que contribuam para o aprimoramento das capacidades institucionais.

2.1.1. Identificar as necessidades dos membros da rede coletando informações por meio de pesquisas e entrevistas.

2.1.2. Desenvolver, concordar e disseminar um Roteiro para apoiar atividades de treinamento e desenvolvimento entre os países da Rede SPAA.

2.1.3. Criar um Repositório de Conhecimento no site da Rede.

Produto 2.2. Realizar um mapeamento de fontes de conhecimento relevantes dentro e fora da Rede SPAA, considerando estudos conduzidos por universidades, centros de pesquisa, especialistas e organizações da sociedade civil da região sobre programas e políticas de fornecimento e comercialização de alimentos e seus impactos.

2.2.1. Identificar demandas por evidências e contratar serviços para desenvolver o mapeamento.

2.2.2. Preparar um documento que compile as melhores práticas identificadas dentro e fora da Rede SPAA.

2.2.3. Design, layout e publicação do estudo.

Produto 2.3. Sistematizar e documentar experiências bem-sucedidas de boas práticas desenvolvidas pelos membros da Rede SPAA, identificando os principais fatores de sucesso, lições aprendidas e replicabilidade.

2.3.1. Identificar, analisar e sistematizar fatores de sucesso, lições aprendidas e replicabilidade das principais experiências geradas pelos membros da Rede SPAA sobre temas como inclusão da agricultura familiar nas compras públicas, gestão de reservas estratégicas de alimentos, políticas de estabilização de preços, mapeamento da produção e transparência de preços de alimentos, circuitos curtos, lojas e supermercados públicos, entre outros.

2.3.2. Publicar notas técnicas e/ou estudos de caso sobre boas práticas.

Produto 2.4. Elaborar um plano de comunicação e visibilidade para a Rede SPAA que considere a divulgação de notícias e informações relevantes geradas pelos membros da rede SPAA e o desenvolvimento de campanhas de informação sobre políticas, programas e ferramentas implementadas por instituições públicas de abastecimento e comercialização de alimentos.

2.4.1. Identificar necessidades para a contratação de serviços de comunicação, design e gestão de sites e apoio ao desenvolvimento de campanhas informativas.

2.4.2. Desenvolver, concordar e disseminar o plano de comunicação e visibilidade da Rede SPAA.

2.4.3. Fortalecer as ferramentas de comunicação existentes da Rede SPAA: melhorar a página da Rede SPAA no site da FAO, criar uma página em inglês para a Rede e fortalecer os comunicadores (por meio de campanhas de informação em mídias tradicionais e virtuais).

2.4.4. Conceber uma plataforma digital (*dashboard*) que compile dados de interesse estratégico para os membros da Rede SPAA, incluindo informações sobre custos de produção, preços de importação e exportação de alimentos básicos, volumes de grãos armazenados em estoques estratégicos, dados sobre alimentos básicos importados e exportados pelos países da região, tabelas de oferta e demanda de alimentos básicos em nível nacional e os indivíduos ou famílias beneficiados por programas públicos de abastecimento e comercialização.

Resultado 3. Estudos elaborados sobre os impactos sociais, econômicos e ambientais das políticas e programas de abastecimento e comercialização de alimentos promovidos pelos membros da Rede SPAA.

Produto 3.1. Estudos sobre os efeitos na melhoria do acesso a alimentos, da transparência e da poupança familiar decorrente de programas de abastecimento e comercialização de alimentos que contribuem para uma maior oferta de alimentos básicos saudáveis promovidos pelos membros da Rede SPAA.

3.1.1. Identificar programas públicos com impacto nacional que contribuem para o acesso à alimentação por meio de diversas modalidades de abastecimento alimentar promovidos pelos membros da Rede SPAA.

3.1.2. Coleta de dados, análise de boas-práticas, gargalos e contribuições para o acesso a alimentos, transparência de preços e poupança familiar.

3.1.3. Elaboração de documento com os principais resultados obtidos.

3.1.4 Design, layout e publicação do estudo.

Produto 3.2. Estudos sobre a importância da gestão de estoques, formação de reservas estratégicas de alimentos e de políticas de estabilização de preços que promovam a inclusão da agricultura familiar e camponesa, o acesso a alimentos e a estabilização de preços em cenários de crise alimentar.

3.2.1. Identificar programas públicos de abastecimento que possuam estoques e reservas estratégicas de alimentos que promovam a participação da agricultura familiar e camponesa, bem como promovam políticas de estabilização de preços diante de cenários de crise alimentar.

3.2.2. Coletar informações e analisar os principais resultados, melhores práticas e gargalos.

3.2.3. Elaboração de documento que sistematize as informações mais relevantes.

3.2.4. Design, layout e publicação do estudo.

Resultado 4. Projeto gerido, monitorado, avaliado e disseminado

Produto 4.1. Equipe de base contratada

4.1.1. Contratar serviços/equipe

Produto 4.2. Comitê de Acompanhamento do Projeto em operação

4.2.1. Instalar o Comitê

4.2.2. Convocar e realizar reuniões e distribuir atas

Produto 4.3. Planos anuais de comunicação estratégica desenvolvidos e implementados

4.3.1. Elaborar plano anual de comunicação

4.3.2. Implementar o plano anual

Produto 4.4. Relatórios de progresso técnico e financeiro elaborados

4.4.1. Coletar dados e informações

4.4.2. Circular e aprovar relatórios

Produto 4.5. Avaliação do projeto realizada

4.5.1. Desenvolver termos de referência

4.5.2. Contratar serviços

4.5.3. Publicar avaliação

4.5. Critérios de sustentabilidade

Desenvolvimento de Capacidades

As atividades visam fortalecer as capacidades individuais, organizacionais e institucionais dos governos nacionais e subnacionais responsáveis por diferentes aspectos dos sistemas públicos de abastecimento e comercialização de alimentos. Diversas avaliações da CSS brasileira têm demonstrado que essa abordagem é potencialmente sustentável, uma vez que fortalece a capacidade dos governos de atuar em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento dos países parceiros.

Além disso, de acordo com os princípios da CSS brasileira e para garantir a relevância, apropriação e sustentabilidade das ações de cooperação, os parceiros devem desempenhar um papel indispensável e ativo no projeto. A participação ativa dos parceiros membros da Rede em



atividades de intercâmbio, o esforço de internalização e socialização das atividades e insumos produzidos no âmbito da Rede com outras contrapartes em cada país membro, bem como as contribuições em espécie dos parceiros, não contabilizadas, também são de especial importância para fortalecer o comprometimento das partes envolvidas, contribuindo para processos de fortalecimento das capacidades nacionais e da Rede SPAA a partir de desafios e experiências comuns.

A estratégia do projeto de atuar nos níveis regional e internacional ajuda a garantir que as contribuições catalisadoras do projeto repercutam em outros fóruns de diálogo, contribuindo para a disseminação de conceitos e práticas promovidos dentro do projeto. Os estudos e campanhas de informação desenvolvidos pelo projeto também poderão ser utilizados por outros países para apoiar o desenvolvimento ou aprimoramento de suas estratégias, marcos políticos e regulatórios e ferramentas sobre o tema.

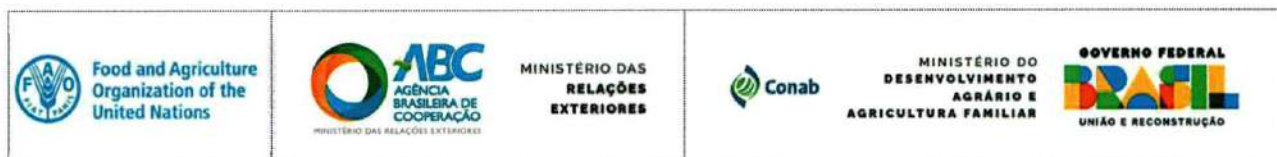
Por fim, além da Rede SPAA, outras redes (como as Redes de Cidades Intermediárias e Sistemas Agroalimentares e a Rede Regional de Mercados Atacadistas de Alimentos) são apresentadas como plataformas autônomas de colaboração entre governos nacionais e locais, e os setores público e privado, proporcionando outro espaço para a sustentabilidade dos esforços e descobertas gerados no âmbito deste projeto.

Igualdade de gênero

A fome e a desnutrição são marcadas por desigualdades de gênero, inclusive em áreas urbanas. Nas suas Declarações, a Rede SPAA reforçou o seu compromisso com os esforços para eliminar a disparidade de gênero, ligando a igualdade de gênero à segurança alimentar e nutricional, bem como promover a participação das mulheres na tomada de decisões no âmbito da redução da pobreza, da fome, da insegurança alimentar e da desnutrição (Rede SPAA 2023).

Nesse sentido, o projeto garantirá que os estudos produzidos pelo projeto forneçam diagnósticos, estratégias e recomendações que incluam uma perspectiva de gênero. Todos os estudos desenvolvidos pelo projeto serão baseados em dados desagregados por etnia, idade e sexo. Quando estes não existirem, os estudos buscarão contribuir para a produção de dados desagregados. As campanhas de informação e o aconselhamento técnico desenvolvidos pelo projeto também devem fornecer informações de uma perspectiva de gênero. Isso buscará informar o fortalecimento e a visibilidade de políticas, programas e iniciativas de fornecimento e comercialização que visem promover a igualdade de gênero em sistemas alimentares urbanos, reforçando a participação de mulheres produtoras e consumidoras em sistemas alimentares de curto-circuito (resultados 1 e 2).

Além disso, o projeto contempla dois produtos específicos que buscam fortalecer a participação de mulheres, jovens, afrodescendentes, povos indígenas e comunidades tradicionais nos sistemas públicos de abastecimento e comercialização. Os resultados 2.4, 3.1 e 3.2 buscam desenvolver insumos, estudos e campanhas de informação com foco em gênero e visibilizar mulheres, jovens, afrodescendentes, povos indígenas e comunidades tradicionais como produtores e consumidores nos circuitos curtos. Os resultados 1.1, 1.2 e 1.3 visam apoiar atividades de diálogo, intercâmbio e cooperação técnica com participação igualitária de gênero. Nesses casos, representantes de organizações da sociedade civil e instituições governamentais que abordam questões de gênero em políticas públicas serão integrados às atividades relevantes.



Todas as produções técnicas e de comunicação do projeto devem utilizar linguagem apropriada, inclusiva, não sexista e não racista.

Por fim, em conformidade com os compromissos da ONU e da FAO de tolerância zero para todas as formas de violência de gênero, o projeto desenvolverá e implementará um Protocolo para a Prevenção de Assédio, Abuso e Exploração Sexual aplicável a todos os indivíduos e instituições sujeitos a um contrato com a FAO neste projeto. O protocolo deverá abordar: (i) conceitos e princípios fundamentais e orientadores; (ii) procedimentos relativos aos contratos celebrados pelo projeto; (iii) implementação de curso obrigatório sobre políticas de prevenção ao abuso e exploração sexual, bem como procedimentos de denúncia e investigação, destinado a pessoas físicas ou jurídicas contratadas; (iv) divulgação do mecanismo de queixas e reclamações do projeto, bem como do Protocolo; (v) instrumentos e responsabilidades relacionados com a denúncia, reclamações e encaminhamento de casos; e (vi) Vias de intervenção em caso de reclamações.

O marcador de gênero da FAO aplicável ao projeto é o marcador de gênero (GM) 1. O Anexo 3 detalha os compromissos do projeto em relação à incorporação da abordagem de gênero.

Povos indígenas, comunidades tradicionais e afrodescendentes

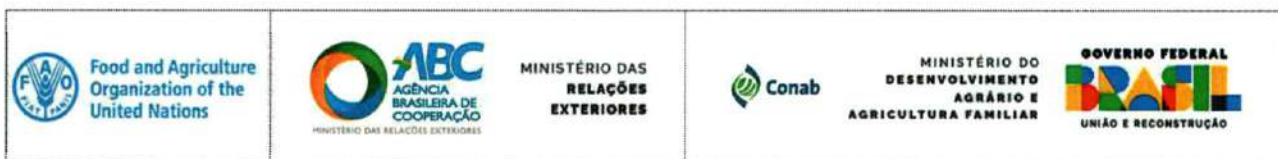
Todos os estudos desenvolvidos pelo projeto serão baseados em dados desagregados por raça, etnia, idade e sexo (quando disponíveis) e buscarão gerar evidências, estratégias e recomendações específicas sobre a relação entre sistemas alimentares e povos indígenas e/ou afrodescendentes, a fim de responder adequadamente às características, necessidades, contribuições e potencial específicos desses grupos.

Além disso, dois produtos específicos impactam diretamente a gestão do conhecimento e a visibilidade da participação (como produtores e consumidores) de povos indígenas, comunidades tradicionais e afrodescendentes nos circuitos curtos promovidos pelos SPAA (produtos 2.2 e 2.3).

Nestes casos, com o objetivo de alcançar produtos verdadeiramente inclusivos, representantes de organizações da sociedade civil e instituições governamentais que abordam questões relacionadas aos povos indígenas e/ou afrodescendentes (quando aplicável) em políticas públicas serão integrados às atividades pertinentes.

Emprego rural decente

Ao fortalecer os sistemas públicos de fornecimento e comercialização que promovem a produção, o fornecimento, o acesso e o consumo sustentáveis de alimentos saudáveis ao longo do contínuo urbano-rural, o projeto estimulará a produção de alimentos frescos e melhorará a conectividade entre a agricultura familiar e camponesa e os mercados urbanos ou instalações de armazenamento e processamento. Nesse sentido, o projeto contribui para o emprego pleno e produtivo e para o trabalho decente nas áreas rurais do entorno das cidades.



5. DISPOSIÇÕES PARA A EXECUÇÃO E GESTÃO DO PROJETO

5.1. Marco Institucional

Este projeto é baseado no modelo brasileiro de CSST com organizações internacionais. A CSST pressupõe governança compartilhada, implementação conjunta, participação técnica e política de todos os parceiros e benefícios mútuos. Espera-se que esta modalidade alcance maior escala e mobilização de recursos para intercâmbios técnicos entre países do Sul, promovendo a complementaridade e otimizando as contribuições técnicas, humanas e financeiras dos atores cooperantes.

A parceria entre o Governo da República Federativa do Brasil e a FAO visa promover as prioridades estratégicas de ambas as partes, em consonância com seus respectivos marcos programáticos. Visa também contribuir para a criação e troca de conhecimento entre parceiros por meio de processos de aprendizagem mútua livres de condicionalidades, com o objetivo de fortalecer as capacidades dos países em desenvolvimento parceiros, particularmente no combate à fome e à desnutrição.

Abaixo estão as contribuições das instituições parceiras deste projeto:

A ABC/MRE, como órgão governamental responsável pela coordenação da cooperação técnica internacional no Brasil, atua na identificação, negociação, desenvolvimento, coordenação e monitoramento de projetos no âmbito do programa Brasil-FAO.

A CONAB, como instituição brasileira cooperante, contribui com sua relevante experiência, bem como recursos técnicos e humanos para a supervisão e execução técnica das ações de CSS no âmbito deste projeto. Além de desempenhar um papel ativo na implementação, a CONAB também é a financiadora desta iniciativa.

A FAO coopera com a ABC/MRE, a CONAB e as instituições dos países parceiros que são membros da Rede SPAA para fornecer suporte técnico, operacional e administrativo para o planejamento, implementação, monitoramento e avaliação do projeto. Dessa forma, exerce o papel de facilitador dos processos relacionados à CSST.

Os países parceiros, por meio de suas instituições nacionais, participam da implementação do projeto enviando solicitações, contribuindo com conhecimento sobre soluções, disseminando internamente as contribuições da Rede e participando da avaliação dos resultados e do desenvolvimento de ações estratégicas para garantir a sustentabilidade dos resultados após a conclusão do projeto.

5.2. Estratégia de implementação

Com base nos princípios da CSS e nos mecanismos adotados pelo governo brasileiro para cooperação técnica trilateral, serão disponibilizados insumos técnicos estratégicos para intercâmbio entre os países parceiros por meio da CONAB, que também receberá apoio técnico da FAO, de acordo com seu mandato e com base nas diretrizes de sua experiência e expertise institucional.

O projeto atuará por meio das seguintes estratégias:



- Fortalecimento das capacidades individuais, organizacionais e institucionais;
- Apoio aos processos de formulação e implementação de políticas públicas;
- Promoção do desenvolvimento de marcos políticos e regulatórios e incidência em políticas públicas;
- Fortalecer e promover o diálogo e a troca de experiências no âmbito da Rede SPAA;
- Promover o diálogo com outras redes, plataformas e mecanismos regionais e temáticos para ampliar a capacidade e o impacto do diálogo; e
- Articulação e colaboração com organismos e mecanismos de coordenação regional.

O projeto atuará em diferentes níveis que se retroalimentam:

- **Em âmbito regional**, o projeto trabalhará em conjunto com a Rede SPAA e outras redes, instituições e iniciativas envolvidas na agenda alimentar urbana e suas conexões com o contínuo urbano-rural, com ênfase especial no aprimoramento do trabalho das redes e mecanismos existentes (a Rede de Mercados Tradicionais de Alimentos, a Rede de Cidades Intermediárias e Sistemas Agroalimentares, REAF/MERCOSUL, bem como reuniões relacionadas à segurança alimentar e nutricional na CELAC, OTCA e SICA) e, potencialmente, apoiando a formação de novas redes;
- **Em âmbito nacional**, o projeto buscará apoiar estratégias nacionais ou subnacionais que busquem promover sistemas públicos de abastecimento e comercialização de alimentos mais eficientes, inclusivos, sustentáveis e resilientes; e
- **No âmbito global**, prevê-se que o projeto contribua, a partir da experiência e especificidade da região, para fóruns e iniciativas internacionais, com especial destaque para processos onde o Brasil terá papel de liderança, como: (i) a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada em 2024 no âmbito do G-20; (ii) a organização da COP30 em 2025; (iii) a Cúpula das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares e (iv) no âmbito do Comitê das Nações Unidas para a Segurança Alimentar Mundial, que priorizou em seu plano de trabalho 2024-2027 o desenvolvimento de recomendações de políticas orientadas à ação sobre o fortalecimento dos sistemas alimentares urbanos e periurbanos no contexto da urbanização, bem como a promoção de ações políticas coordenadas para enfrentar crises alimentares e ações para promover políticas em benefício dos agricultores familiares diante das mudanças climáticas e choques.

A justificativa por trás dessa abordagem multinível é obter sinergias e alavancar processos em andamento, com a FAO atuando como um parceiro-chave. Para alcançar ações estratégicas nesses diferentes níveis, o projeto buscará coordenar suas ações com parceiros já ativos nesses diferentes espaços.

Transversalmente, o projeto buscará garantir três princípios orientadores para as agendas alimentares urbanas:



- Que busquem promover a Segurança Alimentar e Nutricional e concretizar o Direito Humano à Alimentação Adequada;
- Que sejam definidas e geridas através de estruturas e processos de governança intersetoriais com enfoque de gênero, multinível e com participação social, incluindo das populações mais vulneráveis;
- Que estejam orientadas para a mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Em termos de atividades, o projeto utilizará:

- Produção e disseminação de conhecimento e evidências;
- Promoção de trocas de experiências e boas práticas;
- Fornecimento de suporte técnico aos parceiros nacionais e redes regionais apoiados.

5.3. Mecanismos de coordenação

O Comitê de Acompanhamento do Projeto (CAP) é o principal mecanismo de gestão e coordenação do projeto. Sua função é fornecer orientação estratégica e operacional ao projeto e deve ser composta por representantes da ABC/MRE, representantes da CONAB e representantes da FAO.

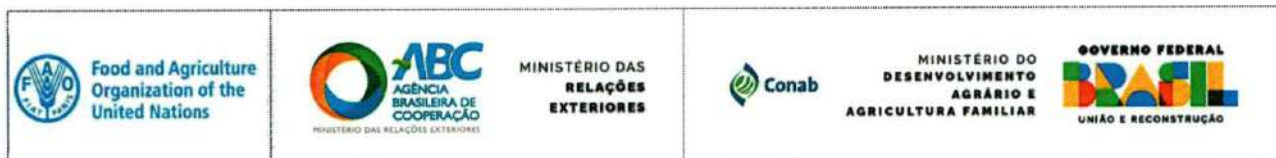
O CAP se reunirá anualmente, até ao primeiro trimestre, ou extraordinariamente quando necessário, e terá as seguintes funções:

- Fornecer orientação estratégica para o projeto e estabelecer diretrizes gerais para coordenar o conjunto de ações de cooperação derivadas do projeto;
- Deliberar e aprovar o plano operacional anual (POA) do Projeto Regional que será elaborado pela FAO;
- Analisar e discutir o desenvolvimento das atividades do projeto e das ações trilaterais do CSS, bem como sugerir modificações no projeto;
- Decidir sobre prorrogações de validade e revisões do projeto;
- Analisar e aprovar o Relatório de Progresso do período anterior (quando aplicável).

O Comitê de Acompanhamento do Projeto será apoiado em suas atividades por um Comitê Técnico. Este último se reunirá trimestralmente, ou conforme necessário, para supervisionar a execução das atividades, monitorar o progresso, identificar possíveis atrasos, fazer os ajustes necessários e fazer correções de curso. Será composto por todas as instituições participantes do Comitê de Acompanhamento do Projeto, que previamente designará seus representantes técnicos para as reuniões. A FAO será responsável pela logística e preparação técnica das reuniões do Comitê Técnico, que poderão ser realizadas virtualmente, se necessário.

ABC/MRE será responsável por:

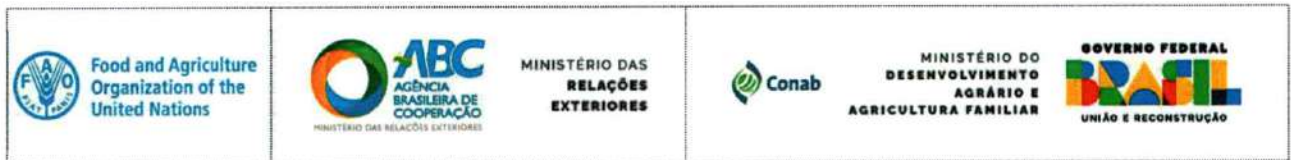
- Enviar à FAO as contribuições financeiras necessárias à implementação do projeto, de acordo com o orçamento refletido neste Documento e suas eventuais revisões posteriores;



- Identificar, consultar e coordenar as ações das instituições governamentais brasileiras que participam da implementação técnica das atividades, produtos e resultados estabelecidos na Matriz Lógica deste projeto;
- Designar um representante para atuar como ponto focal institucional e outro representante para atuar como ponto focal técnico do projeto durante toda a duração da iniciativa, e designar, quando necessário, substitutos para esses pontos focais;
- Participar, juntamente com a CONAB e a FAO, de missões técnicas conjuntas a países em desenvolvimento interessados em CSST com o Brasil;
- Receber, analisar, negociar e aprovar propostas de projetos de país e de ações de cooperação técnica trilateral Sul-Sul elaboradas conjuntamente por instituições colaboradoras brasileiras, instituições colaboradoras de países parceiros e FAO;
- Contribuir para a elaboração dos termos de referência das missões de execução das atividades, os quais serão apresentados, analisados e finalmente aprovados pelas demais instituições cooperantes;
- Contribuir para a elaboração e análise dos documentos de revisão do projeto, dos termos de referência das missões de monitoramento e avaliação previstos neste documento, bem como dos relatórios de monitoramento e avaliação;
- Participar do Comitê de Acompanhamento do Projeto;
- Receber e analisar os relatórios de prestação de contas previstos neste Documento de Projeto, que serão elaborados pela FAO;
- Aprovar os relatórios semestrais de prestação de contas e os relatórios de atividades; e
- Participar de atividades de promoção de CSST.

A CONAB será responsável por:

- Enviar à ABC/MRE os aportes financeiros necessários à execução do projeto, de acordo com o orçamento refletido neste Documento e suas eventuais revisões posteriores;
- Designar um representante para atuar como ponto focal institucional e outro representante para atuar como ponto focal técnico do projeto durante toda a duração da iniciativa, e designar, quando necessário, substitutos para esses pontos focais;
- Participar, juntamente com a ABC/MRE e a FAO, de missões técnicas conjuntas a países em desenvolvimento interessados em atividades de CSS com o Brasil;
- Fornecer informações no relatório final sobre o cálculo detalhado da contrapartida não-financeira de 50 000 USD concedida pela CONAB;



- Receber, analisar, negociar e aprovar propostas de projetos de país e de ações de cooperação técnica trilateral Sul-Sul elaboradas conjuntamente por instituições colaboradoras brasileiras, instituições colaboradoras de países parceiros e FAO;
- Participar do Comitê de Acompanhamento do Projeto;
- Receber e analisar os relatórios de prestação de contas previstos neste Documento de Projeto, que serão elaborados pela FAO;
- Aprovar os relatórios semestrais de prestação de contas e os relatórios de atividades;
- Prestar apoio técnico às capacitações e treinamentos práticos realizados;
- Contribuir para a análise dos termos de referência para missões técnicas de execução de atividades, missões de monitoramento e termos de referência para as avaliações e missões de apreciação previstos neste documento, a serem apresentados, analisados e eventualmente aprovados pelas demais instituições cooperantes;
- Participar de atividades de promoção de CSST.

A FAO será responsável por:

- Identificar, propor e apoiar atividades de formação;
- Organizar os processos seletivos de profissionais para atuar no projeto;
- Disponibilizar os seus sistemas de gestão de informação, monitorização e avaliação de projetos;
- Prestar suporte técnico na execução das atividades do projeto, designando especialistas da sua equipe de acordo com as necessidades do projeto;
- Apoiar a rede internacional de Representações da FAO nos países;
- Colaborar com especialistas do seu quadro permanente para trabalhar na execução deste projeto e ações subsequentes;
- Executar e gerir os recursos financeiros alocados ao projeto para a execução das atividades, observando seus procedimentos contábeis e financeiros;
- Preparar relatórios semestrais de progresso do projeto para serem apresentados durante as reuniões do Comitê de Acompanhamento do Projeto;
- Fornecer quaisquer informações exigidas pelos órgãos supervisores brasileiros e pela ABC/MRE quando solicitadas, de acordo com as normas e procedimentos da FAO;
- Em conjunto com as instituições técnicas implementadoras, elaborar minutas dos Planos Operacionais Anuais do projeto para análise e eventual aprovação pelas demais instituições cooperantes do projeto;
- Elaborar, para fins de análise e aprovação pela ABC/MRE, os termos de referência para contratação da equipe de apoio técnico e administrativo deste projeto;

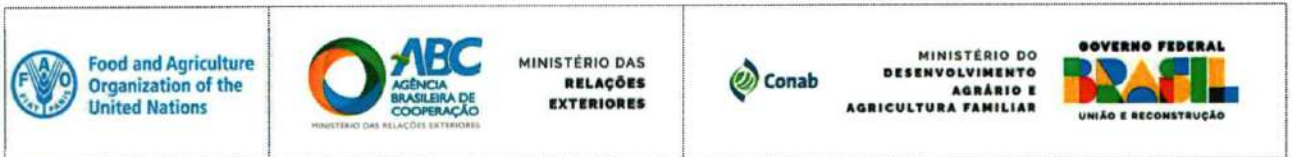
- Elaborar, em conjunto com as instituições brasileiras cooperantes, os termos de referência para a contratação de consultores, bens e serviços necessários à execução das atividades técnicas decorrentes deste projeto;
- Elaborar eventuais propostas de revisão técnica e orçamentária do projeto, a serem apresentadas para análise e aprovação dos demais signatários deste Documento; e
- Preparar notas conceituais para atividades e eventos, bem como termos de referência para a contratação de consultores, prestadores de serviços e equipe de suporte técnico e administrativo para este projeto.

5.4. Mecanismos de reclamação e queixa

Para garantir a melhor implementação possível do projeto de forma participativa e transparente, estão previstos mecanismos eficazes e confiáveis para a identificação e posterior resolução de conflitos durante sua execução. É importante garantir a participação dos parceiros desde a fase de planejamento, bem como no monitoramento das atividades, produtos e resultados alcançados pelos beneficiários e contrapartes. Nesse sentido, a devida prestação de contas pressupõe transmissão adequada dos resultados aos beneficiários e parceiros institucionais. Dessa forma, eles conhecerão os compromissos da FAO e poderão participar ativamente, desde a formulação até a avaliação das atividades e todas as fases e etapas do projeto. Beneficiários e parceiros institucionais serão informados sobre aspectos relacionados aos mecanismos de reclamação e queixa que serão estabelecidos pelo projeto. É essencial entender e garantir que os princípios seguidos durante o processo de resolução das mesmas sejam o da imparcialidade, respeito aos direitos humanos, conformidade e consistência com os padrões nacionais e institucionais da FAO e de seus parceiros, igualdade, transparência, honestidade e respeito mútuo. Nesse sentido, a FAO tem a responsabilidade de facilitar a resolução das preocupações dos beneficiários e contrapartes. As preocupações serão abordadas o mais próximo delas possível, ou seja, no nível do técnico local do projeto. Dependendo da complexidade da situação, ou se o reclamante não aceitar a resolução, a reclamação será encaminhada para instâncias superiores até que uma solução ou acordo seja alcançado.

As ferramentas e mecanismos de reclamação incluem:

1. Reclamações verbais da comunidade para a equipe do projeto.
2. Reclamações por escrito nos modelos de avaliação de atividades e caixas de sugestões.
 - a. Em geral, o mecanismo de reclamações seguirá o procedimento regular da seguinte forma: as reclamações serão feitas verbalmente ou por escrito ao consultor mais próximo no local ou por telefone.
 - b. As reclamações serão analisadas em reuniões do Grupo de Trabalho, que avaliará a reclamação e responderá o mais rápido possível (30 dias úteis).



c. Nos casos em que a situação o justifique, ou se o reclamante não aceitar a resolução, a reclamação deverá ser encaminhada a uma instância superior até que uma solução ou acordo seja alcançado.

d. De acordo com a resolução, o coordenador do projeto pode interagir com o reclamante ou convocar entrevistas e reuniões para entender melhor a situação.

e. O coordenador regional do projeto supervisionará a implementação da resposta e os resultados serão avaliados. Qualquer reclamação recebida, sua resposta e resolução serão devidamente registradas.

6. SUPERVISÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO

6.1. Supervisão e revisão

A Matriz Lógica (ML), os POAs e o Orçamento do Projeto seguirão as metodologias de monitoramento e avaliação de projetos da FAO. O Plano Operacional Anual Regional para cada ano de execução do projeto incluirá o planejamento de atividades e subatividades/tarefas para cada um dos produtos propostos, que serão submetidos anualmente ao Comitê de Acompanhamento do Projeto para aprovação.

6.2. Relatório semestral

O Líder Técnico do Projeto preparará relatórios semestrais de progresso contendo informações qualitativas e quantitativas sobre a execução dos POAs.

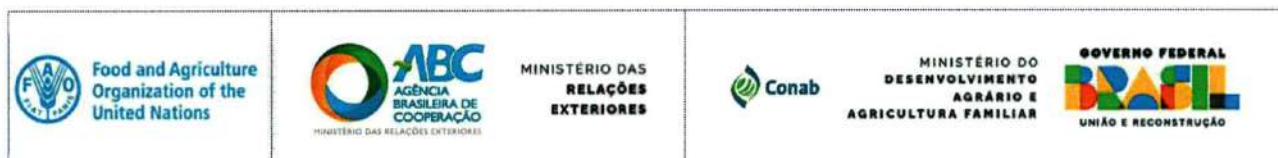
6.3. Relatório final e avaliação

O Líder Técnico do Projeto preparará um relatório final sobre os resultados, sucessos, potencial de replicação e impacto da cooperação. O relatório final será apoiado pela avaliação dos resultados do projeto; que deve analisar o escopo das atividades e produtos previstos no Documento de Projeto, bem como o escopo dos resultados esperados e a contribuição para o impacto desejado. Além disso, serão feitas recomendações que contribuirão para futuras iniciativas complementares de cooperação internacional que possam surgir do projeto.

6.4. Principais fatores de risco e sua gestão

O projeto tem baixa sensibilidade política. Desde 2008, no âmbito da Cooperação Técnica Internacional do Governo Brasileiro, países da região têm recebido apoio para o fortalecimento de programas e políticas de segurança alimentar e sistemas agroalimentares. Durante 15 anos de assistência técnica entre o Brasil e a FAO, nenhum incidente político foi relatado, independentemente das mudanças políticas vividas no Brasil e na região.

Entretanto, os resultados e sua sustentabilidade dependem diretamente dos sistemas políticos e de gestão pública dos países da região. Mudanças governamentais, inclusive no Brasil, podem influenciar a implementação das ações propostas e os resultados esperados. Além disso, o projeto e sua implementação podem ser afetados por potenciais crises sanitárias, ambientais, econômicas e sociais, bem como por conflitos entre os países envolvidos. Para lidar com esses potenciais



riscos, a FAO contribuirá — com base em sua presença na região — com análise e monitoramento contínuos de contexto, identificando antecipadamente a necessidade de planos específicos de contingência e adaptação, em decorrência de câmbios no ambiente político, social e econômico dos países envolvidos no projeto. A participação e o compromisso das principais partes interessadas são essenciais para o desenvolvimento eficaz das atividades do projeto. Ademais, o desenvolvimento de parcerias e a implementação de um plano de comunicação sólido (estratégias e atividades já incluídas no projeto) são elementos-chave para construir confiança e garantir apoio ao longo do projeto. Esses fatores são essenciais para garantir a viabilidade das ações planejadas e facilitar possíveis ajustes de rumo em momentos de mudanças inesperadas.

Por fim, é importante destacar que os sistemas agroalimentares são altamente sensíveis a interesses econômicos. Embora essa característica defina mais o contexto de atuação do projeto do que um risco em si, é importante que o projeto seja capaz de identificar e mitigar potenciais conflitos de interesse, principalmente em suas ações em nível nacional, junto aos países envolvidos. Diante desse risco, o projeto conta com o diálogo entre a Presidência da Rede SPAA da CONAB e a Secretaria Técnica da Rede SPAA, liderada pela FAO-RLC, para promover uma governança participativa, inclusiva e transparente das atividades da Rede.

O monitoramento realizado por vários meios (acompanhamento da linha de base, reuniões do comitê técnico, preparação de relatórios anuais) fornecerá informações para a gestão, enquanto a avaliação final fornecerá uma análise mais abrangente. A avaliação será baseada em dados gerados pelo monitoramento durante o ciclo do projeto.

6.5. Visibilidade

Em termos de comunicação e visibilidade do projeto, uma identidade visual e um nome para comunicação uniformes serão usados regionalmente e nos países participantes, alinhados com os objetivos do projeto em termos de mensagem e conceito. A visibilidade e comunicação serão fortalecidas ao longo do projeto, dados os resultados concretos alcançados graças ao apoio à Cooperação Trilateral Sul-Sul. O reconhecimento e o registro do papel, contribuição e participação da FAO, ABC/MRE, CONAB e instituições dos países parceiros nas atividades do projeto seguirão as diretrizes estabelecidas pela FAO e ABC/MRE, respeitando as cláusulas de propriedade intelectual do Programa Executivo assinado entre a FAO e o Governo Brasileiro em 2012.

A participação efetiva, o diálogo e o engajamento entre as partes interessadas serão incentivados para garantir a visibilidade das atividades e resultados do projeto. Os parceiros do projeto participarão ativamente por meio de seus respectivos departamentos de comunicação, aderindo ao plano de comunicação do projeto e dando visibilidade a todas as instituições cooperantes no âmbito da cooperação internacional do Brasil, no marco do acordo estabelecido entre o governo brasileiro (ABC/MRE e CONAB) e a FAO.

Os requisitos específicos de visibilidade solicitados pelos parceiros aportando recursos serão abordados de maneira oportuna e apropriada, levando em consideração e cumprindo os requisitos de visibilidade e acordos estabelecidos entre FAO, ABC/MRE e CONAB. Esses requisitos podem incluir logotipos, menções em publicações, eventos conjuntos ou outros elementos que destaquem



as contribuições dos parceiros aportando recursos. Uma coordenação e comunicação estreitas serão estabelecidas com os parceiros aportando recursos para garantir que suas expectativas de visibilidade sejam atendidas satisfatoriamente.

Os recursos necessários para a sistematização e disseminação dos resultados foram incluídos no orçamento deste projeto, garantindo a alocação de meios suficientes para a efetiva execução das atividades de comunicação.

Deve ser garantido o reconhecimento e o registro do desempenho, da contribuição e da participação da FAO, do governo brasileiro e de outras instituições nas atividades, planos de trabalho, produtos, publicações, materiais audiovisuais ou digitais (ou qualquer outro documento de informação pública produzido no âmbito deste projeto), inclusive por meio da inclusão do nome de cada organização e de seu respectivo logotipo ou marca institucional, mediante a concordância prévia por escrito de cada entidade e de acordo com as normas de publicação da FAO.

A comunicação do projeto deve usar linguagem apropriada, inclusiva, não sexista e não racista, e o plano de comunicação do projeto será desenvolvido a partir de uma perspectiva de gênero.

7. INSUMOS

O orçamento total do Projeto será de 550 000 USD (quinhentos e cinquenta mil dólares americanos), considerando como contrapartida não financeira as horas técnicas trabalhadas, com valor estimado em 50 000 USD (cinquenta mil dólares americanos), e como contrapartida financeira 500 000 USD (quinhentos mil dólares americanos), destinados à cobertura dos custos de contratação de profissionais, viagens, formação/capacitação, subcontratações, equipamentos e custos de suporte técnico, despesas operacionais gerais e de serviços.

7.1. Contrapartida não-financeira

Em conformidade com os princípios e práticas da CSS no Brasil, as instituições brasileiras colaboradoras disponibilizarão seus conhecimentos e tecnologias para a implementação técnica de projetos e atividades de cooperação regionais e nacionais decorrentes desta iniciativa. Para isso, as instituições considerarão critérios de oportunidade, capacitação específica para execução das atividades e adaptação às necessidades identificadas. Tal participação, incluindo as horas técnicas do corpo técnico, será de natureza conjunta e, portanto, não representará um encargo para este Projeto ou para outros “projetos-país”, sendo contabilizada como contrapartida não financeira o valor de 50 000 USD, exceto as despesas de deslocamento (diárias, passagens e seguro de viagem) a serviço deste(s).

As contrapartidas não-financeiras (em espécie) incluem recursos técnicos, humanos e materiais disponibilizados ao projeto, sem ônus, pelas Administrações Públicas, incluindo horas técnicas. Como não envolvem nenhuma despesa para o projeto, não serão incluídas no orçamento do Projeto. Da mesma forma, em termos monetários, as instalações físicas, administrativas e técnicas que a FAO fornecerá para a implementação desta iniciativa, como contrapartida não-financeira, podem ser valoradas em dólares americanos.

7.2. Contrapartida financeira (aporte da CONAB)

Para a implementação deste Projeto, a ABC/MRE disponibilizará à FAO o equivalente a 500 000 USD (quinhentos mil dólares americanos) em reais aportados pela CONAB. A FAO receberá e gerenciará o desembolso financeiro de acordo com suas políticas, regras, regulamentos e procedimentos financeiros.

O pagamento será realizado em valores equivalentes em Reais, com uma dotação inicial de 250 mil dólares americanos (250 000 USD) creditados ao projeto com base na Taxa de Câmbio Operacional da ONU em vigor na data do recebimento da contribuição pela FAO, a ser paga à FAO após assinatura do Projeto por ambas as partes. Nos dois anos seguintes serão realizados os pagamentos conforme com os valores previstos no orçamento.

As datas e os valores dos desembolsos serão:

- Primeiro desembolso: 1º de agosto de 2025 (250 000 USD)
- Segundo desembolso: 1º de fevereiro de 2026 (250 000 USD)

Para a execução do Projeto, a ABC/MRE transferirá à FAO os recursos financeiros necessários à prestação dos serviços prestados pela FAO, conforme estabelecido neste Documento.

A FAO não assumirá compromissos financeiros maiores que as contribuições da CONAB depositadas na conta da FAO. As contribuições transferidas para a FAO serão administradas de acordo com suas políticas, regras, regulamentos e procedimentos financeiros.

Os valores aportados pela CONAB poderão ser complementados conforme as necessidades do projeto e a disponibilidade orçamentária da CONAB, conforme refletido na revisão orçamentária do projeto.

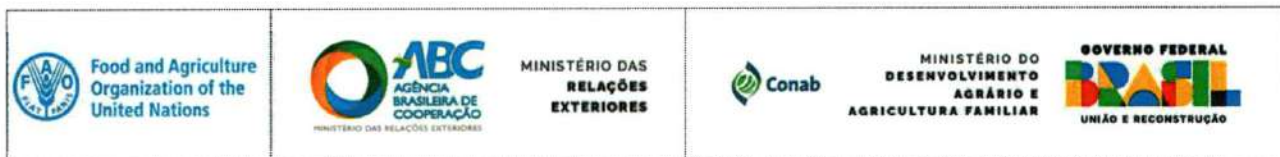
Os fundos transferidos para a FAO em reais brasileiros (BRL) serão registrados para fins contábeis em dólares americanos e serão administrados de acordo com as regras e procedimentos financeiros da FAO, e estarão sujeitos aos procedimentos de auditoria interna e externa do Regulamento Financeiro da FAO.

Os fundos devem ser depositados pela ABC/MRE, em BRL, para a FAO na seguinte conta:

DETALHES DA CONTA

Nome da conta: FAO
Nome do banco: Banco do Brasil
Agência bancária: 1607-1
CNPJ: 04.089.988.0001/68
Número da conta: 400000-5 (moeda BRL)

As transferências bancárias devem referir-se ao número do projeto definido pela FAO para o qual os recursos se destinam (GCP/RLA/249/BRA).



As contribuições serão mantidas no valor do crédito colocado na conta da FAO. A FAO não iniciará ou continuará as atividades do Projeto sem receber os recursos previstos.

Os insumos previstos para o projeto, que serão pagos com recursos financeiros da contrapartida da CONAB, incluem:

Profissionais contratados: Serão contratados profissionais para compor a equipe principal do projeto e executar ações para o pleno desenvolvimento do projeto de acordo com os planos operacionais anuais.

Viagens: Despesas de viagem e subsistência (consultores e pessoal principal e de apoio do projeto, técnicos de instituições brasileiras colaboradoras, especialistas da FAO e representantes dos países participantes) para participar de missões de prospecção, validação, implementação e monitoramento do projeto.

Treinamento/capacitação: Despesas relacionadas à capacitação de profissionais; custos de organização de workshops e eventos de treinamento; realização de cursos à distância; custos de aluguel de salas e equipamentos e outras despesas locais no Brasil ou outro país onde eventos de treinamento sejam realizados; custos de produção de materiais didáticos.

Subcontratos: Contratos com pessoas jurídicas para diversos serviços necessários à execução das diversas atividades do projeto (incluindo planejamento de eventos, transporte, serviços de comunicação e tecnologia da informação; edição e impressão de publicações; realização de estudos, etc.), conforme determinado pelo plano operacional anual do projeto.

Equipamentos: Computadores e outros equipamentos direta e exclusivamente relacionados à execução do projeto.

Custos de suporte técnico: Custos de serviços de suporte técnico e supervisão fornecidos pela equipe técnica da FAO para o projeto.

Custos operacionais gerais: Custos de materiais e despesas relacionadas à manutenção, execução e implementação das atividades do projeto.

Custos de serviço: Custos de serviços administrativos e financeiros fornecidos pela FAO ao Projeto ("despesas gerais").

7.3. Apoio técnico

O Projeto contará com um Especialista Regional de Abastecimento, contratado com recursos do Projeto, que, em coordenação com o Líder Técnico do Projeto (LT) e o Gestor Financeiro, terá a função executiva e será diretamente responsável pela gestão técnica e operacional do Projeto. O LT atuará como secretário do Comitê de Acompanhamento do Projeto e será responsável por convocar seus membros, apresentar os resultados do Projeto durante as reuniões do Comitê e preparar e distribuir as atas das reuniões do Comitê.

Além disso, o projeto contará com o apoio da equipe da FAO, que será responsável por facilitar o monitoramento e a comunicação dos resultados. Os custos financeiros desses profissionais serão compartilhados entre esses e outros projetos de cooperação Brasil-FAO.

7.4. Apoio operacional e de gestão

As regras e procedimentos para a aquisição de serviços, aquisição de bens móveis e contratação de consultores, bem como as regras relevantes para a implementação do Projeto no contexto da CSS, são procedimentos e regulamentos próprios da FAO.

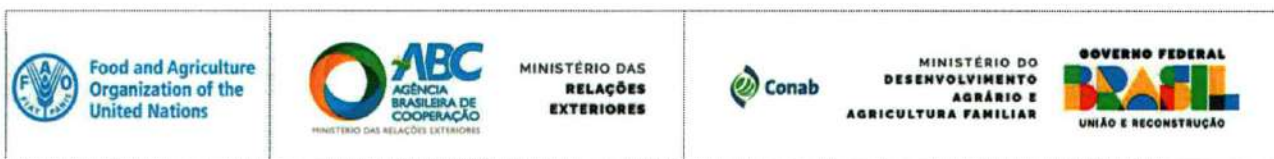
A FAO designará um Gestor Financeiro a cargo do processo de desenvolvimento do projeto, desde sua fase de formulação e aprovação até sua conclusão e fechamento financeiro. No início de cada ano (até 31 de março), a FAO certificará as demonstrações financeiras do projeto. Os relatórios financeiros, sobre a contrapartida em efetivo de 500 000 USD, serão preparados pela Divisão de Finanças da FAO seguindo o formato padrão da FAO (Relatório de Status do Projeto) de acordo com o orçamento do projeto na Seção 8 e serão enviados pelo Titular do Orçamento à ABC/MRE como parceiro do projeto aportando recursos. Todas as transações financeiras realizadas no âmbito do orçamento ou atividades que gerem compromissos financeiros para o Projeto deverão ser previamente aprovadas pelo Gestor Financeiro.

As responsabilidades do Gestor Financeiro incluem:

- Garantir que os insumos necessários à execução das atividades sejam entregues no prazo, respeitando o orçamento do Projeto e de acordo com as regras e procedimentos da FAO;
- Evitar o uso indevido e inadequado do orçamento do projeto;
- Confirmar a disponibilidade de recursos financeiros e autorizar despesas em nome da FAO, dentro dos limites da autoridade delegada;
- Assegurar que todas as despesas e compromissos autorizados sejam efetuados: (i) em apoio ao plano de trabalho operacional e outros documentos relevantes; (ii) de acordo com os regulamentos que regem os procedimentos orçamentais, financeiros e administrativos da FAO; e (iii) com registros precisos de todos os dados de monitoramento operacional, financeiro e baseado em resultados;
- Realizar o acompanhamento operacional das atividades e resultados de acordo com os planos de trabalho e o Documento de Projeto, bem como a previsão de despesas associadas; e
- Garantir que os relatórios do projeto, a execução financeira e os instrumentos de encerramento sejam realizados de acordo com os procedimentos estabelecidos.

Os saldos não utilizados de um ano serão automaticamente transferidos para a mesma linha orçamentária do ano seguinte, por meio de ajustes orçamentários aprovados pelo titular do orçamento, sem consulta adicional.

Os recursos financeiros depositados pela ABC/MRE na conta bancária da FAO para a execução do Projeto poderão gerar juros que serão incorporados anualmente ao Orçamento do Projeto. A FAO informará a ABC/MRE, por meio de comunicação formal, sempre que tal procedimento for



realizado e garantirá que esses procedimentos sejam refletidos nos relatórios financeiros anuais do Projeto enviados à ABC/MRE. Uma vez encerrado, os recursos remanescentes do Projeto, incluindo os valores provenientes dos juros, serão integralmente disponibilizados ao governo brasileiro.

A FAO monitorará e acompanhará o plano de trabalho e a matriz lógica, realizando assim a execução técnica e financeira das atividades do projeto.

No início de cada ano (até 31 de março), a FAO certificará as contas do projeto e as enviará ao ABC/MRE. O certificado reportará os custos e despesas totais por linha orçamentária do Projeto, de acordo com a estrutura orçamentária da FAO.

8. ORÇAMENTO (contrapartida financeira CONAB)

CONTA	ALÍNEA	Ano 1 (USD)	Ano 2 (USD)	TOTAL (USD)
5570	Consultores e especialistas	89 868	91 092	180 960
5900	Viagens	56 308	153 770	210 078
5920	Capacitação	1 754	2 631	4 385
6300	Gastos gerais de operação	22 950	27 497	50 447
6150	Serviços de apoio técnico	5 552	15 868	21 420
	SUBTOTAL	176 432	290 858	467 290
6130	Custos de serviços do projeto (7 %)	12 350	20 360	32 710
	TOTAL	188 782	311 218	500 000

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Burlingame, B.; Dernini, S. 2012. *Sustainable diets and biodiversity. Directions and solutions for policy, research and action.* FAO: Roma.

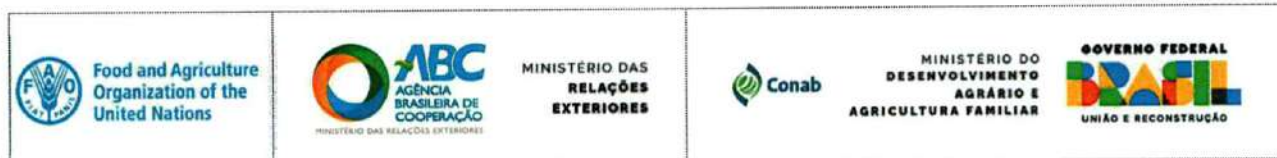
CEPAL. 2022b. *Social Panorama of Latin America and the Caribbean 2022: Transforming education as a basis for sustainable development.* Santiago.

<https://www.cepal.org/en/publications/48519-social-panorama-latin-america-and-caribbean-2022-transforming-education-basis>

FAO. 2017. *Estado del arte. Sistemas públicos de abastecimiento y distribución de alimentos en América Latina y el Caribe.* FAO, Santiago de Chile.

FAO; BID. 2021. *Análisis comparativo de los servicios ofrecidos por los Sistemas Públicos de Comercialización de Alimentos de América Latina y el Caribe.* FAO, Ciudad de Panamá

FAO; FIDA; OPS; PMA; UNICEF. 2023. *Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional - América Latina y el Caribe 2022: hacia una mejor asequibilidad de las dietas saludables.* Santiago de Chile. <https://doi.org/10.4060/cc3859es>



FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. 2024. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms.* Rome. <https://doi.org/10.4060/cd1254en>.

Intini, J. Granados; S. Ramírez, A. 2021. Serie Sistema agroalimentario y los desafíos que trae el COVID-19: Municipios y su rol en la seguridad alimentaria y nutricional durante tiempos de crisis: aprendizajes a partir de la pandemia COVID-19. N.º 9. FAO, Santiago de Chile.

Oliveira, M. F. de; T. Lima. 2023. *Política Externa Brasileira e Combate à Fome: Lições Do Passado, Perspectivas Para o Futuro.* Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica. <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-419-6>.

Morgan, K. ; Sonnino, R. 2008. *The school food revolution: public food and the challenge of sustainable development.* Earthscan, London.

ONU. 2019. *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision (ST/ESA/SER.A/420).* Nueva York. Disponível em: <https://population.un.org/wup/>.

Red Regional de Sistemas Públicos de Abastecimiento y Comercialización de Alimentos (Red SPAA), disponível em: <https://www.fao.org/in-action/redspaa/es>.

Red SPAA. 2022. *Declaratoria de Costa Rica - Red SPAA: Frente al alza global de los precios de los alimentos* (disponível em: <https://www.fao.org/in-action/redspaa/es>).

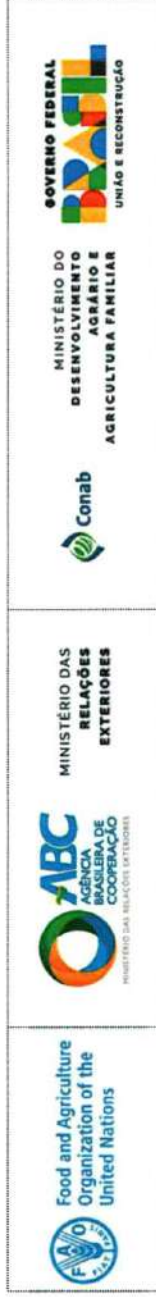
Red SPAA. 2023. *Declaratoria de El Salvador 2023 - Red SPAA: Contribuir al cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo Sostenible, en especial a lo relativo a la erradicación del hambre, la garantía sobre la seguridad alimentaria y nutricional y el combate a la desigualdad económica y social en América Latina y el Caribe* (disponível em: <https://www.fao.org/in-action/redspaa/es>).

Red SPAA. 2024. *Declaratoria de Brasilia 2024 - Red SPAA: Promover una Agricultura Sostenible y Ampliar el Acceso a la Alimentación Saludable: Enfrentando el Cambio Climático con Sistemas Alimentarios Resilientes* (disponível em: <https://www.fao.org/in-action/redspaa/es>).

Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe (SELA). 2022. 'América Latina, una potencia agrícola que ve aumentar el hambre y necesita cambiar cómo produce los alimentos, señala director de la FAO', SELA, 22/09/2022, <https://www.sela.org/alc-30/>





Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe (SELA). 2023. 'FAO: América Latina produce el 13% de todos los alimentos del mundo', SELA, 28/04/2024, <https://www.sela.org/america-latina-produce-el-13-de-todos-los-alimentos-del-mundo>

Suyama, B.; Waisbich, L. T. ; Leite, I.C. 2016. *Brazil as a Development Partner Under Lula and Rousseff Shifts and Continuities.* In: Jing Gu; Alex Shankland; Anuradha Chenoy. (Org.). *The BRICS in International Development.* 1ed.: Springer, 2016, p. 25-64.



Anexo 1. Matriz lógica, indicadores e meios de verificação

Impacto: Aumento da resiliência dos sistemas agroalimentares e redução da vulnerabilidade da população a eventos extremos relacionados a fatores econômicos, sociais e ambientais, por meio da cooperação Sul-Sul Trilateral					
Cadeia de resultados	Indicadores	Linha de base	Meta 2027	Meios de verificação	Pressuposto
Resultado intermediário: Melhoria nas políticas e programas de abastecimento e comercialização de alimentos nos países da América Latina e do Caribe	Número de políticas e programas nacionais e/ou subnacionais de fornecimento e comercialização de alimentos em países da ALC atualizados, fortalecidos ou criados	n/a	3	Documentos e marcos de políticas, programas e iniciativas; e documentos e relatórios estratégicos	Há vontade política e capacidades organizacionais e institucionais para a implementação de políticas, programas e iniciativas de fornecimento e comercialização de alimentos que promovam a produção, o fornecimento, o acesso e o consumo sustentáveis de alimentos saudáveis pela população mais vulnerável no contínuo urbano-rural
Resultado 1: Países membros da Rede SPAA com capacidades técnicas ampliadas para a concepção e implementação de políticas e programas de abastecimento e comercialização de alimentos que contribuam para o acesso a alimentos	Número de atividades de fortalecimento de capacidades técnicas realizadas	n/a	6	Lista de participantes, agendas e relatórios de reuniões, workshops e missões	Governos nacionais e subnacionais na ALC comprometidos com o fortalecimento de instituições, políticas e programas de abastecimento e comercialização de alimentos por meio da participação na Rede SPAA e de ações de intercâmbio técnico-político no âmbito do CSST

 <p>Food and Agriculture Organization of the United Nations</p>	 <p>MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES</p>	 <p>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR</p>	 <p>GOVERNO FEDERAL RAI UNIÃO E RECONSTRUÇÃO</p>	<p>saudáveis e a inclusão da agricultura familiar e camponesa.</p>	<p>Produto 1.1. Desenvolvimento de Comunidades de Prática e diálogos técnicos virtuais entre os membros da rede, promovendo a integração regional e a Cooperação Sul-Sul, a troca de experiências e o fortalecimento das capacidades técnicas</p>	<p>Número de intercâmbios virtuais (Comunidades de Prática/diálogos técnicos) realizados</p>	<p>n/a</p>	<p>5</p>	<p>Lista de participantes, agendas e relatórios das Comunidades de Prática/diálogos técnicos</p>	<p>Há disposição por parte dos líderes das instituições membros da Rede SPAA de participar de instâncias de diálogo e troca virtuais, como as Comunidades de Prática</p>	<p>Há disposição por parte dos líderes das instituições membros da Rede SPAA de participar dos diálogos e intercâmbios presenciais</p>
<p>Produto 1.2 Diálogo e oportunidades de troca presenciais promovidas para aprofundar discussões e compartilhar experiências bem-sucedidas e desafios</p>	<p>Número de intercâmbios presenciais realizados</p>	<p>n/a</p>	<p>9</p>	<p>Lista de participantes, agendas e informes de diálogos e intercâmbios presenciais</p>	<p>Há disposição por parte dos líderes das instituições membros da Rede SPAA de participar dos diálogos e intercâmbios presenciais</p>						

<p>Produto 1.3 Apoio à implementação da Estratégia Regional para Reservas Estratégicas dos países do SICA e melhoria da governança para enfrentar emergências alimentares na sub-região da América Central</p>	<p>Espaço de coordenação entre os países do SICA e a Rede SPAA com apoio da CONAB estabelecido</p>	<p>n/a</p>	<p>3</p>	<p>Roteiro para a Estratégia e o órgão de coordenação acordado</p>	<p>Há disposição entre os países do SICA de integrar a Rede SPAA e as instituições que a compõe nas atividades da Estratégia Regional para Reservas Estratégicas. Da mesma forma, os países da Rede SPAA estão dispostos a apoiar os países da América Central em suas atividades sub-regionais</p>
<p>Resultado 2: Estratégia desenhada e implementada para gestão do conhecimento, comunicação e visibilidade de experiências, boas práticas e ferramentas implementadas e/ou geradas no âmbito dos sistemas públicos de abastecimento e comercialização de alimentos</p>	<p>Estratégia de gestão do conhecimento, comunicação e visibilidade da Rede SPAA adotada</p>	<p>n/a</p>	<p>1</p>	<p>Proposta de estratégia de gestão do conhecimento, comunicação e visibilidade para a Rede SPAA elaborada e aprovada</p>	<p>A Presidência e a Secretaria Técnica da Rede SPAA na FAO, bem como os membros, reconhecem a importância da gestão do conhecimento, comunicação e visibilidade das políticas e programas implementados pelos países membros da região para o fortalecimento da Rede</p>
<p>Produto 2.1. Realizar uma análise das demandas de conhecimento comuns por parte dos membros da Rede SPAA que contribuam para o aprimoramento das capacidades institucionais</p>	<p>Roteiro para apoiar atividades de capacitação e formação entre os países da Rede SPAA</p>	<p>n/a</p>	<p>1</p>	<p>Roteiro elaborado e disseminado</p>	<p>Há interesse entre os membros da rede SPAA em melhorar suas capacidades técnicas e, portanto, seu impacto institucional com base na experiência dos próprios membros da Rede</p>
<p>Produto 2.2. Realizar um mapeamento de fontes de conhecimento relevantes dentro e fora da Rede SPAA, considerando estudos conduzidos por universidades, centros de pesquisa, especialistas e organizações da</p>	<p>Número de estudos de mapeamento elaborados e disseminados</p>	<p>n/a</p>	<p>1</p>	<p>Documento de mapeamento realizado e disseminado</p>	<p>O conhecimento gerado pelos diferentes atores relacionados à agenda de abastecimento e comercialização de alimentos produzido pela academia, pesquisadores e outras instituições públicas e privadas tornam-se insumos</p>

<p>sociedade civil da região sobre programas e políticas de fornecimento e comercialização de alimentos e seus impactos</p>				<p>relevantes para complementar positivamente as ações dos membros da Rede SPAA</p>
<p>Produto 2.3. Sistematizar e documentar experiências bem-sucedidas de boas práticas desenvolvidas pelos membros da Rede SPAA, identificando os principais fatores de sucesso, lições aprendidas e replicabilidade</p>	<p>Número de notas técnicas/estudos de caso elaborados</p>	<p>n/a</p>	<p>5</p>	<p>Gerar evidências sobre boas práticas, fatores de sucesso e sua replicabilidade é essencial para avaliar o conhecimento gerado e compartilhá-lo com os membros da Rede e o público em geral interessado e envolvido no abastecimento e comercialização de alimentos</p>
<p>Produto 2.4. Elaborar um plano de comunicação e visibilidade para a Rede SPAA que considere a divulgação de notícias e informações relevantes geradas pelos membros da rede SPAA e o desenvolvimento de campanhas de informação sobre políticas, programas e ferramentas implementadas por instituições públicas de abastecimento e comercialização de alimentos</p>	<p>Número de ferramentas de comunicação adotadas ou melhoradas (site da Rede SPAA, campanhas de informação sobre programas e políticas dos membros da Rede, plataforma de dados de interesse estratégico)</p>	<p>n/a</p>	<p>3</p>	<p>Um plano de comunicação e visibilidade para a Rede SPAA que inclua a divulgação de notícias e informações relevantes geradas pelos membros da rede SPAA e o desenvolvimento de campanhas de informação sobre políticas, programas e ferramentas implementadas por instituições públicas de abastecimento e comercialização de alimentos é essencial para seu posicionamento regional e global</p>

<p>Resultado 3. Estudos elaborados sobre os impactos sociais, econômicos e ambientais das políticas e programas de abastecimento e comercialização de alimentos promovidos pelos membros da Rede SPAA</p>	<p>Número de estudos elaborados e disseminados</p>	<p>n/a</p>	<p>Estudos elaborados e disseminados</p>	<p>Há dados de qualidade suficientes para verificar o impacto social, econômico e ambiental dos programas de abastecimento e comercialização de alimentos nos membros da Rede SPAA</p>
<p>Produto 3.1. Estudos sobre os efeitos na melhoria do acesso a alimentos, da transparência e da poupança familiar decorrente de programas de abastecimento e comercialização de alimentos que contribuem para uma maior oferta de alimentos básicos saudáveis promovidos pelos membros da Rede SPAA</p>	<p>Número de estudos realizados</p>	<p>n/a</p>	<p>Estudo elaborado e disseminado</p>	<p>Há dados suficientes e de alta qualidade para verificar o impacto social, econômico e ambiental dos programas de abastecimento e comercialização de alimentos nos membros da Rede SPAA</p>
<p>Produto 3.2. Estudos sobre a importância da gestão de estoques, formação de reservas estratégicas de alimentos e de políticas de estabilização de preços que promovam a inclusão da agricultura familiar e camponesa, o acesso a alimentos e a estabilização de preços em cenários de crise alimentar</p>	<p>Número de estudos realizados</p>	<p>n/a</p>	<p>Estudo elaborado e disseminado</p>	<p>É necessário gerar evidências sobre os modelos de investimento e ação que os países estão realizando para garantir o acesso a alimentos, principalmente diante de situações adversas que podem causar escassez de alimentos, afetando a segurança alimentar das cidades, por meio da formação de estoques e reservas estratégicas de alimentos.</p>
<p>Resultado 4. Projeto gerido, monitorado, avaliado e disseminado</p>	<p>% execução dos planos operacionais anuais</p>	<p>0</p>	<p>Planos operacionais anuais</p>	<p>A gestão, execução, monitoramento, avaliação e divulgação das ações planejadas são essenciais para atingir seus objetivos e metas</p>

				elaborados e executados	
Produto 4.1 Equipe de base contratada	Equipe contratada para executar o projeto	0	1	Documentos administrativos de contratação	É necessária a existência de recursos humanos especializados para a execução do projeto, desenvolvimento de atividades de acompanhamento das atividades previstas e coordenação com os escritórios e áreas da FAO
Produto 4.2 Comitê de Acompanhamento do Projeto em operação	Reuniões anuais do Comitê Diretor do Projeto realizadas	0	2	Atas das reuniões	O projeto é considerado prioritário na pauta das instituições patrocinadoras e as autoridades responsáveis são mobilizadas para as reuniões do Comitê de Acompanhamento do Projeto
Produto 4.3 Planos anuais de comunicação estratégica desenvolvidos e implementados	Número de planos anuais de comunicação e divulgação implementados	0	2	Ferramentas de comunicação (comunicados de imprensa, vídeos, documentos, artigos, entrevistas, notas do projeto) disseminadas	Os países e instituições parceiros fornecem as informações a serem disseminadas e apoiam as ações de comunicação do projeto. A comunicação estratégica do projeto apoia o alcance dos resultados, pois contribui para a conscientização das partes interessadas sobre as prioridades do projeto








<p>Produto 4.4 Relatórios de progresso técnico e financeiro elaborados</p>	<p>Número de informes semestrais do projeto elaborados e aprovados</p>	<p>0</p>	<p>2</p>	<p>Relatórios semestrais de projeto aprovados pelos parceiros do projeto</p>	<p>A sistematização das atividades do projeto e dos resultados intermediários fornece feedback para o planejamento futuro do projeto e garante transparência e horizontalidade entre as instituições cooperantes</p>
<p>Produto 4.5 Avaliação do projeto realizada</p>	<p>Avaliação realizada e publicada</p>	<p>0</p>	<p>1</p>	<p>Documento de avaliação elaborado e disseminado</p>	<p>As avaliações fornecem às partes interessadas evidências dos sucessos e desafios de suas intervenções, informando iniciativas futuras e fornecendo transparência ao uso de recursos públicos</p>







Anexo 2. Cronograma anual de execução

Produtos	Meta	Atividades	Ano 1	Ano 2	
<p>Produto 1.1. Desenvolvimento de Comunidades de Prática e diálogos técnicos virtuais entre os membros da rede, promovendo a integração regional e a Cooperação Sul-Sul, a troca de experiências e o fortalecimento das capacidades técnicas</p>	<p>5 intercâmbios virtuais realizados para discussão de políticas, programas e iniciativas</p>	1.1.1	Planejar, organizar, executar e sistematizar Comunidades de Prática e diálogos técnicos	2	3
		1.1.2	Divulgar os resultados das reuniões realizadas	2	3
<p>Produto 1.2. Diálogo e oportunidades de troca presenciais promovidas para aprofundar discussões e compartilhar experiências bem-sucedidas e desafios</p>	<p>12 visitas, missões e/ou encontros regionais de intercâmbios realizados para discussão sobre políticas, programas e iniciativas</p>	1.2.1	Planejar, organizar, realizar e sistematizar um intercâmbio na América do Sul		1
		1.2.2	Planejar, organizar, realizar e sistematizar um intercâmbio na América Central		1
		1.2.3	Planejar, organizar, executar e sistematizar a Reunião Anual da Rede SPAA de 2026		1

 <p>Food and Agriculture Organization of the United Nations</p>	 <p>MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES</p>	 <p>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR</p>	 <p>GOVERNO FEDERAL UNIAO E RECONSTRUÇÃO</p>		
<p>Produto 1.3. Apoio à implementação da Estratégia Regional para Reservas Estratégicas dos países do SICA e melhoria da governança para enfrentar emergências alimentares na sub-região da América Central.</p>		<p>1.2.4</p>	<p>Planejar, organizar, executar e sistematizar atividades bilaterais entre os membros da Rede SPAA</p>	<p>3</p>	<p>3</p>
	<p>3 atividades (visitas, missões, discussões técnicas e/ou reuniões regionais) promovidas para apoiar os países da América Central</p>	<p>1.3.1</p>	<p>Fornecer apoio para a formação de um órgão de coordenação estratégica regional e o desenvolvimento de um plano de trabalho regional e nacional nos países do SICA</p>	<p>1</p>	
		<p>1.3.2</p>	<p>Apoiar a implementação da Estratégia Regional e coordenar o suporte técnico da CONAB nos níveis regional e nacional</p>	<p>1</p>	<p>1</p>
		<p>1.3.3</p>	<p>Apoiar a criação de um fórum de diálogo técnico-político entre organismos nacionais e regionais sobre gestão de estoques, reservas estratégicas e</p>	<p>1</p>	<p>1</p>

 <p>Food and Agriculture Organization of the United Nations</p>	 <p>MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES</p>	 <p>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR</p>	 <p>GOVERNO FEDERAL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO</p>				<p>gestão de cenários de crise alimentar</p>	
<p>Produto 2.1. Realizar uma análise das demandas de conhecimento comuns por parte dos membros da Rede SPAA que contribuam para o aprimoramento das capacidades institucionais</p>	<p>1 Roteiro preparado, aprovado e divulgado</p>	<p>2.1.1</p>	<p>1</p>				<p>Identificar as necessidades dos membros da rede coletando informações por meio de pesquisas e entrevistas</p>	
		<p>2.1.2</p>	<p>1</p>				<p>Desenvolver, concordar e disseminar um Roteiro para apoiar atividades de treinamento e desenvolvimento entre os países da Rede SPAA</p>	
		<p>2.1.3</p>	<p>1</p>				<p>Criar um Repositório de Conhecimento no site da Rede</p>	
<p>Produto 2.2. Realizar um mapeamento de fontes de conhecimento relevantes dentro e fora da Rede SPAA, considerando estudos conduzidos por universidades, centros de</p>	<p>1 mapeamento de fontes de conhecimento realizado e publicado</p>	<p>2.2.1</p>	<p>1</p>				<p>Identificar demandas por evidências e contratar serviços para desenvolver o mapeamento</p>	

 <p>Food and Agriculture Organization of the United Nations</p>	 <p>MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES</p>	 <p>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR</p>  <p>GOVERNO FEDERAL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO</p>	<p>pesquisa, especialistas e organizações da sociedade civil da região sobre programas e políticas de fornecimento e comercialização de alimentos e seus impactos</p> <p>Produto 2.3 Sistematizar e documentar experiências bem-sucedidas de boas práticas desenvolvidas pelos membros da Rede SPAA, identificando os principais fatores de sucesso, lições aprendidas e replicabilidade</p>	<p>5 notas técnicas/estudos de caso</p>	<p>2.2.2</p>	<p>Preparar um documento que compile as melhores práticas identificadas dentro e fora da Rede SPAA</p>	<p>1</p>		
			<p>2.2.3</p>				<p>Design, layout e publicação do estudo</p>	<p>1</p>	
			<p>2.3.1</p>	<p>5 notas técnicas/estudos de caso</p>	<p>Identificar, analisar e sistematizar fatores de sucesso, lições aprendidas e replicabilidade das principais experiências geradas pelos membros da Rede SPAA sobre temas como inclusão da agricultura familiar nas compras públicas, gestão de reservas estratégicas de alimentos, políticas de estabilização de preços, mapeamento da produção e transparência de preços de alimentos, circuitos curtos, lojas e supermercados públicos, entre outros</p>	<p>2</p>	<p>3</p>		
			<p>2.3.2</p>				<p>Publicar notas técnicas e/ou estudos de caso sobre boas práticas.</p>	<p>2</p>	<p>3</p>

 <p>Food and Agriculture Organization of the United Nations</p>	 <p>MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES</p>	 <p>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR</p>  <p>GOVERNO FEDERAL UNião e RECONSTRUÇÃO</p>	<p>Produto 2.4 Elaborar um plano de comunicação e visibilidade para a Rede SPAA que considere a divulgação de notícias e informações relevantes geradas pelos membros da rede SPAA e o desenvolvimento de campanhas de informação sobre políticas, programas e ferramentas implementadas por instituições públicas de abastecimento e comercialização de alimentos</p>	<p>1 Plano de Comunicação elaborado, página web da Rede SPAA atualizada, campanhas informativas e boletins produzidos e disseminados</p>	<p>Identificar necessidades para a contratação de serviços de comunicação, design e gestão de sites e apoio ao desenvolvimento de campanhas informativas</p> <p>Desenvolver, concordar e disseminar o plano de comunicação e visibilidade da Rede SPAA</p> <p>Fortalecer as ferramentas de comunicação existentes da Rede SPAA: melhorar a página da Rede SPAA no site da FAO, criar uma página em inglês para a Rede e fortalecer os comunicadores (por meio de campanhas de informação em mídias tradicionais e virtuais)</p> <p>Conceber uma plataforma digital (<i>dashboard</i>) que compile dados de interesse estratégico para os membros da Rede SPAA, incluindo</p>	<p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p>
				2.4.1		
					2.4.2	
						2.4.3
						2.4.4



Food and Agriculture
Organization of the
United Nations







MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES
EXTERIORES



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR



			<p>informações sobre custos de produção, preços de importação e exportação de alimentos básicos, volumes de grãos armazenados em estoques estratégicos, dados sobre alimentos básicos importados e exportados pelos países da região, tabelas de oferta e demanda de alimentos básicos em nível nacional e os indivíduos ou famílias beneficiados por programas públicos de abastecimento e comercialização</p>	
<p>Produto 3.1 Estudos sobre os efeitos na melhoria do acesso a alimentos, da transparência e da poupança familiar decorrente de programas de abastecimento e comercialização de alimentos que contribuem para uma maior oferta de alimentos básicos saudáveis promovidos pelos membros da Rede SPAA</p>	<p>1 estudo publicado</p>	<p>3.1.1</p>	<p>Identificar programas públicos com impacto nacional que contribuam para o acesso à alimentação por meio de diversas modalidades de abastecimento alimentar promovidos pelos membros da Rede SPAA</p>	<p>1</p>
		<p>3.1.2</p>	<p>Coleta de dados, análise de boas-práticas, gargalos e contribuições para o acesso a alimentos, transparência</p>	<p>1</p>

 Food and Agriculture Organization of the United Nations	 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR	 GOVERNO FEDERAL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO		<p>Produto 3.2 Estudos sobre a importância da gestão de estoques, formação de reservas estratégicas de alimentos e de políticas de estabilização de preços que promovam a inclusão da agricultura familiar e camponesa, o acesso a alimentos e a estabilização de preços em cenários de crise alimentar</p>	<p>1 estudo publicado</p>	<p>de preços e poupança familiar</p> <p>3.1.3 Elaboração de documento com os principais resultados obtidos</p> <p>3.1.4 Design, layout e publicação do estudo</p> <p>3.2.1 Identificar programas públicos de abastecimento que possuam estoques e reservas estratégicas de alimentos que promovam a participação da agricultura familiar e camponesa, bem como promovam políticas de estabilização de preços diante de cenários de crise alimentar</p> <p>3.2.2 Coletar informações e analisar os principais resultados, melhores práticas e gargalos</p>	<p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p>
--	---	--	---	--	---	---------------------------	---	-------------------------------------



MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES
EXTERIORES



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR



			3.2.3		Elaboração de documento que sistematize as informações mais relevantes		1
			3.2.4		Design, layout e publicação do estudo		1
Produto 4.1 Equipe de base contratada			n/a	1 equipe de base contratada	n/a	1	
Produto 4.2 Comitê de Acompanhamento do Projeto em operação			n/a	1 reunião anual do Comitê de Acompanhamento do Projeto	n/a	1	1
Produto 4.3 Planos anuais de comunicação estratégica desenvolvidos e implementados			n/a	2 planos de comunicação elaborados e implementados	n/a	1	1
Produto 4.4 Relatórios de progresso técnico e financeiro elaborados			n/a	3 relatórios de projeto elaborados e aprovados	n/a	1	2
Produto 4.5 Avaliação do projeto realizada			n/a	1 avaliação do projeto publicada	n/a		1



Anexo 3. Abordagem de Gênero

O projeto está comprometido em implementar os seguintes aspectos de gênero:

1. A seção “critérios de sustentabilidade” indica que:

- (i) os estudos e diagnósticos produzidos pelo projeto sejam apoiados e/ou gerem dados desagregados por sexo, os quais serão analisados com uma perspectiva de gênero;
- (ii) as consultorias técnicas contratadas pelo projeto terão enfoque de gênero;
- (iii) os fóruns de diálogo apoiados pelo Projeto serão concebidos e implementados com enfoque de gênero e incentivarão a participação de representantes de organizações de produtores, consumidores e da sociedade civil, bem como de instituições governamentais que abordem essa questão nas políticas públicas;
- (iv) o projeto desenvolverá e implementará um protocolo para a prevenção do assédio, abuso e exploração sexual aplicável a todas as pessoas e instituições sujeitas a um contrato com a FAO (Proteção contra a Exploração e Abuso Sexual [PSEA]);
- (v) as produções técnicas e comunicacionais do projeto utilizarão linguagem adequada, inclusiva, não sexista e não racista;
- (vi) Esta seção também indica que o marcador de gênero da FAO aplicável ao projeto é GM1.

Para garantir a integração adequada da perspectiva de gênero na implementação do projeto, um workshop será organizado no início do projeto para a equipe principal, incluindo um especialista em gênero da FAO. Este workshop desenvolverá as metodologias, ferramentas e guias técnicos necessários para implementar com sucesso os aspectos de gênero descritos nos critérios de sustentabilidade. Os Termos de Referência (TDR) da equipe a cargo da implementação do projeto também especificarão que esses indivíduos devem concluir os cursos obrigatórios da FAO sobre gênero e PSEA, e detalharão suas responsabilidades para atingir os resultados e indicadores de gênero do projeto.

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO FAO/GBIERNOS

DOCUMENTO DE PROYECTO

El Gobierno de la República Federativa del Brasil, representado por la Agencia Brasileña de Cooperación del Ministerio de Relaciones Exteriores (ABC/MRE) y la Compañía Nacional de Abastecimiento de Brasil (CONAB), solicitan a la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO) cooperación técnica para el siguiente Proyecto:

Título del Proyecto:	Acción regional para fortalecer las instituciones públicas de abastecimiento y comercialización de alimentos
Código del proyecto:	GCP/RLA/249/BRA

Luego de la firma del presente documento de proyecto por los representantes debidamente autorizados de ambas partes, el proyecto se ejecutará de conformidad con lo establecido en el acuerdo básico de asistencia técnica entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y diversos organismos de las Naciones Unidas, incluido la FAO, suscrito el 29 de diciembre de 1964, y las disposiciones del Acuerdo entre FAO y El Gobierno de la República Federativa del Brasil sobre el establecimiento de una Representación de FAO en Brasilia, firmado entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y FAO el 19 de noviembre de 1979, así como la descripción del proyecto y los mecanismos de gestión descritos en este documento.

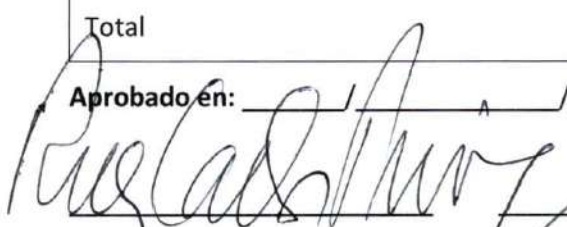
Duración prevista: 20 meses (13 de agosto de 2025 - 31 de marzo de 2027)


Presupuesto del Proyecto: 500 000 USD (contrapartida financiera CONAB)


Contrapartida Original:

Contrapartida financiera: Compañía Nacional de Abastecimiento de Brasil	500 000 USD
Contrapartida no financiera (FAO):	
Contrapartida no-financiera (CONAB) ¹ :	50 000 USD
Total	550 000 USD

Aprobado en:


Ruy Carlos Pereira
Director
Agencia Brasileña de
Cooperación del Ministerio de
Asuntos Exteriores (ABC/MRE)


Jorge Alberto Meza Robayo
Representante de la FAO en Brasil
Organización las Naciones Unidas
para la Alimentación y la
Agricultura (FAO)


João Edegar Pretto
Presidente de la Compañía Nacional
de Abastecimiento de Brasil
(CONAB)

¹ 50,00 USD (hora)

Trabajo en oficina: 8 horas por semana × 4 semanas por mes × 20 meses = 640 horas.

Misiones técnicas: 5 días por misión × 8 horas por día = 40 horas por misión × 6 misiones = 240 horas.

Reuniones Anuales del Comité de Gestión: 5 días por reunión × 8 horas por día = 40 horas por reunión × 3 reuniones = 120 horas.

Total: 640 h + 240 h + 120 h = 1 000 horas × 50,00 USD /hora = 50 000,00 USD.

TABLA DE CONTENIDO

1. RESUMEN EJECUTIVO	4
2. INTRODUCCIÓN	6
3. ANTECEDENTES	7
3.1. PROBLEMAS Y CUESTIONES A ABORDAR.....	7
3.2. JUSTIFICACIÓN DEL PROYECTO.....	11
3.3. TRABAJOS ANTERIORES RELACIONADOS.....	13
3.4. VENTAJAS COMPARATIVAS DE LA FAO Y DE LAS INSTITUCIONES BRASILEÑAS.....	15
3.5. PARTES INTERESADAS.....	16
4. MARCO DEL PROYECTO	18
4.1. IMPACTO.....	18
4.2. OBJETIVO DE DESARROLLO	19
4.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	19
4.4. RESULTADOS, PRODUCTOS Y ACTIVIDADES (ESTRUCTURA LÓGICA).....	19
4.5. CRITERIOS DE SOSTENIBILIDAD	22
5. DISPOSICIONES PARA LA EJECUCIÓN Y GESTIÓN DEL PROYECTO	24
5.1. MARCO INSTITUCIONAL.....	24
5.2. ESTRATEGIA DE IMPLEMENTACIÓN	25
5.3. MECANISMOS DE COORDINACIÓN	26
5.4. MECANISMOS DE QUEJA Y RECLAMO	28
6. SUPERVISIÓN, SEGUIMIENTO, EVALUACIÓN Y GESTIÓN DEL PROYECTO	29
6.1. SUPERVISIÓN Y REVISIÓN	29
6.2. INFORME SEMESTRAL	29
6.3. INFORME Y EVALUACIÓN FINAL.....	29
6.4. PRINCIPALES FACTORES DE RIESGO Y SU MANEJO	30
6.5. VISIBILIDAD.....	30
7. INSUMOS	31
7.1. CONTRAPARTIDA NO FINANCIERA	31
7.2. CONTRAPARTIDA FINANCIERA (APORTE CONAB).....	32
7.3. SOPORTE TÉCNICO.....	33
7.4. SOPORTE OPERATIVO Y DE GESTIÓN	33
8. PRESUPUESTO	35
9. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
ANEXO 1 – MATRIZ DE MARCO LÓGICO, INDICADORES Y MEDIOS DE VERIFICACIÓN	38
ANEXO 2. CRONOGRAMA ANUAL DE EJECUCIÓN	44
ANEXO 3. ENFOQUE DE GÉNERO	52

LISTADO DE ACRÓNIMOS

ABC	Agencia Brasileña de Cooperación
ALC	América Latina y el Caribe
BRL	Real
CAISAN	Cámara Interministerial de Seguridad Alimentaria y Nutricional
CARICOM	Comunidad de países del Caribe
CELAC	Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños
CEPAL	Comisión Económica para América Latina y el Caribe
CISA	Red de Ciudades Intermedias y Sistemas Agroalimentarios
CONAB	Compañía Nacional de Abastecimiento de Brasil
COP	Conferencia de las Partes
CSP	Comité de Seguimiento de Proyecto
CSST	Cooperación Sur-Sur trilateral
CSS	Cooperación Sur-Sur
FAO	Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura
FLAMA	Federación Latinoamericana de Mercados de Abastecimiento
GM	Marcador de género
LTO	Líder Técnico Oficial
MDA	Ministerio de Desarrollo Agrario y Agricultura Familiar de Brasil
MDS	Ministerio de Desarrollo y Asistencia Social, Familia y Lucha contra el Hambre
MML	Matriz de Marco Lógico
MRE	Ministerio de Relaciones Exteriores
ODS	Objetivos de Desarrollo Sostenible
OIMA	Organización de Información de Mercados de las Américas
ONU	Naciones Unidas
OTCA	Organización del Tratado de Cooperación Amazónica
POA	Planes Operativos Anuales
PPP	Paridad de poder adquisitivo
REAF	Reunión Especializada de Agricultura Familiar del MERCOSUR
RLC	Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe
Red SPAA	Red Regional de Sistemas Públicos de Abastecimiento y Comercialización de Alimentos
SAN	Seguridad Alimentaria y Nutricional
SPAA	Sistemas Públicos de Abastecimiento y Comercialización de Alimentos

SICA Sistema de la Integración Centroamericana

USD Dólares estadounidenses

1. RESUMEN EJECUTIVO

El hambre y la inseguridad alimentaria, la enorme desigualdad económica y social, junto con el elevado costo de una dieta saludable, continúan siendo desafíos significativos en América Latina y el Caribe (ALC), una región que, paradójicamente, es reconocida como una potencia agrícola con economías capaces de producir y exportar alimentos. En los últimos años, la alza en los precios de los alimentos en la región ha puesto presión adicional sobre las poblaciones más vulnerables en el continuo urbano-rural. En este contexto, las instituciones públicas que integran los Sistemas Públicos de Abastecimiento y Comercialización de Alimentos (SPAA) desempeñan un papel fundamental al garantizar una oferta estable de alimentos y facilitar el acceso a estos para las poblaciones más vulnerables.

A pesar de las profundas modificaciones que han sufrido los SPAA en la región en las últimas cuatro décadas, como resultado de los procesos de desregulación, desestatización y apertura comercial, frente a numerosos fenómenos extremos de índole económica, social y ambiental, varios países de la región reconocen la necesidad de fortalecer sus instituciones públicas de abastecimiento y comercialización de alimentos. Mediante una mejor regulación de los mercados internos, la gestión física de las reservas estratégicas de alimentos y el monitoreo de precios y mercados, gobiernos en la región ambicionan garantizar la disponibilidad y el acceso a los alimentos, especialmente para las poblaciones más vulnerables en el continuo urbano-rural, a precios asequibles. No obstante, persisten importantes desafíos para fortalecer las capacidades de estas instituciones. Estos retos incluyen aumentar la resiliencia de los sistemas agroalimentarios y reducir la vulnerabilidad de la población frente a la volatilidad de los precios y la inflación de los alimentos, así como adoptar medidas que doten a los sistemas agroalimentarios de mayor capacidad de adaptación a los cambios climáticos, respuestas rápidas frente a escenarios de crisis social y económica y resistencia ante shocks y tensiones.

En 2014, cuatro países (Bolivia, Brasil, Chile y México) se unieron para crear la Red Regional de Sistemas Públicos de Abastecimiento y Comercialización de Alimentos (Red SPAA), durante la 33ª Conferencia Regional de la FAO para América Latina y el Caribe, en Santiago de Chile, en 2014. La Red, que hoy incluye 18 países de ALC, facilita alianzas y desarrolla estrategias conjuntas de acción y proyectos de cooperación técnica entre países de la región. Pasada más de una década, los retos institucionales y las demandas por fortalecer sus capacidades institucionales siguen creciendo.

Frente a este contexto, se ha identificado la necesidad de fortalecer las capacidades de los gobiernos de la región y de sus instituciones públicas de abastecimiento y comercialización de alimentos, así como también de la Red SPAA en tres aspectos: (i) el fortalecimiento de las instituciones públicas de abastecimiento y comercialización mediante intercambios técnicos en el marco de la Red SPAA; (ii) el refuerzo en la visibilidad de la Red SPAA y de los programas promovidos por sus miembros, el dialogo regional; y (iii) la generación de evidencias y de análisis acerca de las políticas y programas públicos impulsados por las instituciones en la Red SPAA.

El proyecto busca contribuir al aumento de la resiliencia de los sistemas agroalimentarios y la reducción de las vulnerabilidades de la población frente a fenómenos extremos relacionados con factores de índole económico, social y ambiental en ALC, por medio de la Cooperación Sur-Sur Trilateral (CSST). Se espera que el proyecto fortalezca políticas y programas públicos de abastecimiento y comercialización de alimentos en los países de la región miembros de la Red SPAA. El proyecto actuará a nivel nacional, regional e global para fortalecer capacidades individuales, organizacionales e institucionales en los países socios; siempre buscando



potencializar procesos en marcha. La duración prevista del proyecto es de 20 meses y los siguientes resultados son esperados:

Resultado 1: Países miembros de la Red SPAA con capacidades técnicas ampliadas para el diseño e implementación de políticas y programas de abastecimiento y comercialización de alimentos que aportan al acceso a alimentos saludables y a la inclusión de la agricultura familiar y campesina.

Resultado 2: Estrategia diseñada e implementada para la gestión del conocimiento, comunicación, visibilización de las experiencias, buenas prácticas y herramientas implementadas y/o generadas en el marco de los sistemas públicos de abastecimiento y comercialización de alimentos.

Resultado 3: Estudios elaborados sobre los impactos sociales, económicos y ambientales de los programas de abastecimiento y comercialización de alimentos promovidos por los miembros de la Red SPAA.

Este proyecto se basa en el modelo brasileño de CSST con organismos internacionales, cuyo objetivo es complementar la cooperación bilateral brasileña anclándose en ventajas comparativas identificables. Las instituciones asociadas desempeñan roles colaborativos.

La Agencia Brasileña de Cooperación del Ministerio de Relaciones Exteriores (ABC/MRE), es la entidad gubernamental brasileña encargada de coordinar la cooperación técnica internacional en Brasil.

La Compañía Nacional de Abastecimiento de Brasil (CONAB), aportará su experiencia, recursos financieros, técnicos y humanos para supervisar y ejecutar las acciones de cooperación.

La FAO, facilita los procesos de cooperación, brindando apoyo técnico, operativo y administrativo, además de ejercer su rol articulador con Secretaria Técnica de la Red SPAA.

Los países socios, por su vez, participan activamente a lo largo de toda la implementación y en la construcción de acciones estratégicas para asegurar la sostenibilidad a largo plazo del proyecto. Es la primera vez que un miembro de la Red SPAA – la CONAB de Brasil – aporta recursos para fortalecer la institucionalidad de la Red. Este ineditismo resalta otra vez la importancia de la cooperación técnica Brasil-FAO.

2. INTRODUCCIÓN

En 2012, se estableció el "Programa ejecutivo entre la FAO y la República Federativa de Brasil para implementar la Cooperación Técnica Trilateral en Seguridad Alimentaria y Nutricional (SAN) y reducción de la pobreza en países en desarrollo", con base en el acuerdo básico de asistencia técnica entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y diversos organismos de las Naciones Unidas, incluida la FAO, suscrito el 29 de diciembre de 1964.

El programa es coordinado por la Agencia Brasileña de Cooperación (ABC), liderado por la Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe (RLC) y cuenta la participación de instituciones técnicas del gobierno brasileño. Este programa ha facilitado la cooperación en áreas clave como alimentación escolar, gobernanza institucional, seguridad alimentaria, agricultura familiar y campesina, compras públicas, políticas agroambientales y territoriales, sector algodonero, pesca y acuicultura, así como apoyo a emergencias. Actualmente, el Brasil es un socio clave de FAO para la cooperación Sur-Sur (CSS) para la región de ALC, con una cooperación que lleva más de 15 años y que aporsto más de 60 millones de USD.

En 2014, Brasil y tres otros países de la región (México, Bolivia y Chile) se unieron para crear la Red Regional de Sistemas Públicos de Abastecimiento y Comercialización de Alimentos (Red SPAA). La Red promueve sistemas agroalimentarios sostenibles, resilientes e inclusivos, facilitando alianzas y desarrollando estrategias conjuntas de acción y proyectos de cooperación técnica entre países de la región. La Red SPAA hoy incluye 18 países² reunidos para compartir políticas, programas, lecciones aprendidas y buenas prácticas en gestión pública en temas de abastecimiento y comercialización de alimentos, incluyendo estrategias de intervención y herramientas como la promoción de circuitos cortos, la inteligencia y monitoreo de mercados agrícolas, políticas para el establecimiento y manejo de reservas estratégicas de alimentos, estrategias conjuntas de integración regional para el abastecimiento y comercialización de alimentos e innovación en la generación y gestión del conocimiento. Juntas estas estrategias y herramientas potencializan la capacidad de incidencia de los gobiernos de la región y permiten el establecimiento de una mejor gobernanza y resiliencia de los sistemas agroalimentarios en los países de ALC. En muchos países, estas iniciativas forman parte de estrategias de desarrollo rural y urbano, especialmente cuando están vinculadas a programas de protección social, compras públicas, alimentación escolar, así como estrategias de apoyo a comunidades indígenas y tradicionales.

La Red SPAA, posee una presidencia y una vicepresidencia rotativa entre sus miembros, así como también una Secretaria Técnica, la misma que está a cargo de la FAO-RLC, juntos coordinan la agenda de la Red, incluyendo sus reuniones anuales presenciales, intercambios virtuales (como las Comunidades de Prácticas y conversatorios técnicos), producción de conocimiento (estudios y diagnósticos) y los proyectos de cooperación técnica entre miembros³. Desde el 2024, la Red cuenta con un sitio web en español que se encuentra en la página web oficial la FAO⁴ en ALC. Hasta el 2026, la CONAB ocupará la presidencia de la Red, priorizando el combate al hambre, la promoción de sistemas agroalimentarios inclusivos, sostenibles y

² Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Cuba, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Venezuela y São Vicente y Granadinas.

³ Fortalecimiento a los Sistemas Públicos de Comercialización y Abastecimiento de Alimentos en América Latina y el Caribe – SPAA (TCP/RLA/3509), Sistemas alimentarios que favorezcan la implementación de estrategias para facilitar el acceso físico y económico de alimentos saludables a poblaciones vulnerables (TCP/RLA/3709), Resiliencia de los sistemas de abastecimiento de El Salvador, Panamá, Ecuador, Bolivia, Haití y Honduras frente a escenarios de desastres y crisis (TCP/RLA/3721), Estrategias públicas-privadas para modernización de actores del canal tradicional responsables de la comercialización y distribución de alimentos (TCP/RLA/3808).

⁴ <https://www.fao.org/in-action/redspaa/es>.



resilientes a los cambios climáticos y el fortalecimiento y posicionamiento de la Red SPAA en ALC y a nivel global.

Hasta hoy día, la Red SPAA trabajó sin financiamiento propio. Sin embargo, ha pasado de cuatro a 18 miembros y ambiciona crecer aún más hacia nuevos miembros en la región, especialmente en el Caribe. Los recursos de la CONAB de Brasil para este proyecto vienen a ser el primer aporte de una institución miembro a la institucionalidad de la Red. El progresivo compromiso financiero de los países miembros es una importante contribución a la sostenibilidad de la Red, y a la escalabilidad de los efectos del fortalecimiento de las instituciones públicas de abastecimiento y comercialización de alimentos en ALC.

La prioridad brasileña en fortalecer la Red SPAA se alinea con las prioridades definidas por el Gobierno de Brasil en marco de su cooperación Sur-Sur bilateral y trilateral, resaltadas por los compromisos asumidos en foros regionales de ámbito político e institucional fundamentales para América Latina y el Caribe: la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC), el MERCOSUR y también la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA).

Actualmente estos foros cuentan con medidas a nivel de cooperación técnica entre países tomando en cuenta las iniciativas en políticas públicas desarrolladas en Brasil. Ejemplos incluyen el Plan de Seguridad Alimentaria y Nutrición y Erradicación del Hambre 2025 de la CELAC – Plan SAN CELAC, la Reunión Especializada de Agricultura Familiar del Mercosur – REAF-Mercosur y la Estrategia Amazónica de Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional.

El proyecto se alinea además al renovado énfasis para enfrentar el hambre y la pobreza a nivel global adoptado por el Gobierno brasileño en instancias multilaterales como el G-20 y el BRICS, destacándose la Alianza Global contra el Hambre y la Pobreza, lanzada en 2024. También resaltase compromisos y decisiones recientes adoptados en la región y por el Gobierno de Brasil para dinamizar y actualizar la agenda regional de seguridad alimentaria y nutricional y la agenda de sistemas públicos de abastecimiento y comercialización de alimentos, fortaleciendo el vínculo entre estas agendas y los esfuerzos de enfrentamiento del cambio climático. Asimismo, en 2024 los miembros de la Red Regional de Sistemas Públicos de Abastecimiento y Comercialización de Alimentos (Red SAAP) expresaran su compromiso en la Declaratoria de Brasilia con la promoción de una agricultura sostenible, de enfoque agroecológico, y con la ampliación del acceso a la alimentación saludable, enfrentando el cambio climático con sistemas alimentarios resilientes (Red SPAA 2024).

Identificadas estas sinergias, el gobierno de Brasil y la FAO – en consulta con otros miembros de la Red SPAA – priorizaron en este proyecto el fortalecimiento institucional de la Red SPAA y de las instituciones públicas de abastecimiento y comercialización de alimentos de sus 18 miembros. En eso, el proyecto busca contribuir a que los países de ALC mejoren sus políticas públicas de abastecimiento y comercialización de alimentos en la región y a las oportunidades de acceso a una alimentación más saludable y sostenible, por parte de la población más vulnerable en el continuo urbano-rural. Busca además fortalecer la sostenibilidad de la Red y la escalabilidad de sus intercambios, incluyendo hacia nuevos países en el Caribe.

3. ANTECEDENTES

3.1. Problemas y cuestiones a abordar

El hambre y la inseguridad alimentaria siguen importantes desafíos en América Latina y el Caribe. En una región frecuentemente calificada de potencia agrícola, con economías dinámicas capaces de producir y exportar alimentos (SELA 2022), el hambre y la inseguridad alimentaria aumentaron en la región desde 2014 y durante la pandemia del COVID-19, cuando la prevalencia del hambre alcanzó el 8,6% en 2021



(aproximadamente 56,5 millones de personas). Desde entonces, no se ha logrado disminuir la inseguridad alimentaria a los niveles prepandemia (FAO et al. 2023; FAO et al. 2024).

En el año 2023, la inseguridad alimentaria moderada o grave alcanzó el 28,2 % de la población de la región mientras que la tasa de prevalencia de desnutrición alcanzó el 6,2 % (aproximadamente 41 millones de personas) (FAO et al. 2024). Desigualdades regionales entre y dentro de los países en la inseguridad alimentaria son prevalentes, incluyendo disparidades específicas de género (FAO 2023). La dicha desigualdad es aún más severa para las mujeres, pueblos tradicionales e indígenas (SPAA 2023).

Responsable del 13% de la producción agroalimentaria mundial, el 41,6% de lo que se produce en la región se exporta, teniendo un superávit agroalimentario anual de más de \$174 mil millones de dólares (SELA 2023). Sin embargo, la gran mayoría de los países de la región están expuestos a los problemas de producción, comercialización y las alzas de precios (SELA 2023). En 2022, la inflación interanual de alimentos en la región fue del 43.9%, mientras que a nivel global no superó el 23%. En varios países de América Latina, el incremento del valor de los precios de alimentos superó la media de la inflación general, incluso en Brasil. Asimismo, el costo de una dieta saludable en la región es el más grande del mundo (4.56 PPP dólares) (FAO et al. 2024).

Estos problemas afectan sobre todo la población urbana en ALC. La población urbana representa el 81 % en la actualidad y el continuo urbano-rural concentra riesgos de inseguridad alimentaria y una mayor prevalencia de todas las formas de malnutrición, incluyendo el aumento de las tasas de sobrepeso y obesidad (Intini et al., 2021). En Brasil, el retorno a niveles alarmantes de hambre y formas de malnutrición afecta principalmente a las periferias urbanas. Según los datos de 2022, 27 de 33 millones de personas en inseguridad alimentaria severa vivían en zonas urbanas. Las desigualdades raciales y de género son evidentes, con niveles de inseguridad alimentaria alcanzando el 65 % en hogares encabezados por mujeres o personas negras y pardas. Al mismo tiempo, el sobrepeso ha aumentado en todas las capitales brasileñas, afectando a más de la mitad de la población adulta y casi una cuarta parte con obesidad (Red PENSSAN 2022).

Los datos demuestran la necesidad de transformar los sistemas agroalimentarios en la región para que sean más eficientes, inclusivos, resilientes y sostenibles. Los Sistemas Públicos de Abastecimiento y Comercialización de Alimentos (SPAA) son herramientas claves para proveer una oferta estable de alimentos básicos saludables y facilitar el acceso de la población más vulnerable a los mismos (FAO 2017; Burlingame y Dernini, 2012). Los SPAA, son fundamentales para la producción de alimentos a partir del impulso a los circuitos cortos de comercialización aportando al ahorro familiar y al acceso a alimentos saludables. En su accionar los SPAA consideran como prioritario beneficiar a la agricultura familiar y campesina y promover la resiliencia frente a situaciones de emergencia relacionadas a factores de índole económico, social y ambiental (FAO 2017). Las iniciativas promovidas por los SPAA en la región incluyen programas públicos de ferias, tiendas, bodegas fijas y móviles, supermercados, reservas estratégicas de alimentos, monitoreo y análisis agroclimáticas y sistemas de información de precios que aportan a la transparencia de los mercados.

En las últimas décadas los sistemas alimentarios en la región han sufrido profundas modificaciones, como resultado de los procesos de desregulación y apertura comercial. Sin embargo, la participación del Estado sigue fundamental para el logro de la seguridad alimentaria, promover el desarrollo económico, la democracia y la integración a través de instituciones y sistemas de abastecimiento alimentario sostenibles y resilientes (Morgan y Soninno 2008). Los SPAA, son así fundamentales para dinamizar las economías locales, garantizar el acceso alimentario, fomentar la agricultura familiar y campesina, así como abastecer sus programas de protección social, de compras públicas como la alimentación escolar y la adaptación climática.

Frente a los múltiples fenómenos extremos de índole social, económica y ambiental en la última década, varios países en la región reforzaron los mecanismos de regulación de mercados internos y el manejo físico de las reservas estratégicas alimentarias, así como mejoraron sus sistemas de monitoreo de precios y de mercados para garantizar la disponibilidad y el acceso a alimentos básicos saludables, sobre todo a los más vulnerables (FAO y BID 2021). No obstante, existen todavía retos en el fortalecimiento de las capacidades de



instituciones públicas de abastecimiento y comercialización de alimentos para aumentar la resiliencia y reducir la vulnerabilidad de la población, haciendo frente a la volatilidad de los precios y la inflación de los alimentos, así como adoptando medidas para dotar los sistemas agroalimentarios con fortalezas para la adaptación frente al cambio climático y mayor resiliencia ante shocks y estreses. Por lo expuesto, es que se requieren acciones sobre el sistema de abastecimiento y comercialización alimentario para garantizar el almacenamiento y conservación adecuada de alimentos, así como mejorar la infraestructura y la eficiencia del mercado, la tecnología para la comercialización de alimentos, la transparencia en los mercados, entre otras, buscando diseñar e implementar sistemas agroalimentarios menos lineales y más circulares.

Fueron estos algunos de los motivos que llevaron a cuatro países de la región (México, Bolivia, Brasil y Chile) a unirse para crear la Red Regional de Sistemas Públicos de Abastecimiento y Comercialización de Alimentos (Red SPAA), en 2014. La Red, tiene el objetivo de promover el diálogo e intercambio de experiencias, a fin de fortalecer las capacidades públicas y estatales, facilitar el establecimiento de alianzas y desarrollar estrategias conjuntas de acción y proyectos de cooperación técnica entre instituciones públicas de comercialización y abastecimiento de alimentos de países de la región. La Red SPAA, participa de la implementación del Plan de Seguridad Alimentaria, Nutrición y Erradicación del Hambre de la CELAC y aporta al Programa Estratégico de la FAO orientado a establecer sistemas agroalimentarios urbanos inclusivos, sostenibles y resilientes.

Pasada una década, la Red cuenta con 18 países de la región. En el contexto actual de gran inestabilidad global, surgen nuevos desafíos para aumentar la resiliencia y reducir la vulnerabilidad de la población frente a múltiples fenómenos extremos. Entre ellos el fortalecimiento de las capacidades para hacer frente a la inflación de precios de los alimentos y transformar los sistemas alimentarios para mitigación y adaptación a los cambios climáticos.

Los gobiernos y los actores del sistema alimentario, incluyendo las instituciones públicas de abastecimiento y comercialización de alimentos, están desempeñando un papel fundamental para el logro de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), pero la importancia de su papel como actores clave en la transformación hacia sistemas agroalimentarios más resilientes y sostenibles no está suficientemente reconocida. La actuación en red y la CSST ofrecen una oportunidad para fortalecer instituciones nacionales públicas de abastecimiento y comercialización de alimentos el ALC.

Tras una década de diálogo regional bajo el paraguas de la Red SPAA, los países miembros han identificado tres problemáticas vinculadas a los SPAA, y que dan lugar a las necesidades de fortalecimiento de capacidades de los gobiernos de la región en los que se centra este proyecto:

(i). Fortalecimiento a nivel técnico de los SPAA. Se reconoce el aporte de los SPAA a la seguridad alimentaria en la región, así como las deficiencias en las capacidades estatales y la inadecuación de los sistemas existentes en términos de inclusión y eficiencia para garantizar el acceso físico y económico de la población más vulnerable que les permita acceder a una dieta más diversificada y nutricionalmente balanceada, a precios justos tanto para productores como para consumidores. Entre los retos identificados previamente notase: el almacenamiento inadecuado de alimentos y capacidades limitadas para su conservación, infraestructura de mercado inadecuadas, tecnología para la comercialización de alimentos con grandes limitaciones en los actores del canal tradicional de abastecimiento, falta de transparencia en los mercados, cadenas de abastecimiento y comercialización ineficientes.

El escenario actual, marcado por los efectos persistentes de la pandemia de COVID-19 y nuevos choques externos de índole social, económica y ambiental, impacta directamente en el precio de los alimentos y dificulta el acceso de la población más vulnerable a una dieta equilibrada y nutricionalmente adecuada. Los múltiples choques afectan la producción de alimentos, lo cual, junto al incremento de los precios de commodities y agroinsumos, provocan el aumento de los precios de los alimentos afectando directamente a los productores y consumidores. El aumento de la inflación, principalmente de los precios de los alimentos,

dificulta el acceso económico a alimentos saludables, especialmente para la población más vulnerable (SPAA 2022).

Hacer frente a estos retos se requiere una amplia gama de acciones equilibradas sobre el sistema de abastecimiento y comercialización alimentario. Entre las acciones, se observa un renovado esfuerzo regional para fortalecer capacidades de gobiernos nacionales y subnacionales (especialmente en las ciudades) y de otros actores de los sistemas alimentarios en el continuo urbano-rural, incluso redes regionales, por medio de acciones de diálogo e intercambio promovidas por la CSST en la región (FAO y BID 2021). En este contexto, la Red SPAA ha cumplido un papel fundamental pero todavía modesto e inconstante en las estrategias de fortalecimiento de las instituciones y los SPAA de los países de la región. Cambios políticos en los países miembros y falta de financiamiento a la Red son obstáculos al intercambio de experiencias y una mayor dinámica de integración y cooperación entre los miembros. El fortalecimiento institucional de la Red es necesario para dinamizar, ampliar y garantizar sostenibilidad del diálogo técnico-político entre miembros y su impacto en el fortalecimiento de las capacidades estatales en los países miembros.

(ii). Visibilidad limitada de las políticas y programas de las instituciones públicas nivel regional y en cada uno de los países. Las instituciones públicas y los programas y acciones que promueven, como los programas de ferias, tiendas, bodegas fijas y móviles, supermercados, reservas estratégicas de alimentos y sistemas de información de precios, entre otros, sufren de poca visibilidad.

La visibilización de las herramientas y de los beneficios a nivel social y económico (incluyendo el impacto positivo respecto a su aporte para el acceso alimentario, la diversificación de la dieta alimentaria, la generación de empleo y la mejora de las dinámicas a nivel territorial) de los programas de abastecimiento y comercialización de alimentos promovidas por los miembros de la Red SPAA es necesaria para apoyar y movilizar productores y acercar consumidores (SPAA 2023).

Más allá de aportar al desarrollo o potencialización de las herramientas orientadas a los productores y consumidores para que estos puedan conocer los programas públicos promovidos por los SPAA, la visibilización y comunicación efectiva y estratégica, respaldada en estudios y evidencias, hacia un mayor número de técnicos, gestores y responsables políticos en los países de la región es necesaria para el fortalecimiento de la Red misma y de los intercambios técnicos y políticos entre los países miembros.

Asimismo, una mayor visibilidad de los SPAA en los países miembros de la Red y de la Red – como herramienta de fortalecimiento de programas y políticas en la región – contribuye hacia la integración de nuevos miembros (sobre todo en el Caribe) y al diálogo con otros países en desarrollo en África y Asia.

(iii). Falta de estudios y evidencias del impacto de políticas y programas promovidas por los SPAA. Faltan estudios de impactos económicos, sociales y ambientales de los diferentes programas y políticas promovidos por los SPAA de la región para apoyar el mejoramiento de estos en los diferentes países y promover la difusión y el intercambio de conocimiento, experiencias y buenas prácticas existentes en la región.

En especial hace falta estudios de programas e iniciativas que promueven circuitos cortos de comercialización con la participación de la agricultura familiar como ferias de productores, bodegas o tiendas (fijas y móviles) y las soluciones de acceso alimentario que estos presentan principalmente en escenarios en donde existen “pantanos” y “desiertos alimentarios” así como en situaciones de emergencia. Bajo el escenario de aumento de la inflación en los precios de los alimentos, también se requieren estudios sobre políticas, experiencias e iniciativas de control de precios de los alimentos en distintos países de ALC y otras regiones del mundo.

La generación de evidencia son herramientas fundamentales para brindar insumos que orienten la toma de decisiones estratégicas y brinden apoyo técnico en el desarrollo, implementación y monitoreo de políticas públicas que impacten el abastecimiento y la comercialización de alimentos (Red SPAA, 2022), además de mejorar elaboración y actualización de marcos normativos y legales.

Además, la generación de evidencia sobre el impacto de las políticas y programas promovidos por los SPAA en los miembros de la Red, así como su difusión bajo su paraguas—mediante comunicación estratégica y la



promoción de espacios de intercambio técnico-político, como las Comunidades de Práctica, los conversatorios técnicos y las actividades de diseminación nacional en cada país miembro—contribuirá al fortalecimiento institucional de la Red, a través de la gestión del conocimiento y el intercambio basado en evidencia generada a nivel regional.

Con estos desafíos en mente, el Gobierno de la República Federativa del Brasil ofrece a la FAO recursos técnicos y financieros a través de la CSS, para contribuir con el fortalecimiento de las instituciones de abastecimiento y comercialización de alimentos por medio del diálogo e intercambio de experiencias y buenas prácticas a nivel regional.

Como resultado, se espera que los países de América Latina y el Caribe mejoren sus políticas de abastecimiento y comercialización de alimentos en la región y las oportunidades de acceso a una alimentación más saludable y sostenible, por parte de la población más vulnerable en el continuo urbano-rural.

Por lo expuesto, el presente proyecto contribuirá al aumento de la resiliencia de los sistemas agroalimentarios y reducción de vulnerabilidades de la población frente a fenómenos extremos relacionados con factores de índole económico, social y ambiental, contribuyendo a la seguridad alimentaria y nutricional en ALC.

3.2. Justificación del proyecto

Este proyecto se alinea con las prioridades definidas por el Gobierno de la República Federativa del Brasil tanto a nivel nacional como internacional. A nivel nacional, el combate al hambre se ha anunciado como una de las principales prioridades de la actual gestión federal. El Brasil había logrado avances significativos en la primera década del siglo, lo que culminó en 2014 con su salida del Mapa del Hambre publicado por la Organización de las Naciones Unidas (ONU). Sin embargo, en 2018 el país volvió a figurar en el mapa del hambre. A finales de 2022, de los 33 millones de personas en inseguridad alimentaria severa, 27 millones vivían en las ciudades, más específicamente en sus periferias. La problemática del hambre en el Brasil se caracteriza por profundas desigualdades raciales y de género: en los hogares donde la persona de referencia es una mujer o en hogares encabezados por personas negras y pardas, los niveles de inseguridad alimentaria alcanzan el 65 % (Red PENSSAN 2022). Por otro lado, el sobrepeso también ha aumentado en el país. En todas las capitales brasileñas, más de la mitad de la población adulta enfrenta sobrepeso y casi una cuarta parte sufre de obesidad (Brasil, 2021).

Los shocks externos de diferentes índoles (sociales, económicas y climáticas) han provocado inflación de alimentos, elevando aún más el costo de una alimentación saludable en el país y la región. Ante este escenario, Brasil y otros países de la región han reconocido e invertido en mejorar la institucionalidad y las políticas y programas públicos de abastecimiento y comercialización. En Brasil se ha dado un nuevo impulso a las políticas contra el hambre y de SAN en Brasil coordinadas por el MDS y el MDA, con apoyo de instituciones como la CONAB. Entre las acciones que se están desarrollando, destácase el Plan Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional (PLANSAN), la Estrategia Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional en las Ciudades - Programa Alimenta Ciudades - y el Plano Nacional de Abastecimiento Alimentar (Planaab). El Planaab es una iniciativa intersectorial para 2025-2028 a la cual CONAB brinda su apoyo sobre todo para ampliar la participación de la agricultura familiar en los mercados de alimentos y en la formación de estoques públicos de alimentos de la cesta básica. Asimismo, en sus acciones, la CONAB contribuye con distintas acciones a las políticas y estrategias del gobierno de Brasil de desarrollo rural sustentable, impulsando la participación social en la construcción de políticas públicas y en la gobernanza de los sistemas alimentarios, la agroecología y las acciones de promoción de la seguridad alimentaria y del desarrollo local sustentable de pueblos indígenas y comunidades tradicionales.

El énfasis para enfrentar el hambre y la pobreza a nivel global también se expresa en el marco de la Política Exterior brasileña y se configura tradicionalmente como una agenda prioritaria de la CSS (Suyama et al, 2016; Oliveira y Lima 2023). Además, el compromiso brasileño con la agenda de combate al hambre a nivel internacional ha sido reiteradamente resaltado en los foros regionales y globales, como la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC), el MERCOSUR, la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA), el Comité de Seguridad Alimentaria de la ONU, las Conferencias de las Partes (COP) del Clima y de la Biodiversidad de la ONU, y el G-20. En todos estos espacios, se identifican oportunidades sinérgicas a este proyecto, cuyos avances pueden retroalimentar los debates y procesos en cuestión.

En el marco de su Presidencia del G-20, en 2024, Brasil ha lanzado una Alianza Global contra el Hambre y la Pobreza, para recaudar recursos y conocimientos destinados a la implementación de políticas públicas y tecnologías sociales comprobadamente efectivas en la reducción del hambre y la pobreza a nivel mundial. El Brasil albergará la COP30 del Clima en 2025 en la ciudad amazónica de Belém, la misma ciudad que recibió en 2023 la Cúpula de los presidentes de la OTCA, cuya declaración adoptada prevé que se inicie un proceso de diálogo para la elaboración de una estrategia amazónica de seguridad y soberanía alimentaria y nutricional. La CELAC, por su vez, aprobó la actualización del Plan de Seguridad Alimentar y Nutrición para la región, cuya implementación coincidirá con el proyecto. Finalmente, el Comité de Seguridad Alimentaria Mundial (CSA) ha priorizado en su plan de trabajo 2024-2027 la elaboración de recomendaciones políticas orientadas a la acción sobre el fortalecimiento de los sistemas alimentarios urbanos y periurbanos en el contexto de la urbanización, así como acciones para la promoción de sistemas agroalimentarios resilientes al clima.

Para FAO, este Proyecto se alinea con el Plan de Trabajo Regional 2024-2025 de la FAO en los siguientes resultados:

Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe (RLC) Región BE - Mejor medio ambiente BE.4 - Lograr sistemas alimentarios urbanos sostenibles	19647	Países de la región cuentan con políticas para fortalecer la resiliencia del suministro alimentario y para aumentar el acceso a alimentos asequibles, seguros y nutritivos para todos los habitantes en las ciudades, reduciendo la pobreza, la inseguridad alimentaria y la malnutrición en todas sus formas, mejorando el medio ambiente y empoderando a los gobiernos nacionales y locales para transformar los sistemas agroalimentarios urbanos, contribuyendo al BE, BE4.
	19648	Redes regionales - Red de Ciudades Intermedias y Sistemas Agroalimentarios (Red CISA), Federación Latinoamericana de Mercados de Abastecimiento (FLAMA) y Sistemas Públicos de Abastecimiento y Comercialización de Alimentos (SPAA) - se fortalecen en el marco de la agenda urbana alimentaria, promoviendo espacios de dialogo, intercambio de buenas prácticas y el desarrollo de propuestas de integración regional con el propósito de garantizar el acceso alimentario a los consumidores, dinamizar la economía local, la resiliencia y sostenibilidad, promocionando los mercados territoriales, con la presencia de la agricultura familiar, transformando los sistemas agroalimentarios a lo largo del continuo urbano-rural.

También podemos mencionar que el proyecto esta alineado con algunos resultados nacionales como, por ejemplo, los mencionados abajo:

	7393 Costa Rica	La Junta Nacional de Ferias del Agricultor implementa un plan para aumentar la visitación a las ferias del agricultor y posicionarlas como mercados urbanos "verdes" y capaces de asegurar suficientes alimentos asequibles, nutritivos y sostenibles
	7097-Argentina	Para diciembre del 2025, será elaborado el Plan de mejora de las capacidades técnicas, de información y transparencia que aportan a la innovación y la replicabilidad de la experiencia en mercados mayoristas frutihortícolas.
	10704 - Honduras	Fortalecimiento de la institucionalidad pública relacionado al abastecimiento (IHMA) y comercialización de alimentos (BANASUPRO) considerando la participación de la Agricultura Familiar.
	10626 - Bolivia	Entidades del Gobierno Nacional y Subnacional y organizaciones de base social comunitaria, fortalecen su canal tradicional de abastecimiento y comercialización de los alimentos en el marco de la agenda urbana alimentaria, promoviendo espacios de diálogo y de intercambios técnicos, con el propósito de garantizar el acceso alimentario a los consumidores, dinamizar la economía local, la resiliencia y sostenibilidad, promocionando los mercados territoriales y la comercialización inclusiva, con la presencia de la agricultura familiar y campesinos, transformando los sistemas agroalimentarios a lo largo del continuo rural-urbano.
	7031 Perú	PRODUCE y PNDP, con asistencia técnica de la FAO, fortalece la rectoría en la gestión de los mercados de abastos con instrumentos como la hoja de ruta de mercados, normas técnicas, promoción de la mejora de la infraestructura y planes de capacitación.

El proyecto contribuye también a la Prioridad Regional 3: Gestión sostenible de recursos naturales y adaptación al cambio climático, especialmente aportando al fortalecimiento de los sistemas agroalimentarios en el entorno urbano-rural.

Adicionalmente, desde 2021, la formación de redes de intercambio, como la Red de Ciudades Intermedias, la Red de Mercados de Abasto, y la Red SPAA, se ha relevado la demanda de diversos actores, públicos y privados, nacionales y subnacionales, por establecer mecanismos efectivos de CSST para impulsar acciones concretas de transformación de los sistemas alimentarios, con objetivos claros en la promoción de entornos alimentarios más saludables, y sostenibles.

3.3. Trabajos anteriores relacionados

Hace 15 años que la alianza entre el Brasil y la FAO promueve iniciativas de cooperación Sur-Sur y trilateral, bajo el paraguas del Programa de Cooperación Internacional Brasil-FAO, que ha permitido compartir experiencias y aprendizajes para alcanzar los ODS. Se implementaron proyectos en áreas como Alimentación Escolar, Compras Públicas, Fortalecimiento del Diálogo entre la FAO, los Gobiernos y la Sociedad Civil,



Seguridad Alimentaria, Políticas Agroambientales, Fortalecimiento del Sector Algodonero, Fortalecimiento Institucional de la Pesca y la Acuicultura, y Apoyo a Emergencias.

El programa de cooperación Brasil-FAO para la promoción de la CSS es implementado conjuntamente por las Oficinas de FAO en la región: la Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe (RLC), con sede en Santiago de Chile, la Oficina Subregional de la FAO para Mesoamérica (SLM), con sede en Panamá, la Oficina Subregional de la FAO para el Caribe (SLC), con sede en Barbados y la Oficina de la FAO en Brasil (FAOBRA), así como las instituciones técnicas del gobierno brasileño, coordinadas por la ABC/MRE.

Esta es una alianza sólida que se ha mantenido a lo largo del tiempo y que ha entregado a la región una cantidad muy significativa de resultados e iniciativas, como intercambios y eventos técnicos bilaterales y regionales, apoyos multilaterales, elaboración de estudios, análisis y otros tipos de generación de información y evidencia en varios temas.

Los resultados alcanzados por el Programa incluyen la formulación y mejora de políticas y normativas en el campo de la agricultura familiar, la alimentación escolar, compras públicas y la producción y cultivo del algodón a nivel nacional en los países socios. También contemplan el fortalecimiento de las articulaciones temáticas regionales y una mayor capacidad de incidencia de los países cooperantes en el ámbito global.

La CSS en el ámbito del Programa de Cooperación Técnica Brasil-FAO ha promovido cambios profundos en las políticas de SAN en varios ámbitos, como las guías alimentarias, programas de compras públicas como la alimentación escolar, que han mejorado la calidad de vida y la nutrición de millones de niños en la región.

También se ha fortalecido la agricultura familiar mediante iniciativas de apoyo a la Reunión Especializada de Agricultura Familiar del MERCOSUR (REAF), que cuenta con la participación de Ministerios de Agricultura, de Desarrollo Agrario y Agricultura Familiar, y otros actores, incluidas representaciones de la sociedad civil, académicos, cooperativas y otros, todos trabajando en conjunto para diseñar e implementar medidas en políticas públicas destinadas a fortalecer la agricultura familiar y campesina.

Actualmente, el Brasil es el socio de FAO más importante para la CSS en la región ALC, generando una cooperación que supera los 60 millones de USD. En particular, la CONAB y la FAO han trabajado conjuntamente en la Red SPAA desde su creación en 2014. Brasil, es miembro fundador de la Red SPAA y la CONAB es un referente técnico de mucha importancia a nivel regional para otras instituciones públicas en ALC. Este proyecto será el primer aporte de un país miembro para el fortalecimiento de la cooperación regional Sur-Sur y la promoción de la agenda técnica de la Red SPAA, contribuyendo al fortalecimiento de la Red, así como también del proceso de integración, diálogo político y cooperación técnica regional y bilateral en la región.

Por su parte la FAO a escala regional viene implementando el marco de referencia para la Agenda de Sistemas Públicos de Abastecimiento y Comercialización de Alimentos. Desde 2014, la FAO es responsable de la Secretaría Técnica de la Red SPAA de sistemas públicos de abastecimiento y comercialización de alimentos, responsable por la implementación de políticas de apoyo a la SAN, compras públicas y reservas de alimentos. En la última década la FAO ha implementado inúmeros proyectos en ámbito nacional de cooperación técnica en países de la región y otros a escala regional. Los cuatro principales proyectos regionales implementados desde 2016 ("Fortalecimiento a los Sistemas Públicos de Comercialización y Abastecimiento de Alimentos en América Latina y el Caribe – SPAA", "Sistemas alimentarios que favorezcan la implementación de estrategias para facilitar el acceso físico y económico de alimentos saludables a poblaciones vulnerables", "Resiliencia de los sistemas de abastecimiento de El Salvador, Panamá, Ecuador, Bolivia, Haití y Honduras frente a escenarios de desastres y crisis", "Estrategias públicas-privadas para modernización de actores del canal



tradicional responsables de la comercialización y distribución de alimentos”⁵suman 1 315 000 USD y han involucrado 20 países (11 en Suramérica, siete en Centroamérica y dos en el Caribe).

La FAO, también ejerce la Secretaria Técnica de otras dos redes importantes para el diálogo regional en temáticas de seguridad y sistemas alimentarios: la Red regional de mercados mayoristas de alimentos, con más de 150 centrales de abasto involucradas, y la Red de Ciudades Intermedias y Sistemas Agroalimentarios (Red CISA).

3.4. Ventajas comparativas de la FAO y de las instituciones brasileñas

3.4.1 Ventajas comparativas de la FAO

El Marco Estratégico de la FAO (2022-2031) refleja su compromiso con una visión integral en torno a la transformación hacia sistemas agroalimentarios más eficientes, inclusivos, resilientes y sostenibles, sin dejar a nadie atrás con el fin de lograr dietas saludables para todos. El marco estratégico abarca cuatro áreas que se articulan entre sí, a saber:

- 1. Mejor Vida.** Empoderamiento de las mujeres indígenas en las zonas rurales, acceso a sistemas agroalimentarios resilientes y transformación rural inclusiva, promoviendo el crecimiento económico inclusivo mediante la reducción de las desigualdades.
- 2. Mejor Producción.** Acceso equitativo de la población indígena a los recursos productivos, garantizando la resiliencia y sostenibilidad de los sistemas agroalimentarios en condiciones climáticas y ambientales cambiantes.
- 3. Mejor Nutrición.** Promoción de mercados y comercio transparente, mejorando efectivamente la calidad de la dieta de la población indígena.
- 4. Mejor Medio Ambiente.** Fomento de prácticas sostenibles e inteligentes desde el punto de vista climático, donde se cuenta con un área programática prioritaria vinculada al fomento de sistemas alimentarios urbanos saludables y resilientes.

Con sede en Roma, la FAO está presente en más de 130 países a través de una red de Oficinas Regionales y Subregionales y de Oficinas en países en desarrollo. Estas relaciones directas con las instituciones nacionales y regionales relevantes para la cooperación permiten a las oficinas de la FAO en los países desempeñar un papel importante en la facilitación de contactos y acuerdos entre las instituciones colaboradoras en los países y en la supervisión técnica de los proyectos llevados a cabo por la Organización. La presencia en el terreno es también un componente muy útil de la capacidad ejecutiva de la FAO en la gestión de su cartera de proyectos de cooperación técnica, que hoy asciende a millones de dólares invertidos directamente cada año en la lucha contra el hambre y la pobreza en los países en desarrollo de América Latina y el Caribe.

3.4.2 Ventajas comparativas de la ABC

La CSS, se caracteriza por promover relaciones horizontales entre los países, guiadas por los principios de respeto a la soberanía, apropiación e independencia nacional, igualdad, ausencia de condicionalidades y no interferencia en asuntos domésticos, así como beneficio mutuo. Esto representa para Brasil una oportunidad de compartir los avances y lecciones aprendidas en el desarrollo de enfoques, programas y tecnologías sociales, y al mismo tiempo, aprender de otros países a partir de sus experiencias en las áreas de cooperación.

La cooperación técnica internacional en el Brasil es coordinada por la ABC/MRE, cuyas atribuciones incluyen negociar, coordinar, implementar y acompañar los programas y proyectos brasileños de cooperación técnica,

⁵ TCP/RLA/3509, TCP/RLA/3709, TCP/RLA/3721 y TCP/RLA/3808, respectivamente.

ejecutados con base en los acuerdos firmados por el Brasil con otros países y organismos internacionales. Para desempeñar su misión, la ABC se orienta por la política exterior del MRE y por las prioridades nacionales de desarrollo, definidas en los planes y programas sectoriales de Gobierno para cooperación técnica internacional. Además, la Ley de Directrices Presupuestarias (LDO nº13.473/2018), en su Art. 8º § 1, permite que los órganos y entidades del poder ejecutivo federal muevan créditos entre sí para la ejecución de políticas de interés común.

La cooperación técnica internacional a través de la CSS promueve las políticas exitosas de Brasil en otros países de la región, contribuyendo al proceso de mejoramiento continuo de esas políticas en territorio nacional. Al mismo tiempo que se evidencian los beneficios, se identifican también los puntos necesarios de revisión y mejora de los programas brasileños utilizados como base.

3.4.3 Ventajas comparativas de la CONAB

Por su parte, la CONAB ha desplegado una activa participación en el ámbito de la cooperación internacional, estableciendo relaciones de trabajo con sus homólogos de diferentes países de la región y de otras partes del mundo, así como con la sociedad civil. La CONAB, es una empresa pública vinculada al Ministerio de Desarrollo Agrario y Agricultura Familiar de Brasil (MDA) y trabaja para garantizar ingresos a los productores rurales, seguridad alimentaria y nutricional y regularidad del abastecimiento, generar inteligencia para la agricultura y participar en la formulación y ejecución de políticas públicas, incluyendo de inclusión social. Algunos de los programas y políticas más importantes de la CONAB son: la Política de Política de Garantía de Precios Mínimos – PGPM (incluyendo para productos y la sociobiodiversidad, el PGPMBio), la Gestión de Estoques Públicos, el Almacenamiento, el Programa Brasileño de Modernización del Mercado de Horticultura – Prohort, el Programa de Adquisición de Alimentos – PAA, y el Programa de Ventas em Balcones y Cestas de Alimentos.

La CONAB, es una referencia internacional y participa de redes y proyectos de cooperación internacional, sobre todo con países de ALC y de África. Actualmente, está involucrada en 6 proyectos de cooperación técnica Sur-Sur en América Latina y el Caribe y en el continente africano⁶. Al menos dos nuevos proyectos están en fase de prospección⁷. La CONAB, también participa de otras redes y organizaciones regionales como la REAF/MERCOSUR y la Organización de Información de Mercados de las Américas (OIMA).

La CONAB, es un miembro fundador de la Red SPAA y sigue siendo un referente técnico para instituciones homólogas en la región. La CONAB ocupa la presidencia de la Red para el bienio 2024-2026. El presente proyecto será el primer aporte de un país miembro para el fortalecimiento de la cooperación regional Sur-Sur y la promoción de la agenda técnica de la Red SPAA, contribuyendo al fortalecimiento de la Red, así como también del proceso de integración, diálogo político y cooperación técnica regional y bilateral en la región.

3.5. Partes interesadas

Beneficiarios directos: Instituciones públicas de abastecimiento y comercialización de alimentos en América Latina y el Caribe y la Red Regional de Sistemas Públicos de Abastecimiento y Comercialización de Alimentos (Red SPAA).

Beneficiarios indirectos: Cooperativas agroalimentarias; mercados y centrales de abasto; organizaciones de pequeños productores y agricultores familiares y campesinos, sobre todo aquellos involucrados en los

⁶ Ver proyectos de CSST BRA/13/008, BRA/13/008-S, BRA/13/008-S304, BRA/13/008-A386 con Angola, Colombia, Cabo Verde, El Salvador, Honduras y República Dominicana. En el pasado CONAB ha desarrollado proyectos de fortalecimiento de capacidades con otros países de la región (por ejemplo, el proyecto BRA/13/008-S294 con Bolivia) y acciones junto a países africanos como Togo, Kenia y África del Sur, algunas de ellas en asociación con el Centro de Excelencia contra el Hambre en Brasil del Programa Mundial de Alimentos.

⁷ Actualmente, los proyectos en fase de prospección involucran a otros dos países de ALC: Venezuela y Cuba.



programas públicos de abastecimento de alimentos como mercados minoristas, ferias de productores y en tiendas fijas o móviles; organizaciones de la sociedad civil y agroindustrias vinculadas a la agricultura familiar; organizaciones de consumidores y de la sociedad civil vinculadas al tema de SAN en las ciudades (sobre todo organizaciones de mujeres, organizaciones de pueblos afrodescendientes, organizaciones de comunidades tradicionales y organizaciones de pueblos indígenas).

Beneficiarios finales: Población en situación de vulnerabilidad socioeconómica, con especial atención a hogares liderados por mujeres, mujeres embarazadas, lactantes, niños y niñas, y personas mayores.

4. MARCO DEL PROYECTO

4.1. Impacto

El proyecto busca contribuir al aumento de la resiliencia de los sistemas agroalimentarios y la reducción de vulnerabilidades de la población frente a fenómenos extremos relacionados con factores de índole económico, social y ambiental, en todos los países de la región, por medio de la Cooperación Sur-Sur Trilateral.

En este sentido, su principal contribución a la agenda 2030 se centra primordialmente en las siguientes metas:

- **ODS 1. Fin de la pobreza**

Metas 1.1 & 1.2 - Al enfocarse en la superación de la pobreza en la población más vulnerabilizada (tanto la pobreza extrema como la pobreza en todas sus dimensiones), impulsando el desarrollo territorial local.

Meta 5. “Para 2030, fomentar la resiliencia de los pobres y las personas que se encuentran en situaciones vulnerables y reducir su exposición y vulnerabilidad a los fenómenos extremos relacionados con el clima y a otros desastres económicos, sociales y ambientales”.

- **ODS 2. Hambre cero**

Meta 2.1 - Para 2030, poner fin al hambre y asegurar el acceso de todas las personas, en particular los pobres y las personas en situaciones vulnerables, incluidos los lactantes, a una alimentación sana, nutritiva y suficiente durante todo el año.

Meta 8. “Adoptar medidas para asegurar el buen funcionamiento de los mercados de productos básicos alimentarios y sus derivados y facilitar el acceso oportuno a información sobre los mercados, en particular sobre las reservas de alimentos, a fin de ayudar a limitar la extrema volatilidad de los precios de los alimentos”.

- **ODS 11. Ciudades y comunidades sostenibles**

Meta 11.a - Apoyar los vínculos económicos, sociales y ambientales positivos entre las zonas urbanas, periurbanas y rurales fortaleciendo la planificación del desarrollo nacional y regional.

También se identifica la contribución del proyecto, de manera más difusa, a los siguientes ODS:

- **ODS 5: Igualdad de género:** Fortaleciendo la participación de mujeres productoras de la agricultura familiar, las mujeres consumidoras y las participantes de los circuitos cortos.
- **ODS 8: Trabajo decente y crecimiento económico:** Promover políticas orientadas al desarrollo que apoyen las actividades productivas, la creación de puestos de trabajo decentes, el emprendimiento, la creatividad y la innovación, y fomentar la formalización y el crecimiento de las microempresas y las pequeñas y medianas empresas, incluso mediante el acceso a servicios financieros.
- **ODS 12: Producción y consumo responsables:** el enfoque en la alimentación saludable y sostenible contribuye a fomentar patrones de consumo más responsables; la producción agroecológica, y la reducción de las pérdidas y desperdicios de alimentos.

- **ODS 17. Alianzas para lograr los objetivos:** Al promover colaboraciones estratégicas a diferentes niveles (regional, subregional, nacional y subnacional) el proyecto contribuye a la construcción de alianzas para el desarrollo sostenible.

4.2. Objetivo de desarrollo

Mejoras las políticas de abastecimiento y comercialización de alimentos en los países de América Latina y el Caribe.

4.3. Objetivos específicos

- 1) Los países de ALC cuentan con instituciones y sistemas públicos de abastecimiento y comercialización de alimentos más eficientes, inclusivos, resilientes y sostenibles.
- 2) La Red SPAA cuenta con una estructura fortalecida y dinamizada en su papel de apoyar el intercambio técnico y político entre países de la región.

4.4. Resultados, Productos y actividades (Estructura Lógica)

Resultado 1: Países miembros de la Red con capacidades técnicas ampliadas para el diseño e implementación de políticas y programas de abastecimiento y comercialización de alimentos que aportan al acceso alimentario y la inclusión de la agricultura familiar y campesina.

Producto 1.1. Desarrollo de Comunidades de Práctica/conversatorios técnicos virtuales entre los miembros de la red promoviendo la integración regional y la cooperación Sur - Sur, el intercambio de experiencias, el fortalecimiento de capacidades técnicas.

1.1.1 Planificar, organizar, realizar y sistematizar Comunidades de Práctica//conversatorios técnicos.

1.1.2. Difundir los resultados de los encuentros realizados.

Producto 1.2. Instancias de diálogo e intercambio presenciales promovidos para profundizar discusiones y compartir experiencias exitosas y desafíos.

1.2.1. Planificar, organizar, realizar y sistematizar un intercambio en América del Sur.

1.2.2. Planificar, organizar, realizar y sistematizar un intercambio en América Central.

1.2.3. Planificar, organizar, realizar y sistematizar Reunión Anual de la Red SPAA 2026.

1.2.4 Planificar, organizar, realizar y sistematizar actividades de CSS entre miembros de la Red SPAA.

1.2.5 Planificar, organizar, realizar y sistematizar actividades de los miembros de la Red SPAA en eventos internacionales (COP30, junto a Unión Africana, G20, etc.).

Producto 1.3. Apoyo a la implementación de la Estrategia regional de reservas estratégicas de los países del SICA y mejora de la gobernanza para hacer frente a las emergencias alimentarias en la subregión centroamericana.

- 1.3.1. Brindar apoyo a la conformación de una instancia de coordinación de la Estrategia regional y a la elaboración de un plan de trabajo regional y en los países del SICA.
- 1.3.2. Apoyar a la implementación de la Estrategia Regional y articular el soporte técnico de la CONAB a nivel regional y nacional.
- 1.3.3. Apoyar el establecimiento de un foro de diálogo técnico-político de instancias nacionales y regionales en temas de manejo de stocks, reservas estratégicas y manejo de escenarios de crisis alimentaria.

Resultado 2: Estrategia diseñada e implementada para la gestión del conocimiento, comunicación, visibilización de las experiencias, buenas prácticas y herramientas implementadas y/o generadas en el marco de los sistemas públicos de abastecimiento y comercialización de alimentos.

Producto 2.1. Realizar un análisis de las demandas de conocimientos de interés en común entre los miembros de la Red SPAA que aporten a potencializar las capacidades institucionales

- 2.1.1 Identificar necesidades de los miembros de la red mediante el levantamiento de información por medio del uso de encuestas y entrevistas.
- 2.1.2 Elaborar, acordar y difundir una Hoja de Ruta para apoyar actividades de capacitación y formación entre países de la Red SPAA.
- 2.1.3. Crear Repositorio de Conocimiento en el sitio web de la Red.

Producto 2.2. Realizar un mapeo de fuentes de conocimiento relevantes dentro y fuera de la Red SPAA considerando estudios desarrollados por universidades, centros de investigación, expertos y organizaciones de la sociedad civil en la región acerca de programas y políticas de abastecimiento y comercialización de alimentos y su impacto.

- 2.2.1 Identificar necesidades de evidencias y contratar servicios para desarrollar el mapeo.
- 2.2.2. Elaborar un documento que recopile las buenas prácticas identificadas dentro y fuera de la Red SPAA.
- 2.2.3. Diseño, diagramación y publicación del estudio.

Producto 2.3. Sistematizar y documentar las experiencias exitosas de buenas prácticas desarrolladas por los miembros de la Red SPAA identificando *factores clave de éxito, lecciones aprendidas y replicabilidad*

- 2.3.1. Identificar, analizar y sistematizar factores de éxito, lecciones aprendidas y replicabilidad de las principales experiencias generadas por los miembros de la Red SPAA. en temas como inclusión de la agricultura familiar en la compra pública, manejo de reservas estratégicas de alimentos, políticas de estabilización de precios, mapeo de la producción y transparencia de los precios de los alimentos, circuitos cortos y tiendas y supermercados públicos, otras.
- 2.3.2. Publicar notas técnicas y/o estudios de caso sobre buenas prácticas.

Producto 2.4. Diseñar un plan de comunicación y visibilización de la Red SPAA que considere la difusión de noticias e información relevante generada por los miembros de la red SPAA y el desarrollo de campañas informativas sobre políticas, programas y herramientas de las instituciones públicas de abastecimiento y comercialización de alimentos implementadas

- 2.4.1. Identificar necesidades de contratar servicios de comunicación y de diseño y gestión de páginas web y apoyo al desarrollo de las campañas informativas.

- 2.4.2. Elaborar, acordar y difundir el Plan de comunicación y visibilización de la Red SPAA.
- 2.4.3. Fortalecer las herramientas existentes de comunicación de la Red SPAA: mejorar la página de la Red SPAA en el sitio web de la FAO, crear página en inglés para la Red y fortalecer comunicadores (campañas informativas en medios tradicionales y virtuales).
- 2.4.4. Diseñar una plataforma (*dashboard*) que recopile datos de interés estratégico para los miembros de la Red SPAA con informaciones acerca de costos de producción, precios practicados en importación y exportación de alimentos básicos, volúmenes de granos almacenados en stocks estratégicos, datos sobre alimentos básicos importados y exportados por los países de la región, cuadros de oferta y demanda de alimentos básicos a nivel nacional, personas o familias beneficiadas por programas públicos de abastecimiento y comercialización.

Resultado 3. Estudios elaborados sobre los impactos sociales, económicos y ambientales de las políticas y programas de abastecimiento y comercialización de alimentos promovidos por los miembros de la Red SPAA.

Producto 3.1. Estudios sobre los efectos en la mejora del acceso alimentario, transparencia y ahorro familiar promovidos por los programas de abastecimiento y comercialización de alimentos de los miembros de la Red SPAA que contribuyen a una mayor oferta de alimentos básicos saludables.

- 3.1.1. Identificación de los programas públicos de incidencia nacional que impulsan los miembros de la Red SPAA y que aportan al acceso alimentario por medio de varias modalidades de abastecimiento alimentaria.
- 3.1.2. Levantamiento de información, análisis de buenas prácticas, cuellos de botella, y aportes a la accesibilidad a los alimentos, transparencia de los precios y el ahorro nivel familiar.
- 3.1.3. Elaboración de documento con los principales resultados obtenidos.
- 3.1.4. Diseño, diagramación y publicación del estudio.

Producto 3.2. Estudios sobre la importancia de la generación de stocks, la formación de reservas estratégicas de alimentos y políticas de estabilización de precios que promueven la inclusión de la agricultura familiar y campesina, el acceso alimentario y la estabilización de precios en escenarios de crisis alimentaria.

- 3.2.1. Identificación de los programas públicos de abastecimiento que cuentan con stocks y reservas estratégicas de alimentos que impulsan la participación de la agricultura familiar y campesina, además impulsar políticas de estabilización de precios frente a escenarios de crisis alimentaria.
- 3.2.2. Levantamiento de información y análisis de los principales resultados, buenas prácticas, cuellos de botella.
- 3.2.3. Elaboración de un documento que sistematice la información más relevante.
- 3.2.4. Diseño, diagramación y publicación del estudio.

Resultado 4. Proyecto gestionado, monitoreado, evaluado y divulgado

Producto 4.1 Equipo de base contratado

4.1 Contratar servicios y equipo

Producto 4.2 Comité de Seguimiento del Proyecto en funcionamiento

4.2.1 Instalar el Comité

4.2.2 Convocar y realizar reuniones y distribuir actas

Producto 4.3 Planes anuales de comunicación estratégicos elaborados e implementados

4.3.1 Elaborar plan anual de comunicación

4.3.2 Implementar el plan anual

Producto 4.4 Informes de progreso técnico y financiero elaborados

4.4.1. Recopilar datos e información

4.4.2. Circular y aprobar informes

Producto 4.5 Evaluación del proyecto realizada

4.5.1. Desarrollar términos de referencia

4.5.2. Contratar servicios

4.5.3. Publicar la evaluación

4.5. Criterios de Sostenibilidad

Desarrollo de Capacidades

Las actividades pretenden reforzar las capacidades individuales, organizacionales e institucionales de los gobiernos nacionales y descentralizados responsables de diferentes aspectos de los sistemas agroalimentarios urbanos. Diversas evaluaciones de la CSS brasileña han demostrado que este abordaje es potencialmente sostenible, dado que actúa para fortalecer capacidades de actuación de los gobiernos en áreas consideradas prioritarias para el desarrollo de los países socios.

Además, de acuerdo con los principios de la CSS brasileña y con el fin de garantizar la pertinencia, apropiación y sostenibilidad de las acciones de cooperación, los socios deberán desempeñar un papel activo e indispensable en el proyecto. La participación activa de los socios miembros de la Red en las actividades de intercambio, el esfuerzo por internalizar y socializar actividades e insumos producidos en la Red con contrapartes en cada país, así como las contribuciones de los socios en especie, que no se miden, también son de especial importancia para reforzar el compromiso de las partes involucradas, contribuyendo para procesos de fortalecimiento de las capacidades nacionales y de la Red SPAA sobre la base de retos y experiencias comunes.

La estrategia del proyecto en actuar en los niveles regional e internacional contribuye para que los aportes catalizadores del proyecto resuenen en otros espacios de concertación, contribuyendo para la difusión de conceptos y prácticas promovidos en el ámbito del Proyecto. Los estudios y campañas informativas que van a ser elaborados por el proyecto podrán también ser utilizados por otros países para respaldar la elaboración o mejora de sus estrategias, marcos políticos y normativos, y herramientas en la temática.

Finalmente, más allá de la Red SPAA, otras redes (como las Redes de Ciudades Intermedias y Sistemas Agroalimentarios, de mercados mayoristas de alimentos) se presentan como plataformas autónomas de colaboración entre los gobiernos nacionales y locales, sectores públicos y privados, siendo otro espacio de sostenibilidad de los esfuerzos y hallazgos generados en el marco de este proyecto.

Igualdad de género

El hambre y las formas de malnutrición son marcadas por las brechas de género, incluso en el contexto urbano. En sus Declaratorias, la Red SPAA ha reforzado su compromiso con realizar esfuerzos en la eliminación de la brecha de género, que vincule la igualdad de género y la seguridad alimentaria y nutricional; promoviendo la participación de mujeres en la toma de decisiones en el marco de la reducción de la pobreza, el hambre, la inseguridad alimentaria y la malnutrición (Red SPAA 2023).

En este sentido, el proyecto, transversalmente, garantizará que los estudios producidos por el proyecto proporcionen diagnósticos, estrategias y recomendaciones que incluyan en enfoque de género. Todos los estudios desarrollados por el proyecto se apoyarán en datos desagregados por etnia, por edad, sexo. Cuando estos no sean existentes, los estudios buscarán contribuir para la producción de datos desagregados. Las campañas informativas y las asesorías técnicas desarrolladas por el proyecto deberán también proporcionar aportes a partir del enfoque de género. Con eso, se buscará informar el fortalecimiento y la visibilización de políticas, programas e iniciativas de abastecimiento y comercialización orientadas a promover la igualdad de género en los sistemas alimentarios urbanos, reforzando la participación de mujeres productoras y consumidoras en los circuitos cortos (resultados 1 y 2).

Además, el proyecto prevé dos productos específicos que buscan fortalecer la participación de mujeres, así como de jóvenes, afrodescendientes y pueblos indígenas y comunidades tradicionales en los sistemas públicos de abastecimiento y comercialización. Los productos 2.4, 3.1 y 3.2 que buscan elaborar insumos, estudios y campañas informativas con enfoque de género y destaque a mujeres, así como de jóvenes, afrodescendientes y pueblos indígenas y comunidades tradicionales productores y consumidores, mientras el producto 1.1, 1.2 y 1.3 apunta a apoyar actividades de diálogo, intercambio y cooperación técnica con participación igualitaria de género. En estos casos, se integrará en las actividades pertinentes a referentes de organizaciones de la sociedad civil y a las institucionalidades gubernamentales que abordan en la política pública la temática de género.

Todas las producciones técnicas y de comunicación del proyecto deberán contar con lenguaje apropiado, inclusivo, no sexista y no racista.

Finalmente, en línea con los compromisos de las ONU y de la FAO con la tolerancia cero hacia todas las formas de violencia de género⁸ el proyecto desarrollará e implementará un protocolo de prevención del acoso, abuso y explotación sexual aplicable a todas las personas e instituciones sujetas a un contrato de FAO bajo este proyecto. El protocolo deberá abordar: (i) conceptos y principios fundamentales y orientadores; (ii) procedimientos relacionados a las contrataciones realizadas por el proyecto; (iii) realización de curso mandatorio sobre las políticas de prevención del abuso y la explotación sexual, así como los procedimientos de denuncia e investigación dirigido a las personas o empresas contratadas; (iv) difusión del mecanismo de quejas y reclamaciones del proyecto, así como el Protocolo de prevención de abuso y explotación sexual; (v) instrumentos y responsabilidades relacionadas a reportes, denuncias y derivación de casos; y (vi) rutas de Intervención en caso de denuncias.

El marcador de género FAO aplicable al proyecto es marcador de género (GM) 1. En el anexo 3 se detallan los compromisos del proyecto en relación a la incorporación del enfoque de género.

Pueblos indígenas, comunidades tradicionales y afrodescendientes

⁸ Administrative circular No. 2018/02 Date: 21 February 2018. ZERO TOLERANCE ON SEXUAL HARASSMENT AND SEXUAL EXPLOITATION OR ABUSE, and Administrative circular No. 2019/01 Date: 13 February 2019. POLICY ON PREVENTION OF SEXUAL HARASSMENT.

Todos los estudios desarrollados por el proyecto se apoyarán en datos desagregados por etnia, por edad, sexo (cuando existentes) y buscarán generar evidencias, estrategias y recomendaciones específicas sobre la relación entre los sistemas alimentarios y los pueblos indígenas y/o afrodescendientes, para responder adecuadamente a particularidades, necesidades, aportaciones y potencialidades propias de estos colectivos.

Además, dos productos específicos inciden directamente en la gestión de conocimiento y visibilización de la participación (como productores y consumidores) de pueblos indígenas, comunidades tradicionales y afrodescendientes en los circuitos cortos promovidos por los SPAA (producto 2.2 y 2.3).

En estos casos, con el objetivo de lograr productos verdaderamente inclusivos, se integrará en las actividades pertinentes a referentes de organizaciones de la sociedad civil y a las institucionalidades gubernamentales que abordan en la política pública la temática de pueblos indígenas y/o afrodescendientes (cuando corresponda).

Empleo rural digno

Al fortalecer sistemas públicos de abastecimiento y comercialización que favorezcan la producción, la oferta, el acceso y el consumo sostenibles de alimentos saludables en el continuo urbano-rural, el proyecto estimulará la producción de alimentos frescos, así como mejora de los aspectos de conectividad de la agricultura familiar y campesina con los mercados urbanos o con instalaciones de almacenamiento y procesamiento. En este sentido, el proyecto contribuye al empleo pleno y productivo y el trabajo decente en las zonas rurales en el entorno de las ciudades.

5. DISPOSICIONES PARA LA EJECUCIÓN Y GESTIÓN DEL PROYECTO

5.1. Marco Institucional

Este proyecto se basa en el modelo brasileño de CSST con organismos internacionales. La CSST, se fundamenta en la gobernanza compartida, la implementación conjunta, mediante la participación técnica y política de todos los socios y los beneficios mutuos. Se espera, a través de esta modalidad, lograr una mayor escala y movilización de recursos para los intercambios técnicos entre los países del Sur, promoviendo la complementariedad y optimización de los aportes técnicos, humanos y financieros de los actores cooperantes.

La alianza entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y la FAO tiene como objetivo avanzar en las prioridades estratégicas de ambas partes, en línea con sus respectivos marcos programáticos, y tiene como propósito contribuir a la creación y el intercambio de conocimiento entre los socios, en procesos de aprendizaje mutuo, libres de condicionalidades, en el sentido de fortalecer las capacidades de los países en desarrollo socios, especialmente en el ámbito de la lucha contra el hambre y las formas de malnutrición.

A continuación, se presentan las contribuciones de las instituciones socias de este proyecto.

La ABC/MRE, como órgano gubernamental responsable de la coordinación de la cooperación técnica internacional en Brasil, trabaja en la identificación, negociación, desarrollo, coordinación y seguimiento de los proyectos sobre el programa Brasil-FAO.

La CONAB, como institución brasileña cooperante, contribuye con su experiencia relevante, así como con recursos técnicos y humanos para la supervisión y ejecución técnica de las acciones de CSS bajo este proyecto. Además de desempeñar un papel activo en la implementación, la CONAB es también el financiador de esta iniciativa.

La FAO, coopera con la ABC/MRE, la CONAB y las instituciones de los países socios miembros de la Red SPAA para proporcionar apoyo técnico, operativo y administrativo para la planificación, ejecución, seguimiento y



evaluación del proyecto. De esta forma, cumple el papel de facilitador de los procesos relacionados con la CSST.

Los países socios, a través de sus instituciones nacionales, participan de la implementación del proyecto, presentando demandas, aportando conocimiento sobre soluciones, difundiendo internamente los insumos de la Red, y tomando parte en la evaluación de resultados y construcción de acciones estratégicas que garanticen la sostenibilidad de los resultados una vez terminado el proyecto.

5.2. Estrategia de implementación

Con base en los principios de la CSS y en los mecanismos adoptados por el gobierno brasileño para la cooperación técnica trilateral, se dispondrá de insumos técnicos estratégicos para el intercambio entre los países socios a través de la CONAB, que también contará con el apoyo técnico de la FAO, de acuerdo con su mandato y con base en las directrices de sus experiencias y especialidades institucionales.

El proyecto actuará a través de las siguientes estrategias:

- Fortalecimiento de capacidades individuales, organizacionales e institucionales;
- Apoyo a los procesos de formulación e implementación de políticas públicas;
- Fomento del desarrollo de marcos político-normativos y la incidencia en las políticas públicas;
- Fortalecimiento y dinamización del dialogo e intercambio de experiencias en el marco de la Red SPAA;
- Fomento del diálogo con otras redes, plataformas y mecanismos regionales y temáticas para ampliar la capacidad de diálogo e impacto; y
- Articulación y colaboración con organismos y mecanismos de concertación regional.

El proyecto actuará en diferentes niveles que se retroalimentan:

- **regionalmente**, el proyecto actuará en articulación con la Red SPAA y con otras redes, instituciones e iniciativas involucradas en la agenda alimentaria urbana y sus conexiones con el continuo urbano-rural, con especial énfasis en potencializar el trabajo de las redes y mecanismos existentes (Red de mercados tradicionales de alimentos, la Red de Ciudades Intermedias y Sistemas Agroalimentarios, la REAF/MERCOSUR, así como las reuniones referentes a la seguridad alimentaria y nutricional en la CELAC, la OTCA y en el SICA) y, potencialmente, apoyando la conformación de nuevas redes;
- **nacionalmente**, el proyecto buscará apoyar estrategias nacionales o subnacionales que busquen promover sistemas públicos de abastecimiento y comercialización de alimentos más eficientes, inclusivos, sostenibles, y resilientes; y
- **globalmente**, se vislumbra que el proyecto contribuirá, a partir de la experiencia y especificidad de la región, a foros e iniciativas internacionales, con especial énfasis a procesos donde el Brasil ejercerá rol protagonista como: (i) la Alianza Global contra el Hambre y la Pobreza, lanzada en 2024 en el ámbito del G-20; (ii) la organización de la COP30 en 2025; (iii) la Cumbre de Sistemas Alimentarios de las Naciones Unidas y (iv) en el ámbito del Comité de Seguridad Alimentaria Mundial de las ONU, que ha priorizado en su plan de trabajo 2024-2027, la elaboración de recomendaciones políticas orientadas a la acción sobre el fortalecimiento de los sistemas alimentarios urbanos y periurbanos en el contexto de la urbanización, así como la promoción de acción política coordinada para enfrentar las crisis de alimentos y acciones para promoción de políticas para beneficiar a agricultores familiares frente a cambios y choques climáticos.



La lógica que orienta esta actuación multinivel es lograr sinergias y potencializar procesos en marcha y donde FAO actúa como interlocutor clave. Para lograr actuar de manera estratégica en estos distintos niveles, el proyecto buscará coordinar sus acciones con los socios que ya actúan en estos distintos espacios.

Transversalmente, el proyecto buscará garantizar tres principios rectores para las agendas alimentarias urbanas:

- Que busquen avanzar en la Seguridad Alimentaria y Nutricional y realizar el Derecho Humano a la Alimentación Adecuada;
- Que se definan y gestionen por medio de estructuras y procesos de gobernanza intersectorial con enfoque de género, multinivel y con participación social, incluso de las poblaciones más vulnerabilizadas;
- Que estén orientadas hacia la mitigación y adaptación al cambio climático.

En términos de actividades, el proyecto recurrirá a:

- La producción y difusión de conocimiento y evidencia;
- La promoción de intercambios de experiencias y buenas prácticas;
- La prestación de apoyo técnico a los socios nacionales y redes regionales apoyados.

5.3. Mecanismos de Coordinación

El Comité de Seguimiento de Proyecto (CSP) es el principal mecanismo de gestión y coordinación del proyecto, tiene como función proporcionar orientación estratégica y operativa al proyecto y debe estar compuesto por representantes de la ABC/MRE, representantes de la CONAB y representantes de la FAO.

El CSP, se reunirá anualmente, hasta el primer trimestre, o extraordinariamente cuando sea necesario, y tendrá las funciones de:

- Proporcionar orientación estratégica para el proyecto y establecer lineamientos generales para coordinar el conjunto de acciones de cooperación derivadas del proyecto;
- Deliberar y aprobar el plan operativo anual (POA) del Proyecto Regional que será preparado por la FAO;
- Analizar y discutir el desarrollo de las actividades del proyecto y acciones trilaterales de CSS, así como sugerir modificaciones al proyecto;
- Decidir sobre prórrogas de vigencia y revisiones del proyecto;
- Analizar y aprobar el Informe de progreso del período anterior (cuando corresponda)

El Comité de Seguimiento del Proyecto contará con el respaldo de un Comité Técnico en sus actividades. Este último se reunirá trimestralmente, o según sea necesario, para supervisar la ejecución de las actividades, el seguimiento de avances, posibles retrasos, ajustes necesarios y correcciones de rumbo. Estará compuesto por todas las instituciones participantes en el Comité de Seguimiento del Proyecto, las cuales designarán previamente a sus representantes técnicos para las reuniones. La responsabilidad logística y de preparación técnica de las reuniones del Comité Técnico recaerá en la FAO, las cuales podrán llevarse a cabo de forma virtual si es necesario.

ABC/MRE será responsable de:

- Enviar a la FAO los aportes financieros necesarios para la implementación del proyecto, de acuerdo con el presupuesto reflejado en este Documento y sus posibles revisiones posteriores;
- Identificar, consultar y coordinar las acciones de las instituciones del gobierno brasileño que participan en la implementación técnica de las actividades, productos y resultados establecidos en la Matriz Lógica de este proyecto;

- Nombrar a un representante para actuar como punto focal institucional y a otro representante para actuar como punto focal técnico del proyecto durante toda la duración de la iniciativa, y asignar, cuando sea necesario, sustitutos para estos puntos focales;
- Participar, junto a CONAB y la FAO, en misiones técnicas conjuntas a países en desarrollo interesados en la CSST con Brasil;
- Recibir, analizar, negociar y aprobar propuestas de proyectos de país y acciones trilaterales de cooperación técnica Sur-Sur elaboradas conjuntamente por las instituciones colaboradoras brasileñas, las instituciones colaboradoras de los países socios y la FAO;
- Contribuir a la elaboración de los términos de referencia para las misiones de implementación de las actividades, que serán presentados, analizados y finalmente aprobados por las demás instituciones cooperantes;
- Contribuir a la elaboración y análisis de los documentos de revisión del proyecto, de los términos de referencia para las misiones de monitoreo y evaluación previstas en este documento, así como los informes de monitoreo y evaluación;
- Participar en el Comité de Seguimiento del Proyecto;
- Recibir y analizar los informes de rendición de cuentas previstos en este Documento de Proyecto, que serán preparados por la FAO;
- Aprobar los informes semestrales de rendición de cuentas y los informes de actividades; y
- Participar en las actividades de promoción de la CSST.

La CONAB será responsable de:

- Enviar a la ABC/MRE los aportes financieros necesarios para la implementación del proyecto, de acuerdo con el presupuesto reflejado en este Documento y sus posibles revisiones posteriores;
- Nombrar a un representante para actuar como punto focal institucional y otro representante para actuar como punto focal técnico del proyecto durante toda la duración de la iniciativa, y asignar, cuando sea necesario, sustitutos para estos puntos focales;
- Participar, junto con la ABC/MRE y la FAO, en misiones técnicas conjuntas a países en desarrollo interesados en la CSS con Brasil;
- Recibir, analizar, negociar y aprobar propuestas de proyectos de país y acciones trilaterales de cooperación técnica Sur-Sur elaboradas conjuntamente por las instituciones colaboradoras brasileñas, las instituciones colaboradoras de los países socios y la FAO;
- Participar en el Comité de Seguimiento del Proyecto;
- Proveer información en el reporte final sobre el cálculo detallado de la contrapartida no financiera de 50 000 USD otorgada por CONAB;
- Recibir y analizar los informes de rendición de cuentas previstos en este Documento de Proyecto, que serán elaborados por la FAO;
- Aprobar los informes semestrales de rendición de cuentas y los informes de actividades;
- Apoyar técnicamente las capacitaciones y entrenamientos prácticos que serán realizados;
- Contribuir al análisis de los términos de referencia para misiones técnicas de implementación de las actividades, misiones de monitoreo, y términos de referencia para las evaluaciones y misiones de evaluación previstas en este documento, a ser presentados, analizados y eventualmente aprobados por las demás instituciones cooperantes;
- Participar en las actividades de promoción de la CSST.

La FAO será responsable de:

- Identificar, proponer y apoyar actividades de capacitación;

- Organizar los procesos de selección de profesionales para trabajar en el proyecto;
- poner a disposición sus sistemas de gestión de la información, seguimiento y evaluación de proyectos;
- Proporcionar soporte técnico en la ejecución de las actividades del proyecto, asignando especialistas de su equipo según los requisitos del mismo;
- Apoyar la red internacional de Oficinas de Representación de la FAO en los países;
- colaborar con expertos de su plantilla habitual para trabajar en la ejecución de este proyecto y acciones posteriores;
- Ejecutar y administrar los recursos financieros destinados al proyecto para la ejecución de las actividades, siguiendo sus procedimientos contables y financieros;
- Preparar informes semestrales de progreso del proyecto para ser presentados durante las reuniones del Comité de Seguimiento del Proyecto;
- Proporcionar cualquier información requerida por los órganos de control brasileños y la ABC/MRE cuando sea solicitada, de acuerdo con las normas y procedimientos de la FAO;
- En conjunto con las instituciones implementadoras técnicas, preparar los borradores de los Planes Operativos Anuales del proyecto para su análisis y eventual aprobación por las demás instituciones cooperantes del proyecto;
- Preparar, para fines de análisis y aprobación de la ABC/MRE, los términos de referencia para la contratación del equipo de apoyo técnico y administrativo del presente proyecto;
- Preparar, junto a las instituciones brasileñas cooperantes, los términos de referencia para la contratación de consultores, bienes y servicios necesarios para la implementación de las actividades técnicas decurrentes de este proyecto país;
- Elaborar posibles propuestas de revisión técnica y presupuestaria del proyecto, para ser presentadas para análisis y aprobación de los demás firmantes de este Documento; y
- Elaborar notas conceptuales para actividades y eventos, así como términos de referencia para la contratación de consultores, proveedores de servicios y personal de apoyo técnico y administrativo para este proyecto.

5.4. Mecanismos de queja y reclamo

Para garantizar la mejor implementación del proyecto, de manera participativa y transparente se prevé establecer mecanismos eficaces y fiables para la identificación y posterior resolución de conflictos durante su ejecución. Importante garantizar la participación de los socios desde el momento de planificación, así como en el seguimiento de las actividades, de los productos y de los resultados alcanzados por parte de los beneficiarios y las contrapartes.

En este sentido, la rendición de cuentas se centra en una correcta transmisión de los resultados a los beneficiarios y socios institucionales. De esta manera, ellos conocerán los compromisos de la FAO y podrán participar activamente desde la formulación hasta la evaluación de las actividades y todas las fases y etapas del proyecto con los beneficiarios y socios institucionales se comunicarán aspectos relacionados con los mecanismos de reclamo que serán establecidos por el proyecto.

Es fundamental conocer y garantizar que los principios que se seguirán durante el proceso de resolución de reclamos son la imparcialidad, el respeto a los derechos humanos, el cumplimiento y coherencia con las normas nacionales e institucionales tanto de la FAO como de los socios, la igualdad, la transparencia, la honestidad y el respeto mutuo.

En este sentido, la FAO tiene la responsabilidad de facilitar la resolución de las preocupaciones de los beneficiarios y las contrapartes. Las inquietudes serán atendidas en el nivel más cercano a éstas, es decir, a

nivel del técnico local del proyecto. Dependiendo de la complejidad de la situación, o si el reclamante no acepta la resolución, la reclamación se escalará a niveles superiores hasta llegar a una solución o aceptación.

Entre las herramientas/mecanismos de reclamación se encuentran:

1. Reclamaciones verbales de la comunidad hacia el equipo del proyecto.
2. Reclamaciones por escrito en las plantillas de evaluación de la actividad y en los buzones de sugerencias.
 - a. En general, el mecanismo de reclamación seguirá el conducto regular de la siguiente manera: Las reclamaciones se harán verbalmente o por escrito al consultor más cercano en el terreno o por teléfono.
 - b. Las reclamaciones serán analizadas en las reuniones del Equipo de Trabajo, que evaluará la reclamación y responderá a la mayor brevedad posible (30 días hábiles).
 - c. En los casos en que la situación lo amerite, o si el quejoso no acepta la resolución, la queja deberá ser enviada a un nivel superior, hasta llegar a una solución o aceptación.
 - d. En cumplimiento de la resolución, el coordinador del proyecto puede interactuar con el reclamante, o puede convocar entrevistas y reuniones, para entender mejor la situación.
 - e. El coordinador regional del proyecto supervisará la aplicación de la respuesta y posteriormente se realizará una evaluación del resultado. Cualquier reclamación recibida, su respuesta y su resolución, quedarán debidamente registradas.

6. SUPERVISIÓN, SEGUIMIENTO, EVALUACIÓN Y GESTIÓN DEL PROYECTO

6.1. Supervisión y revisión

La Matriz de Marco Lógico (MML), los POA y el Presupuesto del Proyecto estarán alineados con las metodologías de seguimiento y evaluación de proyectos de la FAO. El Plan Operativo Anual Regional para cada año de ejecución del proyecto incluirá la planificación de las actividades y subactividades/tareas para cada uno de los productos propuestos, el cual será presentado anualmente al Comité de Seguimiento del Proyecto para su aprobación.

6.2. Informe semestral

El Líder Técnico del Proyecto preparará informes semestrales de avance, que contengan información cualitativa y cuantitativa sobre la ejecución de los POA.

6.3. Informe y evaluación final

El Líder Técnico del Proyecto preparará, en un informe final, los resultados, los éxitos, la posibilidad de replicación y el impacto de la cooperación. El informe final estará respaldado por la evaluación de resultados del proyecto; que deberá analizar el alcance de las actividades y productos previstos en el Documento de Proyecto, así como el alcance de los resultados esperados y la contribución al impacto deseado. Además, se formularán recomendaciones que contribuyan a futuras iniciativas complementarias de cooperación internacional que puedan emanar del proyecto.

6.4. Principales factores de riesgo y su manejo

El proyecto tiene baja sensibilidad política. Desde 2008, en el marco de la Cooperación Técnica Internacional del Gobierno de Brasil, se han apoyado a los países de la región en el fortalecimiento de los programas y políticas de seguridad alimentaria y sistemas agroalimentarios. Durante 15 años de asistencia técnica entre Brasil-FAO no se han reportado incidentes políticos, mismo considerando los cambios políticos vividos en el Brasil y en la región.

Sin embargo, los resultados y su sostenibilidad son directamente dependiente de los sistemas políticos y de gestión de los países de la región, cambios en la gestión gubernamental, incluso en el Brasil, pueden influir en la implementación de las acciones propuestas y en los resultados previstos. Además, el proyecto y su implementación pueden verse afectados por posibles crisis sanitarias, medioambientales, económicas y sociales y conflictos entre los países involucrados. Para hacer frente a estos posibles riesgos, FAO contribuirá – a partir de su capilaridad en la región – con análisis y monitoreo continuo del escenario, identificando tempranamente la necesidad de planes de contingencia y adaptación específicos de acuerdo con la evolución del entorno político, social y económico. La participación comprometida de los actores clave es esencial para el desarrollo efectivo de las actividades del proyecto, junto con la formación de alianzas y la implementación de un sólido plan de comunicación (estrategias y actividades ya contempladas en el proyecto), son elementos fundamentales para construir confianza y obtener apoyo. Estos factores resultan imprescindibles para asegurar la viabilidad de las acciones planificadas y facilitar posibles ajustes de rumbo en momentos de cambios inesperados.

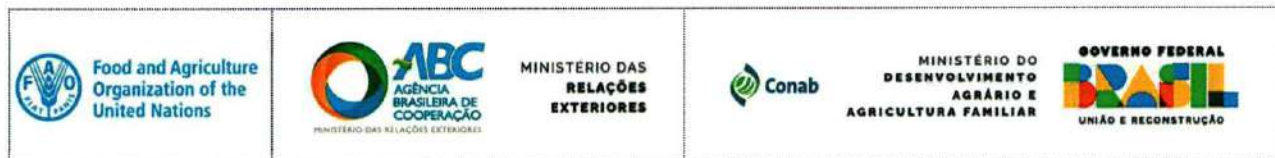
Finalmente, es importante destacar que los sistemas agroalimentarios son altamente sensibles a intereses económicos. Aunque esta característica configure más el contexto de actuación del proyecto que un riesgo propiamente dicho, es importante que el proyecto sea capaz de identificar y mitigar potenciales conflictos de interés, principalmente e en su actuación a nivel nacional, junto a los países involucrados. Frente a este riesgo el proyecto apuesta en el diálogo entre la Presidencia de la Red SPAA de CONAB y la Secretaria Técnica de la Red SPAA ejercida por FAO-RLC para la promoción de una gobernanza participativa, inclusiva y transparente de las actividades de la Red.

El seguimiento realizado por diversos medios (seguimiento de la línea de base, celebración de comités técnicos, elaboración de informes anuales) proporcionará información para la gestión, mientras que la evaluación final ofrecerá una valoración más exhaustiva. La evaluación se basará en los datos generados por el seguimiento durante el ciclo del proyecto.

6.5. Visibilidad

En términos de comunicación y visibilidad del proyecto, se asegurará el uso una identidad visual y un nombre de comunicación uniformes a nivel regional y en los países participantes, alineados con los objetivos del proyecto en términos de mensaje y concepto. A través del proyecto, se fortalecerá su visibilidad y comunicación, en vista de los resultados concretos logrados gracias al apoyo a la cooperación Sur-Sur trilateral. El reconocimiento y el registro del rol, de la contribución y de la participación de la FAO, ABC/MRE, CONAB e instituciones de los países socios en las acciones del proyecto seguirán las directrices establecidas por FAO y ABC/MRE, respetando las cláusulas de propiedad intelectual del Programa Ejecutivo firmado entre FAO y el Gobierno brasileño, en 2012.

Se fomentará la efectiva participación, el diálogo y el compromiso entre las partes interesadas para asegurar la visibilidad de las actividades y resultados del proyecto. Las contrapartes del proyecto participarán activamente a través de sus respectivas áreas comunicacionales, adhiriéndose al plan comunicacional del proyecto, resaltando la participación de las instituciones socias en el marco de la cooperación internacional de Brasil, establecida mediante acuerdo entre el Gobierno brasileño (ABC/MRE y CONAB) y la FAO.



Los requisitos específicos de visibilidad solicitados por los socios de recursos serán abordados de manera oportuna y adecuada, considerando y cumpliendo los requerimientos y acuerdos de visibilidad establecidos entre la FAO, ABC/MRE y CONAB. Estos requisitos pueden incluir la presencia de logotipos, menciones en publicaciones, eventos conjuntos u otros elementos que permitan resaltar la contribución de los socios de recursos. Se establecerá una estrecha coordinación y comunicación con los socios de recursos para asegurar que sus expectativas en términos de visibilidad sean satisfechas de manera satisfactoria.

Los recursos necesarios para actividades de sistematización y difusión de resultados logrados se han considerado en el presupuesto de este proyecto, lo que garantiza la asignación de fondos suficientes para llevar a cabo las actividades de comunicación de manera efectiva.

El reconocimiento y registro del desempeño, la contribución y la participación de la FAO, el gobierno brasileño y otras instituciones en las actividades, planes de trabajo, productos, publicaciones, material audiovisual o digital (o cualquier otro documento de información pública producido en el ámbito de este proyecto) deben garantizarse, incluso mediante la inclusión del nombre de cada organización y de su respectivo logotipo o marca institucional, previo acuerdo escrito de cada entidad y siguiendo las normas de publicación de la FAO.

La comunicación del proyecto deberá contar con lenguaje apropiado, inclusivo, no sexista y no racista y el plan de comunicación se desarrollará a partir del enfoque de género.

7. INSUMOS

El presupuesto total del Proyecto será de 550 000 USD (quinientos cincuenta mil dólares estadounidenses), considerando como contrapartida no financiera las horas técnicas trabajadas, con un valor estimado de 50 000 USD (cincuenta mil dólares estadounidenses) y como contrapartida financiera 500 000 USD (quinientos mil dólares estadounidenses), para cubrir los costos de la contratación de profesionales, viajes, formación/capacitación, subcontratos, equipamientos y costes de soporte técnico, gastos generales de operación y de servicios.

7.1. Contrapartida no financiera

De acuerdo con los principios y prácticas de la CSS en Brasil, las instituciones brasileñas colaboradoras pondrán a disposición sus conocimientos y tecnologías para la implementación técnica de proyectos regionales y nacionales y actividades de cooperación derivados de esta iniciativa. Para ello, las instituciones tendrán en cuenta criterios de oportunidad, capacitación específica para la realización de actividades y adaptación a las necesidades identificadas. Dicha participación, incluyendo las horas técnicas del personal técnico, será de carácter conjunto y, por lo tanto, no representará un impuesto para este Proyecto o proyectos-país, siendo contabilizada como contrapartida no financiera valorada en 50 000 USD, excepto los gastos de viaje (viáticos, pasajes y seguro de viaje) en el servicio de esto(s).

Se computarán como contraprestación no económica (en especie) los medios técnicos, humanos y materiales puestos a disposición del proyecto, de forma gratuita, por las Administraciones Públicas, incluidas las horas técnicas. Al no implicar gastos para el proyecto, no serán incluidos en el presupuesto del Proyecto. Asimismo, en términos monetarios, las estructuras físicas, administrativas y técnicas que ofrecerá la FAO para la implementación de esta iniciativa, como contrapartida no financiera, podrán valorarse en USD.

7.2. Contrapartida financiera (Aporte CONAB)

Para la ejecución de este Proyecto, la ABC/MRE pondrá a disposición de la FAO el equivalente a 500 000 USD (quinientos mil dólares estadounidenses) en Reales aportados por la CONAB. La FAO recibirá y administrará el desembolso financiero de acuerdo con sus políticas, normas, reglamentos y procedimientos financieros.

El pago se realizará en valores equivalentes en reales, con una asignación inicial de 250 mil dólares estadounidenses (250 000 USD), los cuales serán acreditados al proyecto con base en la Tasa de Cambio Operacional de la ONU vigente en la fecha de recepción de la contribución por parte de la FAO y pagados a la FAO una vez firmado el Proyecto por ambas partes. En los dos años siguientes se efectuarán los pagos conforme a los montos previstos en el presupuesto.

Las fechas y montos de los desembolsos serán:

- Primer desembolso: 1 de agosto de 2025 (250 000 USD)
- Segundo desembolso: 1 de febrero 2026 (250 000 USD)

Para la ejecución del Proyecto, ABC/MRE transferirá a la FAO los recursos financieros necesarios para la realización de los servicios que la FAO prestará, establecidos en este Documento.

La FAO no asumirá compromisos financieros superiores a las contribuciones de la CONAB depositadas en la cuenta de la FAO. Las contribuciones transferidas a la FAO serán administradas de acuerdo con sus políticas, normas, reglamentos y procedimientos financieros.

Los montos aportados por la CONAB podrán complementarse según las necesidades del proyecto y de la disponibilidad presupuestaria de la CONAB reflejadas en la revisión presupuestaria del proyecto.

Los fondos transferidos en reales (BRL) a la FAO se registrarán, a efectos contables, en dólares estadounidenses y se administrarán de acuerdo con las normas y procedimientos financieros de la FAO, y estarán sujetos a los procedimientos de auditoría interna y externa del Reglamento Financiero de la FAO.

Los fondos deben ser depositados por la ABC/MRE, en BRL, para la FAO en la siguiente cuenta:

DATOS DE CUENTA

Nombre de cuenta:	FAO
Nombre del banco:	Banco do Brasil
Sucursal Bancaria:	1607-1
CNPJ:	04.089.988.0001/68
Número de cuenta:	400000-5 (moneda BRL)

Las transferencias bancarias deberán hacer referencia al número del proyecto definido por la FAO para el cual los recursos son destinados (GCP/RLA/249/BRA).

Las contribuciones se mantendrán en el valor del crédito realizado en la cuenta de la FAO. La FAO no iniciará ni continuará las actividades del Proyecto sin la recepción de los recursos previstos.

Los insumos previstos en el proyecto, que serán pagados con recursos financieros de la contraparte CONAB, incluyen:

Profesionales contratados: Se contratarán profesionales para conformar el equipo base del proyecto y realizar acciones para el pleno desarrollo del proyecto de acuerdo con los planes operativos anuales.

Viajes: Gastos de pasajes y viáticos (consultores y equipo central y de apoyo del proyecto, técnicos de instituciones colaboradoras brasileñas, expertos de la FAO y representantes de los países participantes) para participar en misiones de prospección, validación, implementación y seguimiento del proyecto.



Formación/capacitación: Gastos relacionados con la capacitación de profesionales; costos de organización de talleres y eventos de formación; realización de cursos a distancia; costes de alquiler de salas y equipos y otros gastos locales en el Brasil o en otro país donde se celebre el evento de formación; costes de producción de material didáctico.

Subcontratos: Contratos con personas jurídicas para diversos servicios necesarios para llevar a cabo las distintas actividades del proyecto (incluyendo la organización de eventos, transporte, servicios de comunicación y tecnología de la información; edición e impresión de publicaciones; realización de estudios, etc.), según determine el plan operativo anual del proyecto.

Equipamiento: Ordenadores y otros equipos relacionados directa y exclusivamente con la ejecución del proyecto.

Costes de soporte técnico: Costes de los servicios de apoyo y supervisión técnica del personal técnico de la FAO para el proyecto.

Costes generales de operación: Costes de materiales y gastos relacionados con el mantenimiento, la ejecución y la aplicación de las actividades del proyecto.

Costes de servicios: Costes de los servicios administrativos y financieros prestados por la FAO al Proyecto ("overhead").

7.3. Soporte técnico

El Proyecto contará con un Especialista Regional de Abastecimiento, contratado con recursos del Proyecto, quien, en coordinación con el Líder Técnico Oficial (LTO) y el Oficial de Presupuesto, tendrá la función ejecutiva y será directamente responsable de la gestión técnica y operativa del Proyecto. El LTO actuará como secretario del Comité de Seguimiento del Proyecto, y será responsable de convocar a sus miembros, presentar los resultados del Proyecto durante las reuniones del Comité, y elaborar y distribuir las actas de las reuniones del Comité.

Además, el proyecto contará con el respaldo del personal de FAO, encargado de facilitar el monitoreo y la comunicación de los resultados. Los costos financieros de estos profesionales serán compartidos entre estos y otros proyectos de la cooperación Brasil-FAO.

7.4. Soporte operativo y de gestión

Las reglas y procedimientos para la contratación de servicios, adquisición de bienes muebles y contratación de consultores, así como las reglas pertinentes para la implementación del Proyecto en el contexto de la CSS, son procedimientos y reglamentos propios de la FAO.

La FAO designará un titular del presupuesto (*Budget Holder*) que será responsable del proceso de desarrollo del proyecto, desde su fase de formulación y aprobación hasta su conclusión y cierre financiero. Al comienzo de cada año (hasta el 31 de marzo), la FAO certificará los estados financieros del proyecto. Los informes financieros, sobre la contrapartida en efectivo de 500 000 USD, serán preparados por la División de Finanzas de la FAO siguiendo el formato estándar de la FAO (*Project Status Report*) de acuerdo con el presupuesto del proyecto en la Sección 8 y serán presentados por el *Budget Holder* a ABC/MRE en calidad de socio de recursos del proyecto. Todas las transacciones financieras realizadas en el ámbito del presupuesto o actividades que generen compromisos financieros para el Proyecto deberán ser previamente aprobadas por el titular del presupuesto (*Budget Holder*).

Las responsabilidades del titular del presupuesto incluyen:

- garantizar que los insumos necesarios para llevar a cabo a las actividades sean entregados a tiempo, respetando el presupuesto del Proyecto y de acuerdo con las normas y procedimientos de la FAO;

- evitar el uso indebido e inapropiado del presupuesto del proyecto;
- confirmar la disponibilidad de recursos financieros y autorizar los gastos en nombre de la FAO, dentro de los límites de la autoridad delegada;
- garantizar que se realicen todos los gastos y compromisos autorizados: (i) en apoyo del plan de trabajo operativo y otros documentos pertinentes; (ii) de conformidad con los reglamentos que rigen los procedimientos presupuestarios, financieros y administrativos de la FAO; y (iii) con registros precisos de todos los datos de seguimiento operativos, financieros y basados en resultados; realizar el seguimiento operativo de las actividades y resultados de acuerdo con los planes de trabajo y el Documento de Proyecto, así como la previsión de gastos asociados; y
- garantizar que los informes, la ejecución financiera y los instrumentos de cierre del proyecto se llevan a cabo de acuerdo con los procedimientos establecidos.

Los saldos de recursos no gastados en un año se transferirán automáticamente a la misma línea presupuestaria para el año siguiente, a través de ajustes presupuestarios aprobados por el responsable del presupuesto, sin mayor consulta.

Los recursos financieros depositados por la ABC/MRE en la cuenta bancaria de la FAO para la ejecución del Proyecto podrán generar intereses que serán incorporados anualmente al Presupuesto del Proyecto. La FAO informará a la ABC/MRE, mediante comunicación formal, cada vez que se lleve a cabo un procedimiento de este tipo, y se asegurará de que estos procedimientos queden reflejados en los informes financieros anuales del Proyecto que se presentarán a la ABC/MRE. Una vez cerrado, los recursos remanentes del Proyecto, incluyendo los valores incorporados derivados de los intereses, serán puestos a plena disposición del gobierno brasileño.

La FAO realizará el monitoreo y seguimiento del plan de trabajo y de la matriz del marco lógico, llevando a cabo así la ejecución tanto técnica como financiera de las actividades del proyecto.

Al comienzo de cada año (hasta el 31 de marzo), la FAO certificará las cuentas del proyecto y las enviará a ABC/MRE. El certificado informará el total de costos y gastos por línea presupuestaria del Proyecto, de acuerdo con la estructura presupuestaria de la FAO.



Food and Agriculture
Organization of the
United Nations



AGÊNCIA
BRASILEIRA DE
COOPERAÇÃO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES

MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES
EXTERIORES



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

8. PRESUPUESTO (contrapartida financiera CONAB)

CUENTA	LÍNEA	Año 1 (USD)	Año 2 (USD)	TOTAL (USD)
5570	Consultores y especialistas	89 868	91 092	180 960
5900	Viajes	56 308	153 770	210 078
5920	Capacitación	1 754	2 631	4 385
6300	Gastos generales de operación	22 950	27 497	50 447
6150	Servicios de apoyo técnico	5 552	15 868	21 420
	SUBTOTAL	176 432	290 858	467 290
6130	Costes de servicios del proyecto (7%)	12 350	20 360	32 710
	TOTAL	188 782	311 218	500 000

9. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Burlingame, B. y Dernini, S.** 2012. *Sustainable diets and biodiversity. Directions and solutions for policy, research and action*. FAO: Roma.
- CEPAL.** 2022b. *Social Panorama of Latin America and the Caribbean 2022: Transforming education as a basis for sustainable development*. Santiago. <https://www.cepal.org/en/publications/48519-social-panorama-latin-america-and-caribbean-2022-transforming-education-basis>
- FAO.** 2017. *Estado del arte. Sistemas públicos de abastecimiento y distribución de alimentos en América Latina y el Caribe*. FAO, Santiago de Chile.
- FAO y BID.** 2021. *Análisis comparativo de los servicios ofrecidos por los Sistemas Públicos de Comercialización de Alimentos de América Latina y el Caribe*. FAO, Ciudad de Panamá
- FAO, FIDA, OPS, PMA y UNICEF.** 2023. *Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional - América Latina y el Caribe 2022: hacia una mejor asequibilidad de las dietas saludables*. Santiago de Chile. <https://doi.org/10.4060/cc3859es>
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO.** 2024. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms*. Rome. <https://doi.org/10.4060/cd1254en>.
- Intini, J. Granados, S. Ramírez, A.** 2021. Serie Sistema agroalimentario y los desafíos que trae el COVID-19: Municipios y su rol en la seguridad alimentaria y nutricional durante tiempos de crisis: aprendizajes a partir de la pandemia COVID-19. N.º 9. FAO, Santiago de Chile.
- Oliveira, M. F. de, T. Lima.** 2023. *Política Externa Brasileira e Combate à Fome: Lições Do Passado, Perspectivas Para o Futuro*. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica. <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-419-6>.
- Morgan, K., Sonnino, R.** 2008. *The school food revolution: public food and the challenge of sustainable development*. Earthscan, London.
- ONU.** 2019. *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision (ST/ESA/SER.A/420)*. Nueva York. (disponible en: <https://population.un.org/wup/>).
- Red Regional de Sistemas Públicos de Abastecimiento y Comercialización de Alimentos (Red SPAA)**, disponible en: <https://www.fao.org/in-action/redspaa/es>.
- Red SPAA.** 2022. *Declaratoria de Costa Rica - Red SPAA: Frente al alza global de los precios de los alimentos* (disponible en: <https://www.fao.org/in-action/redspaa/es>).
- Red SPAA.** 2023. *Declaratoria de El Salvador 2023 - Red SPAA: Contribuir al cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo Sostenible, en especial a lo relativo a la erradicación del hambre, la garantía sobre la seguridad alimentaria y nutricional y el combate a la desigualdad económica y social en América Latina y el Caribe* (disponible en: <https://www.fao.org/in-action/redspaa/es>).
- Red SPAA.** 2024. *Declaratoria de Brasilia 2024 - Red SPAA: Promover una Agricultura Sostenible y Ampliar el Acceso a la Alimentación Saludable: Enfrentando el Cambio Climático con Sistemas Alimentarios Resilientes* (disponible en: <https://www.fao.org/in-action/redspaa/es>).
- SISTEMA ECONOMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE (SELA).** 2022. ‘América Latina, una potencia agrícola que ve aumentar el hambre y necesita cambiar cómo produce los alimentos, señala director de la FAO’, *SELA*, 22/09/2022, <https://www.sela.org/alc-30/>
- SISTEMA ECONOMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE (SELA).** 2023. ‘FAO: América Latina produce el 13% de todos los alimentos del mundo’, *SELA*, 28/04/2024, <https://www.sela.org/america-latina-produce-el-13-de-todos-los-alimentos-del-mundo>



Suyama, B.; Waisbich, L. T. ; Leite, I.C. 2016. *Brazil as a Development Partner Under Lula and Rousseff Shifts and Continuities*. In: Jing Gu; Alex Shankland; Anuradha Chenoy. (Org.). *The BRICS in International Development*. 1ed.: Springer, 2016, p. 25-64.



Anexo 1 – Matriz de marco lógico, indicadores y medios de verificación

Impacto: Aumento de la resiliencia de los sistemas agroalimentarios y reducción de vulnerabilidades de la población frente a fenómenos extremos relacionados con factores de índole económico, social y ambiental, por medio de la Cooperación Sur-Sur bilateral y Triangular					
Cadena de resultados	Indicadores	Línea de base	Meta 2027	Medios de verificación	Supuesto
Resultado intermedio: Mejoradas las políticas y programas de abastecimiento y comercialización de alimentos en los países de América Latina y el Caribe.	Numero de políticas y programas nacionales y/o subnacionales de abastecimiento y comercialización de alimentos en los países de ALC actualizados, fortalecidos o creados	n/a	3	Documentos de marcos de políticas, programas e iniciativas y documentos y reportes estratégicos	Existe voluntad política y capacidades organizacionales e institucionales para la implementación de políticas, programas e iniciativas de abastecimiento y comercialización de alimentos que promuevan la producción, la oferta, el acceso y el consumo sostenibles de alimentos saludables por parte de la población más vulnerable en el continuo urbano-rural.
Resultado 1: Países miembros de la Red SPAA con capacidades técnicas ampliadas para el diseño e implementación de políticas y programas de abastecimiento y comercialización de alimentos que aportan al acceso alimentario y la inclusión de la agricultura familiar y campesina.	Número de actividades de fortalecimiento de capacidades técnicas realizadas	n/a	6	Listado de participantes, agendas de reuniones, talleres y misiones	Gobiernos nacionales y subnacionales en ALC comprometidos con el fortalecimiento de las instituciones, políticas y programas de abastecimiento y comercialización de alimentos vía participación en la Red SPAA y acciones de intercambio técnico-político en el marco de la CSST.

Número de intercambios virtuales Comunidades de Práctica/conversatorios técnicos) realizados	n/a	5	Listado de participantes, agendas e informes de las Comunidades de Práctica/conversatorios técnicos	Existe voluntad de los líderes de las instituciones miembros de la Red SPAA para participar en las instancias de diálogo e intercambios virtuales, como las Comunidades de Práctica.
Número de intercambios presenciales realizados	n/a	9	Listado de participantes, agendas e informes de diálogos e intercambios presenciales	Existe voluntad de los líderes de las instituciones miembros de la Red SPAA para participar en las instancias de diálogo e intercambios presenciales.
Espacio de coordinación entre países SICA y la Red SPAA con apoyo de la CONAB conformado	n/a	3	Hoja de Ruta para la Estrategia y una mesa de coordinación conformada	Existe voluntad de los países del SICA de integrar a la Red SPAA y a sus instituciones miembros en las actividades de la Estrategia regional de reservas estratégicas. Asimismo, existe voluntad de los países de la Red SPAA de apoyar a los países centroamericanos en sus acciones subregionales.
Estrategia de gestión del conocimiento y de comunicación y visibilización de la Red SPAA	n/a	1	Propuesta de estrategia de gestión del conocimiento y de comunicación	La Presidencia y la Secretaría Técnica de la Red SPAA en la FAO, así como los miembros, reconocen la importancia de la gestión de conocimiento, comunicación y

públicos de abastecimiento y comercialización de alimentos.				SPAA generada y aprobada	de la región para el fortalecimiento de la Red.
<p>Producto 2.1. Realizar un análisis de las demandas de conocimientos de interés en común entre los miembros de la Red SPAA que aporten a potencializar las capacidades institucionales</p>	<p>Hoja de Ruta para apoyar actividades de capacitación y formación entre países de la Red SPAA.</p>	n/a	1	<p>Hoja de Ruta elaborada y difundida</p>	<p>Existe interés por los miembros de la red SPAA por mejorar sus capacidades técnicas y con ello su impacto institucional basada en la experiencia de los propios miembros de la Red.</p>
<p>Producto 2.2. Realizar un mapeo de fuentes de conocimiento relevantes dentro y fuera de la Red SPAA considerando estudios desarrollados por universidades, centros de investigación, expertos y organizaciones de la sociedad civil en la región acerca de programas y políticas de abastecimiento y comercialización de alimentos y su impacto.</p>	<p>Número de estudios de mapeo elaborados y difundidos</p>	n/a	1	<p>Documento de mapeo realizado y difundido</p>	<p>El conocimiento generado por los diferentes actores relacionados con la agenda de abastecimiento y comercialización de alimentos generado por la academia, investigadores, otras instituciones públicas y privadas vienen a ser insumos relevantes para complementar de forma positiva el accionar de los miembros de la Red SPAA.</p>
<p>Producto 2.3. Sistematizar y documentar las experiencias exitosas de buenas prácticas desarrolladas por los miembros de la Red SPAA identificando factores clave de éxito, lecciones aprendidas y replicabilidad.</p>	<p>Numero de notas técnicas/estudios de caso generadas</p>	n/a	5	<p>Notas técnicas publicadas</p>	<p>La generación de evidencias sobre buenas prácticas, factores de éxito y capacidad de replicabilidad de estos es esencial para valorar el conocimiento generado y compartirlo con los miembros de la Red y</p>

<p>Producto 2.4. Diseñar un plan de comunicación y visibilización de la Red SPAA que considere la difusión de noticias e información relevante generada por los miembros de la red SPAA y el desarrollo de campañas informativas sobre políticas, programas y herramientas de las instituciones públicas de abastecimiento y comercialización de alimentos implementadas</p>	<p>Número de herramientas de comunicación adoptadas o mejoradas (página web de la Red SPAA, campañas informativas de programas y políticas de los miembros de la Red, plataforma de datos de interés estratégico)</p>	<p>n/a</p>	<p>3</p>	<p>Página web de la Red SPAA actualizada Campañas difundidas Plataforma de datos diseñada</p>	<p>público en general interesado e involucrado en los temas de abastecimiento y comercialización de alimentos.</p>
<p>Resultado 3. Estudios elaborados sobre los impactos sociales, económicos y ambientales de las políticas y programas de abastecimiento y comercialización de alimentos promovidos por los miembros de la Red SPAA.</p>	<p>Número de estudios elaborados y difundidos</p>	<p>n/a</p>	<p>2</p>	<p>Estudios elaborados y difundidos</p>	<p>Existe data suficiente y de calidad para comprobar el impacto social, económico y ambiental de los programas de abastecimiento y comercialización de alimentos en los miembros de la Red SPAA.</p>
<p>Producto 3.1. Estudios sobre los efectos en la mejora del acceso alimentario, transparencia y ahorro familiar promovidos por los programas de abastecimiento y comercialización de alimentos de los miembros de la Red SPAA que contribuyen a una mayor oferta de alimentos básicos saludables.</p>	<p>Numero de estudios realizados</p>	<p>n/a</p>	<p>1</p>	<p>Estudio elaborado y difundidos</p>	<p>Existe data suficiente y de calidad para comprobar el impacto social, económico y ambiental de los programas de abastecimiento y comercialización de alimentos en los miembros de la Red SPAA.</p>

<p>Producto 3.2. Estudios sobre la importancia de la generación de stocks, la formación de reservas estratégicas de alimentos y políticas de estabilización de precios que promueven la inclusión de la agricultura familiar y campesina, el acceso alimentario y la estabilización de precios en escenarios de crisis alimentaria.</p>	<p>Numero de estudios realizados</p>	<p>n/a</p>	<p>1</p>	<p>Estudio elaborado y difundido</p>	<p>Es necesario generar evidencia sobre la inversión y de los modelos de acción que los países están realizando para garantizar el acceso alimentario en especial frente a situaciones adversas que pueden causar un desabastecimiento alimentario afectando la seguridad alimentaria de las ciudades mediante la formación de stocks y reservas estratégicas de alimentos.</p>
<p>Resultado 4. Proyecto gestionado, monitoreado, evaluado y divulgado</p>	<p>% de ejecución de los planes operativos anuales</p>	<p>0</p>	<p>100</p>	<p>Planes operativos anuales preparados y ejecutados</p>	<p>La gestión, ejecución, seguimiento, evaluación y difusión de las acciones planificadas son indispensables para el alcance de sus objetivos y metas</p>
<p>Producto 4.1 Equipo de base contratado</p>	<p>Equipo contratado para ejecutar el proyecto.</p>	<p>0</p>	<p>1</p>	<p>Documentos administrativos de contratación</p>	<p>Es necesario contar con recursos humanos especializados para la implementación del proyecto, desarrollo de las actividades de monitoreo de las actividades planificadas y coordinación con las oficinas y áreas de la FAO</p>
<p>Producto 4.2 Comité de Seguimiento del Proyecto en funcionamiento</p>	<p>Reuniones anuales del Comité de Directivo del Proyecto realizadas</p>	<p>0</p>	<p>2</p>	<p>Memorias de reuniones</p>	<p>El proyecto es considerado prioritario en la agenda de las instituciones promotoras y las autoridades responsables se movilizan para las reuniones del Comité de Seguimiento del Proyecto</p>

Número de planos anuais de comunicação e divulgação implementados	0	2	Herramientas de comunicación (comunicados de prensa, vídeos, documentos, artículos, entrevistas, notas de proyectos) difundidas	Los países e instituciones socios brindan la información a ser divulgada y apoyan las acciones de comunicación del proyecto. La comunicación estratégica del proyecto apoya la consecución de resultados, dado que contribuye a la sensibilización de los actores sobre las prioridades del proyecto
Número de informes semestrales del proyecto preparados y aprobados	0	2	Informes semestrales del proyecto aprobados por los socios del proyecto	La sistematización de las actividades y resultados intermedios del proyecto retroalimentan la planificación futura del proyecto y aseguran transparencia y horizontalidad entre las instituciones cooperantes
Evaluación realizada y publicada	0	1	Documento de evaluación elaborado y difundido	Las evaluaciones brindan a los actores involucrados evidencias sobre los éxitos y desafíos de sus intervenciones, informando futuras iniciativas y brindando transparencia a la aplicación de los recursos públicos



Anexo 2. Cronograma anual de ejecución

Productos	Meta	Actividades	Año 1	Año 2
<p>Producto 1.1 Desarrollo de Comunidades de Práctica/conversatorios técnicos virtuales entre los miembros de la red promoviendo la integración regional y la cooperación Sur - Sur, el intercambio de experiencias, el fortalecimiento de capacidades técnicas</p> <p>Producto 1.2 Instancias de diálogo e intercambio presenciales promovidos para profundizar discusiones y compartir experiencias exitosas y desafíos</p>	<p>9 visitas, misiones y/o encuentros regionales de intercambios promovidos para discusión sobre políticas, programas e iniciativas</p>	1.1.1	2	3
		1.1.2	2	3
		1.2.1		1
		1.2.2		1
		1.2.3		1
		1.2.4	3	3
		1.2.5	1	2



MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES
EXTERIORES



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR



			miembros de la Red SPAA en eventos internacionales (COP30, junto à Unión Africana, G20, etc.)		
<p>Producto 1.3 Apoyo a la implementación de la Estrategia regional de reservas estratégicas de los países del SICCA y mejora de la gobernanza para hacer frente a las emergencias alimentarias en la subregión centroamericana</p>	<p>3 actividades (visitas, misiones, conversatorios técnicos y/o encuentros regionales) promovidos para apoyar los países centroamericanos</p>	1.3.1	Brindar apoyo a la conformación de una instancia de coordinación de la Estrategia regional y a la elaboración de un plan de trabajo regional y en los países del SICCA	1	
		1.3.2	Apoyar a la implementación de la Estrategia Regional y articular el soporte técnico de la CONAB a nivel regional y nacional	1	1
		1.3.3	Apoyar el establecimiento de un foro de diálogo técnico-político de instancias nacionales y regionales en temas de manejo de stocks, reservas estratégicas y manejo de escenarios de crisis alimentaria		1

<p>Producto 2.1. Realizar un análisis de las demandas de conocimientos de interés en común entre los miembros de la Red SPAA que aporten a potencializar las capacidades institucionales</p>	<p>1 Hoja de Ruta elaborada, aprobada y difundida</p>	2.1.1	Identificar necesidades de los miembros de la red mediante el levantamiento de información por medio del uso de encuestas y entrevistas	1	
		2.1.2	Elaborar, acordar y difundir una Hoja de Ruta para apoyar actividades de capacitación y formación entre países de la Red SPAA	1	
		2.1.3	Crear Repositorio de Conocimiento en el sitio web de la Red		1
<p>Producto 2.2. Realizar un mapeo de fuentes de conocimiento relevantes dentro y fuera de la Red SPAA considerando estudios desarrollados por universidades, centros de investigación, expertos y organizaciones de la sociedad civil en la región acerca de programas y políticas de abastecimiento y comercialización de alimentos y su impacto</p>	<p>1 mapeo de fuentes de conocimiento realizado y publicado</p>	2.2.1	Identificar necesidades de evidencias y contratar servicios para desarrollar el mapeo	1	
		2.2.2	Elaborar un documento que recopile las buenas prácticas identificadas dentro y fuera de la Red SPAA	1	
		2.2.3	Diseño, diagramación y publicación del estudio	1	



MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES
EXTERIORES



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR



<p>Produto 2.3 Sistematizar y documentar las experiencias exitosas de buenas prácticas desarrolladas por los miembros de la Red SPAA identificando <i>factores clave de éxito, lecciones aprendidas y replicabilidad</i></p>	5 notas técnicas/estudios de caso	2.3.1	Identificar, analizar y sistematizar factores de éxito, lecciones aprendidas y replicabilidad de las principales experiencias generadas por los miembros de la Red SPAA, en temas como inclusión de la agricultura familiar en la compra pública, manejo de reservas estratégicas de alimentos, políticas de estabilización de precios, mapeo de la producción y transparencia de los precios de los alimentos, circuitos cortos y tiendas y supermercados públicos, otras	2	3
		2.3.2	Publicar notas técnicas y/o estudios de caso sobre buenas prácticas	2	3
<p>Producto 2.4 Diseñar un plan de comunicación y visibilización de la Red SPAA que considere la difusión de noticias e información relevante generada por los miembros de la red SPAA y el desarrollo de campañas informativas sobre políticas, programas y herramientas de las instituciones públicas de</p>	1 Plan de Comunicación elaborado, sitio web de la Red SPAA actualizado, campañas informativas y boletines producidos y difundidos	2.4.1	Identificar necesidades de contratar servicios de comunicación y de diseño y gestión de páginas web y apoyo al desarrollo de las campañas informativas.	1	

abastecimiento y comercialización de alimentos implementadas			2.4.2	Elaborar, acordar y difundir el Plan de comunicación y visibilización de la Red SPAA	1	
			2.4.3	Fortalecer las herramientas existentes de comunicación de la Red SPAA: mejorar la página de la Red SPAA en el sitio web de la FAO, crear página en inglés para la Red y fortalecer comunicadores (campañas informativas en medios tradicionales y virtuales)	1	1
			2.4.4	Diseñar una plataforma (<i>dashboard</i>) que recopile datos de interés estratégico para los miembros de la Red SPAA con informaciones acerca de costos de producción, precios practicados en importación y exportación de alimentos básicos, volúmenes de granos almacenados en stocks estratégicos, datos sobre alimentos básicos importados y exportados por lo países de la región, cuadros de oferta y demanda de alimentos básicos a nivel nacional, personas o	1	1

<p>Producto 3.1 Estudios sobre los efectos en la mejora del acceso alimentario, transparencia y ahorro familiar promovidos por los programas de abastecimiento y comercialización de alimentos de los miembros de la Red SPAA que contribuyen a una mayor oferta de alimentos básicos saludables</p>	<p>1 estudio publicado</p>	3.1.1	<p>Identificación de los programas públicos de incidencia nacional que impulsan los miembros de la Red SPAA y que aportan al acceso alimentario por medio de varias modalidades de abastecimiento alimentaria</p>	<p>familias beneficiadas por programas públicos de abastecimiento y comercialización</p>	1		
		3.1.2	<p>Levantamiento de información, análisis de buenas prácticas, cuellos de botella, y aportes a la accesibilidad a los alimentos, transparencia de los precios y el ahorro nivel familiar</p>			1	
		3.1.3	<p>Elaboración de documento con los principales resultados obtenidos</p>			1	
		3.1.4	<p>Diseño, diagramación y publicación del estudio realizado</p>			1	
<p>Producto 3.2 Estudios sobre la importancia de la generación de stocks, la formación de reservas estratégicas de alimentos y políticas de estabilización</p>	<p>1 estudio publicado</p>	3.2.1	<p>Identificación de los programas públicos de abastecimiento que cuentan con stocks y reservas</p>		1		

de precios que promueven la inclusión de la agricultura familiar y campesina, el acceso alimentario y la estabilización de precios en escenarios de crisis alimentaria	1 equipo de base contratado	n/a	3.2.2	Levantamiento de información y análisis de los principales resultados, buenas prácticas, cuellos de botella	1	
			3.2.3	Elaboración de un documento que sistematice la información más relevante		1
			3.2.4	Diseño, diagramación y publicación del estudio realizado		1
			n/a	n/a	1	
Producto 4.1 Equipo de base contratado	1 equipo de base contratado	n/a	n/a	n/a	1	
Producto 4.2 Comité de Seguimiento del Proyecto en funcionamiento	1 reunión anual del Comité de Seguimiento del Proyecto	n/a	n/a	n/a	1	1
Producto 4.3 Plan anual de comunicación estratégicos elaborado e implementado	2 planes de comunicación elaborados e implementados	n/a	n/a	n/a	1	1



Food and Agriculture
Organization of the
United Nations



MINISTERIO DAS
RELAÇÕES
EXTERIORES



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR



Producto 4.4 Informes de progreso técnico y financiero elaborados	3 informes del proyecto preparados y aprobados	n/a	n/a	1	2
Producto 4.5 Evaluación del proyecto realizada	1 evaluación del proyecto publicada	n/a	n/a		1



Anexo 3. Enfoque de Género

El proyecto se compromete a implementar los siguientes aspectos de género:

1. La sección 'criterios de sostenibilidad' indica que:
 - (i) los estudios y diagnósticos producidos por el proyecto se apoyen y/o generen datos desagregados por sexo, los que serán analizados con enfoque de género;
 - (ii) las asesorías técnicas contratadas por el proyecto contarán con enfoque de género;
 - (iii) los foros de diálogo apoyados por el Proyecto se diseñarán e implementarán con enfoque de género y fomentarán la participación de referentes de organizaciones de productores, consumidores y de la sociedad civil, así como de las institucionalidades gubernamentales que abordan en la política pública esta temática;
 - (iv) el proyecto desarrollará e implementará un protocolo de prevención del acoso, abuso y explotación sexual aplicable a todas las personas e instituciones sujetas a un contrato de FAO (protección contra la explotación y el abuso sexuales [PSEA]);
 - (v) las producciones técnicas y de comunicación del proyecto contarán con lenguaje apropiado, inclusivo, no sexista y no racista;
 - (vi) en esta sección también se indica que el marcador de género FAO aplicable al proyecto es GM1.

Con el fin de asegurar una adecuada transversalización de género en la implementación del proyecto, al inicio del mismo se organizará un taller para el equipo de base con especialista de género de la FAO con el fin de desarrollar las metodologías, herramientas y guías técnicas necesarias para lograr implementar los aspectos de género indicados en los criterios de sostenibilidad. Asimismo, en los Términos de Referencia (TDR) del equipo implementador se indicará que estas personas han de rendir los cursos obligatorios de FAO en materia de género y PSEA, y se detallarán sus responsabilidades respecto del logro de los resultados e indicadores de género del proyecto.

